

2024
DIRECTÓRIO

MOÇAMBIQUE

PUBLICAÇÃO ANUAL | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



a promover
o ambiente
de negócios



VERSÃO ONLINE





Construir confiança para reimaginar o seu negócio

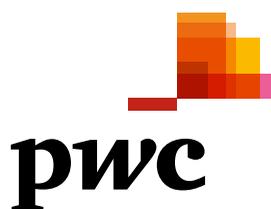
As firmas da PwC colaboram com organizações e pessoas na criação do valor que procuram. A nossa network, constituída por firmas independentes entre si, está presente em 151 países e integra mais de 364.000 colaboradores, que partilham o objectivo de prestar serviços de auditoria, consultoria, fiscalidade e legais.

Conheça-nos melhor em:

[pwc.com/mz](https://www.pwc.com/mz)

[pwc.pt](https://www.pwc.pt)

Siga-nos



© 2024 PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada. Todos os direitos reservados. Neste documento "PwC" refere-se a PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada que pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Para mais informações consulte www.pwc.com/structure.

Índice

- 5 Editorial
- 6 Ensino universitário
Um designio das sociedades para vencer a pobreza e as desigualdades
- 8 Uma viagem para o desenvolvimento
- 12 Prémio Maria das Neves Rebelo de Sousa
- 13 Prémio Fernando Leite Couto
- 14 Prémio *Alumni* Joaquim Chissano
- 16 Informação geral sobre Moçambique
- 26 Inês Paulo Frazão, Paulo Barreiros e Joaquim Tobias Dai
- 32 Entrevista Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal
- 36 Entrevista Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República de Moçambique em Portugal
- 40 António Costa Moura
- 42 José Luís Moreira da Silva e Momedede Popat
- 45 Gisela Teresa Chunguane
- 46 Deivid Sacur e João Lupi
- 48 Diogo Xavier da Cunha e Luís Arouca
- 52 Divulgação
- 56 Empresas em destaque
- 68 Lista de associados da CCPM

PRODUÇÃO EDITORIAL,
DESIGN E PUBLICIDADE

CEMPALAVRAS
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL^{LS}

CEMPALAVRAS

Comunicação Empresarial, Lda.
Av. Almirante Reis, 114 - 2º C
1150-023 Lisboa
Tel.: (+351) 218 141 574
Tel.: (+351) 215 931 310
geral@cempalavras.pt
www.cempalavras.pt

Coordenação Geral Luís Morais (luis.morais@cempalavras.pt)

Coordenação Editorial Graziela Afonso

Redação Graziela Afonso (grazielaafonso@infoqualidade.net)

Paula Braga (paula.braga@cempalavras.pt)

Projecto Gráfico Francisco Bordallo

Produção Gráfica

Ana Gaveta (ana.gaveta@cempalavras.pt)

Patrícia Gonçalves (patricia.goncalves@cempalavras.pt)

Direção Comercial Luís Morais (comercial@cempalavras.pt)

PROPRIEDADE E EDIÇÃO



CCPM

Câmara de Comércio
Portugal - Moçambique

PORTUGAL

Rua de Artilharia Um, n.º 104 - 5ª Esq.
1070-015 Lisboa
Tel.: (+351) 212 445 157
geral.lisboa@ccpm.pt

MOÇAMBIQUE

Rua da Sé, 114
Centro de Escritórios do Hotel Rovuma
4º Andar - Sala 27
Maputo
geral.maputo@ccpm.pt

Presidente da Direção

Rui Moreira de Carvalho

Secretária-Geral

Joana Paulo Frazão

www.ccpm.pt

DIRECTÓRIO MOÇAMBIQUE

Agosto 2024

Fotografia iStockphoto e entidades participantes

Pré-impressão e impressão Grafisol - Artes Gráficas

Depósito legal 126722/98

Distribuição gratuita aos associados da CCPM, entidades oficiais, institucionais e empresariais em Portugal e Moçambique.

Os textos incluídos nesta publicação expressam a opinião dos seus autores e não necessariamente a opinião da CCPM.

É interdita a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios, de textos, fotos e ilustrações sem a expressa autorização da CCPM.

CONFERÊNCIA DIRECTÓRIO CÂMARA DE COMÉRCIO PORTUGAL-MOÇAMBIQUE



CCPM
CÂMARA
DE COMÉRCIO
PORTUGAL
MOÇAMBIQUE

20 SETEMBRO 2024

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES EM WWW.CCPM.PT

Inscrição gratuita e limitada à disponibilidade do Auditório

Auditório da Ordem dos Economistas

R. Ivone Silva 6, 5º Andar - Edif. ARCIS
1050-124 Lisboa

PROGRAMA

17h00 Receção dos Participantes

17h30 Sessão de Abertura

- António Mendonça
Bastonário da Ordem dos Economistas
- Pedro Rebelo de Sousa
Presidente do Conselho Geral da CCPM
- Ricardo Arroja *
Presidente da AICEP

18h00 Debate – “Moçambique”

- António Rebelo de Sousa
Ordem dos Economistas
- António Rodrigues
Deputado do PSD - Vice-Pres. da Bancada
Parlamentar
- Fernando Medina
Deputado do PS
- Stella Zeca
Embaixadora de Moçambique em Lisboa
- Moderador: Rui Moreira de Carvalho
Presidente da Direção da CCPM

19h30 Encerramento

- Rui Motty
Vice-Presidente da Direção da CCPM

*por confirmar



António Mendonça

Bastonário da Ordem dos Economistas



Pedro Rebelo de Sousa

Presidente do Conselho Geral da CCPM



Ricardo Arroja

Presidente da AICEP



António Rebelo de Sousa

Ordem dos Economistas



António Rodrigues

Deputado do PSD
Vice-Pres. da Bancada Parlamentar



Fernando Medina

Deputado do PS



Stella Zeca

Embaixadora de Moçambique em Lisboa



Rui Moreira de Carvalho

Presidente da Direção da CCPM



Rui Motty

Vice-Presidente da Direção da CCPM

ORGANIZAÇÃO



aicep Portugal Global

APOIO



Millennium
Bim

OPTOCENTRO
LISBOA | PORTO | MAPUTO

CEMPALAVRAS
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL[®]



Moçambique, uma terra sempre com futuro

O ar estava fresco, Moçambique iniciava uma nova fase do seu crescimento, a simpatia nas ruas era a mesma de sempre e respirava-se toda a expectativa que os períodos de paz acarretam. Foi assim que eu, jovem professor universitário, reconheci Maputo, onde fui no inverno austral de 1993 para ensinar Investigação Operacional, na licenciatura de Gestão da Universidade Eduardo Mondlane.

A ligação emocional com Moçambique já existia por razões familiares, tios e primos na Beira, e mesmo por uma mudança do Algarve para terras moçambicanas não concretizada, já com o bilhete de avião na mão, porque o destino paterno assim quis. O Sul é sempre um destino encantado e Moçambique é o Sul do Sul.

A economia e a sociedade moçambicanas têm mantido uma luta sem tréguas pelo desenvolvimento sustentável. Desde o atraso secular nas qualificações, partilhado com todo o espaço geográfico da língua portuguesa durante tempo demais, passando pelos desafios da geografia e do clima, fomos aprendendo a lidar em conjunto com a palavra superação. Ao olhar para os dados económicos mais recentes, vemos como esse trajeto ainda está em curso.

A economia moçambicana contraiu no período da crise pandémica, uns ainda assim modestos 1,2%, mas no ano seguinte já tinha recuperado o ritmo de crescimento e assim continuou nos dois anos seguintes. A inflação subiu e foi elevada durante este período e mereceu a atenção com que os bancos centrais sempre olham para estes fenómenos.

Os desequilíbrios no trajeto de crescimento são sempre um desafio para os países que recuperam terreno face às médias mundiais. Quer o saldo externo, quer o equilíbrio das contas públicas são matérias a ter em conta quando a dívida aumenta. O que se lê nos números é positivo. Mas o positivo merece ser explicado, para que todos entendam a sua necessidade e contribuam para o futuro da economia moçambicana.



A ECONOMIA E A SOCIEDADE MOÇAMBICANAS TÊM MANTIDO UMA LUTA SEM TRÉGUAS PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. DESDE O ATRASO SECULAR NAS QUALIFICAÇÕES, PARTILHADO COM TODO O ESPAÇO GEOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA DURANTE TEMPO DEMAIS, PASSANDO PELOS DESAFIOS DA GEOGRAFIA E DO CLIMA, FOMOS APRENDENDO A LIDAR EM CONJUNTO COM A PALAVRA SUPERAÇÃO.

O futuro dos países será sempre as pessoas, sustentado em instituições que sejam respeitadas e previsíveis. A República de Moçambique é um país ainda novo, numa terra milenar, com uma população muito jovem. É deste conjunto que se desenhará o futuro.

Porque, como já nos habituaram, com os seus ritmos, a franqueza, a doçura dos materiais e das pessoas, os moçambicanos farão como sabem, *maningue nice!* ●

Reflexão



Manuel de Almeida Damásio

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA



Ensino universitário

UM DESÍGNIO DAS SOCIEDADES PARA VENCER A POBREZA E AS DESIGUALDADES

Nos dias de hoje é outra a identidade universitária. No seu papel atual não basta ensinar, é fundamental a relação que as instituições do ensino superior estabelecem com a sociedade. Uma relação especialmente com as empresas, a investigação científica e, sobretudo, a internacionalização. Ao ensino universitário cabe participar no desenvolvimento coletivo, seja em Portugal, seja em Moçambique.

Tal como na vida de qualquer indivíduo ou instituição, só o tempo nos pode dizer das verdadeiras intenções, dos resultados e das implicações de certos momentos e iniciativas muito concretas. Hoje, passados 30 anos sobre a fundação do ISPU - Instituto Superior Politécnico e Universitário, podemos olhar para o passado e fazer uma avaliação objetiva sobre a concretização daquilo a que se propuseram os seus fundadores.

Tive a honra de ter sido co-fundador deste ambicioso projeto, juntamente com o Professor Doutor Lourenço do Rosário e com o Eng.º Carlos Klint, no já distante ano de 1994. Nessa avaliação que devemos fazer constantemente sobre o nosso trabalho, temos de destacar o impacto direto que a Politécnica teve em largos milhares de cidadãos e de famílias moçambicanas. Mais que números, os milhares de diplomas entregues correspondem a milhares de pessoas que se valorizaram, que abriram os seus horizontes e que hoje participam na construção do seu país de uma forma mais ativa e mais responsável.

BUSCA PELO CONHECIMENTO E PELO APERFEIÇOAMENTO

Estes milhares de diplomas correspondem à concretização de muitos sonhos e, especialmente, à demonstração de que é possível o tão famoso e tão desejado “elevador social”, dando corpo à ideia de que o ensino universitário deve ser aberto e não fechado.

Mas, estes milhares de diplomas correspondem ainda a cidadãos capacitados que, ao poderem estudar em Moçambique, não abandonaram o seu país, como acontece a muitos que, buscando o conhecimento noutras paragens, por lá acabam por ficar. Ou, pelo menos, deixam uma parte da sua alma.



Fotografia iStock



NUM MUNDO CADA VEZ MAIS COMPETITIVO, AS UNIVERSIDADES TÊM UMA FUNÇÃO CADA VEZ MAIS IMPORTANTE NA CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES, NO DESENVOLVIMENTO E NA INOVAÇÃO.

Contudo, se o que foi obtido nos enche de orgulho, seja a mim como simples impulsionador, seja a todos os milhares de colaboradores que ao longo dos anos têm permitido a vitalidade do projeto, muito falta fazer. Sendo o ensino uma verdadeira missão, nunca nos devemos dar por satisfeitos, nem nunca podemos parar a busca pelo conhecimento e pelo aperfeiçoamento. Apesar do muito trabalho realizado, pelos países lusófonos continua a grassar a pobreza e o subdesenvolvimento. Seja em Portugal, no Brasil, em Moçambique e nos restantes países lusófonos, os índices de desenvolvimento continuam abaixo do que todos nós gostaríamos. O trabalho realizado é muito, mas, num mundo cada vez mais competitivo, as universidades têm uma função cada vez mais importante na criação de oportunidades, no desenvolvimento e na inovação.

PARTICIPAR NO DESENVOLVIMENTO COLETIVO

Hoje, não basta ensinar, seguindo o que este verbo significava há algumas dezenas de anos atrás. A relação com a sociedade, especialmente com as empresas, a investigação científica e, sobretudo, a internacionalização, são hoje a identidade universitária que de forma mais completa pode participar no desenvolvimento coletivo.

O caminho do desenvolvimento ou será assente no ensino, ou não será. A tragédia vivida em Cabo Delgado mostra-nos os desafios que todos temos pela frente, da mais vasta comunidade internacional ao mais normal e comum dos cidadãos. No quadro da lusofonia, temos todos o dever de participar ativamente nesta luta urgente contra os radicalismos, tudo fazendo para levar às

populações um desenvolvimento assente no conhecimento, no respeito pela diferença, na valorização da livre iniciativa e no fortalecimento das instituições democráticas.

A Politécnica, com 30 anos de serviço à vasta comunidade moçambicana, tem já um sólido passado que hoje se espalha através de unidades orgânicas que abrangem grande parte do país, mas tem, especialmente, um importante futuro. Às instituições que conseguiram sobreviver à prova do tempo, a sociedade exige ainda mais. Se muito se fez até hoje, mais se deverá fazer no futuro.

Pessoalmente, e através da COFAC, Crl., que é a entidade instituidora da Universidade Lusófona, a maior universidade privada portuguesa e a cabeça de um grupo universitário com instituições em seis países do mundo, continuo empenhado na persecução do ensino como desígnio das sociedades que querem vencer a pobreza e as desigualdades.

Num tempo que vence as fronteiras e ultrapassa as barreiras culturais, através da COFAC e da Universidade Lusófona, Moçambique tem as portas abertas para uma internacionalização que lhe permite a troca de experiências, o enriquecimento dos seus quadros e o acesso a redes de investigação que podem fazer a diferença.

Seguindo o provérbio africano que nos acolhe no *website* da Câmara de Comércio Portugal-Moçambique, recordo que “*Se queres ir depressa, vai sozinho. Se queres ir longe, vai em grupo*”. Apenas juntos seremos melhores e obteremos melhores resultados.

A construção da lusofonia, longe de traumas e de empecilhos que nos são lançados ao caminho, é a forma de rentabilizarmos a nossa cultura comum, o nosso passado e de, em conjunto, mas com as especificidades de cada um, conquistarmos o futuro. ●



Rui Moreira de Carvalho

PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA CCPM



Uma viagem para o desenvolvimento

«**N**ão é o caminho que nos falta. O que nos falta é a viagem», escreve Mia Couto (2023, p. 92) na crónica “O descruçificado”, inspirada num episódio real ocorrido no final de 2022, em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, entre dois amigos, um muçulmano e outro católico, «a escapular da nossa aldeia, como bichos escapando das chamas. Fugíamos da guerra, escapávamos dos novos demónios que se passeiam na nossa terra».

No editorial, o professor Mário Centeno revive a sua primeira experiência de professor, em 1993, na Universidade Eduardo Mondlane. E de como os moçambicanos ganharam o seu afeto. No seu caminho de ministro de Portugal e de líder do Eurogrupo, granjeou reputação e notoriedade. Agora, como Governador do Banco de Portugal, está a ajudar a fortalecer as instituições dos países de língua oficial portuguesa. E sabemos como estas são importantes.

O professor Manuel de Almeida Damásio enquadra a sua viagem pelo mundo da academia no projeto de desenvolvimento de Moçambique e de Portugal. A sua carreira e a sua obra são um legado que nos oferece valor. A aposta na valorização da cultura, das instituições e do conhecimento é, sempre, uma aposta marcante para o processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento deve ser alcançado através de processos de mercado. Mas, por razões históricas, Moçambique é uma economia de mercado sem capitalistas. Compete ao Estado criar o capitalismo e também determinar a sua natureza. Os empresários não nascem como «flores depois das chuvas», mas «crescem como árvores de fruto», que devem ser plantadas e cuidadosamente tratadas até estarem suficientemente maduras para sobreviverem sozinhas. Isto exige um grau de formação e apoio, numa base diária, de modo a ajudar os empresários a criarem e expandirem negócios e a envolverem-se ativamente na vida da empresa e com as comunidades locais, num processo de criação de valor sustentável e socialmente inclusivo.

O Embaixador António Costa Moura faz-nos uma retrospectiva de sua missão de Embaixador de Portugal em Moçambique desde março de 2021. E caminha desde a Parceria Estratégica, Segurança e Defesa, Cooperação para o Desenvolvimento, Cultura, Empresas até à Atividade Consular. É uma apresentação do muito que nos une.

Tivemos a oportunidade de entrevistar a Embaixadora Stella Zeca. O seu desejo de reforço das relações entre moçambicanos e portugueses é por nós partilhada. Mas também é desejável, como bem recorda, a vontade de “regresso dos serviços da Embaixada para as antigas instalações localizadas na Avenida de Berna em Lisboa”. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Nuno Sampaio, sublinha instrumentos de apoio à internacionalização, “através da concentração e fusão de empresas exportadoras” e do recurso a dois programas “Portugal sou Eu” e “Marca Portugal”.

A procura de competitividade pelas empresas é um designio. Sempre assim o foi. E a procura de ganho de escala e de otimização de recursos através de parcerias é uma oportunidade. Para tal, a existência de agentes mobilizadores capazes de oferecer pistas é uma necessidade. Um agente mobilizador eficaz deve oferecer credibilidade e conhecimentos especializados, confiabilidade e um sentido de neutralidade. Essa é, aliás, uma das funções de uma Câmara de Comércio.

Como refere o Secretário de Estado, a “capacitação dos jovens através da educação e da formação profissional pode ser vista por este prisma do desenvolvimento e sustentabilidade. Jovens com formação em áreas com empregabilidade, com futuro e carreiras capazes de responder às suas expectativas”. São isto sementes que tendem a criar valor. Mais adiante, recorda-nos que “o Acordo sobre a Mobilidade é um Acordo-quadro que estabelece a base legal sobre a qual se construirá uma maior mobilidade e circulação no espaço da CPLP”. Este intento está na génese do Humanismo e Mundialismo que Camões difundiu. Quando comemoramos os 500 anos do seu nascimento, recordamos a linda Ilha de Moçambique ao se evocar o Canto Décimo dos Lusíadas.

O Prémio *Alumni* Joaquim Chissano homenageia “moçambicanos que tenham frequentado instituições de ensino superior em Portugal e que se tenham distinguido, em Moçambique, na defesa e na promoção do ideal de uma sociedade inclusiva”. Em 2023 Jotamo Come, cirurgião e professor da Universidade Eduardo Mondlane, antigo aluno da Universidade do Porto, e Sandra Machatine, Juíza Conselheira do Tribunal Supremo de Moçambique, antiga estudante da Universidade de Coimbra, foram os consagrados.

No seu bonito texto, Sandra Machatine dá nota do seu relevante papel enquanto embaixadora da academia luso-moçambicana na capacitação “dos magistrados judiciais, apontando para o curto e médio prazo nas áreas de família e menores, violência baseada no género, trabalho e justiça social, e de interesse para o fortalecimento e consolidação das competências técnicas”. Por seu lado, Jotamo Come recorda-nos que “o facto de o prémio *Alumni* ostentar o nome de uma personalidade de grande prestígio, torna-o revestido de um especial significado e exige dos moçambicanos premiados maior responsabilidade e dedicação na realização de ações concretas, que aumentem o seu desempenho na assistência sanitária aos doentes e à população em geral”.

Na edição de 2021 do Directório Moçambique escrevia Mia Couto: “A literatura não é apenas arte. É um modo de uma nação se anunciar ao mundo. E de conversar com a humanidade”. Em referência ao Prémio Fundação Fernando Leite Couto, que a CCPM ajudou a difundir na bela vila de Óbidos, capital portuguesa da cultura literária, aditava: “Não se trata apenas de um acréscimo ao que já estava estabelecido. Trata-se de uma porta para que este (ou esta) jovem escritor(a) possa sair para além dos limites do seu próprio país”. E em 2023 foram dois os jovens escritores moçambicanos vencedores deste prémio: Gibson João, de Inhambane, com a obra “O descalço [dos] murmúrios”, e Óscar Fanheiro, de Maputo, com a obra “Incêndios à Margem do Sono”. Ambos estiveram presentes no FOLIO Óbidos e durante um mês tiveram a oportunidade de desfrutar da cultura da Região Oeste de Portugal.

A entrega destes dois prémios, a 11 de dezembro de 2023 na Fundação Fernando Leite Couto, contou com a presença do nosso querido Presidente Joaquim Chissano, do Presidente do Tribunal Supremo de Moçambique, Adelino Manuel Muchanga, e do seu Vice-presidente, João Batista Beirão, entre outros altos dignatários dos dois países, onde se valorizaram as nossas comunidades, as nossas sociedades, as nossas academias e as nossas empresas e países.

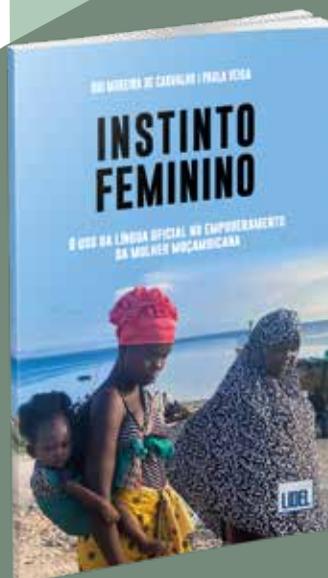
O vencedor do Prémio de Responsabilidade Social Maria das Neves Rebelo de Sousa 2023 foi a ONGD “Leigos para o Desenvolvimento”. Entendeu a mesma, e tendo em conta que em 2023 não teve nenhuma intervenção direta em Moçambique, dividir o prémio de 7.500 euros pelas seis candidaturas finalistas. Foi um gesto nobre, que muito nos dignificou. Este montante económico será uma alavanca ao “regressar a Moçambique e implementar, com a Diocese de Tete e outros parceiros, um Programa de Desenvolvimento Comunitário”.

A 24 de julho de 2024, no auditório do BCI em Maputo, a ONGD *Quid Iuris*, com o apoio da CCPM, organizou a “Conferência Internacional sobre Garantia dos Direitos Infante-Juvenis em Moçambique”. Parabéns a Marvinda Godinho e equipa pelo sucesso de terem agregado mais de duas centenas de participantes.

A 28 de junho tivemos a oportunidade de conhecer o candidato da Frelimo à Presidência de Moçambique, o professor Daniel Francisco Chapo, no seu encontro com a Diáspora Moçambicana em Lisboa. Foi um encontro caloroso. Sendo um académico, soube apresentar um projeto, uma visão para um Moçambique que queremos melhor. O professor Lívio de Moraes, em nome da comunidade, fez uma importante exposição. Permitam-me recordar que Sintra, em 2008, inaugurou a Casa da Cultura Lívio de Moraes, um marco de referência cultural em Portugal. Mas também a academia soube estar presente neste encontro. O professor António Mendonça, Bastonário dos Economistas, deu nota da esperança que este novo ciclo político oferece. Cabe aos moçambicanos a sabedoria da escolha democrática; aos candidatos, os nossos votos de saúde e de bom governo.

De 2024 assinalamos, ainda, o lançamento do “Barómetro das Empresas Moçambique”, um estudo da CCPM que procura recolher e refletir sobre a opinião dos gestores das empresas em Moçambique acerca da economia global e local. Este estudo conta com o envolvimento da AICEP e a parceria da PwC enquanto *Knowledge Partner*.

Terminada a retrospectiva, falemos do futuro. O ano de 2025 deve ser de glória à paz e à esperança. Moçambique comemora 50 anos de independência. Vamos ter um novo ciclo político no país. Também Portugal está no advento de uma nova fase. Queremos fazer parte destes projetos de desenvolvimento. Que a viagem se faça com a valorização de todos. Que cada um faça a sua parte. E que o resultado seja maior do que a simples soma das partes. ●



Vencedor do Prémio Vasco da Gama Lobo, edição de 2024, este livro trata o tema do “Instinto Feminino” tendo como foco “o uso da língua oficial [portuguesa] no empoderamento da mulher moçambicana”. E que Instinto Feminino é esse?

A riqueza étnico-cultural de Moçambique identifica cerca de 21 idiomas diferentes. Esta riqueza tem um elevado imposto sucessório: como ensinar uma língua oficial que os pais não conhecem sem os professores adequados?

Em certas regiões, as mães não têm capacidade para apoiar a ida dos filhos à escola. A pobreza retira-lhes o poder que a autoridade enquanto educadoras lhes confia. A falta desse poder não é só uma questão jurídica, moral e ética, também é económica.

Para um crescimento inclusivo e perene, as finanças e a economia devem apoiar o investimento e o consumo desde a base da pirâmide social. O uso de novas tecnologias nos modelos de educação bilingue na fase de inserção das crianças nas escolas pode fomentar a aprendizagem da língua portuguesa, mitigar o abandono escolar, reforçar a identidade e coesão nacional e promover a competitividade.

O modelo de crescimento deve considerar que as empresas integrem programas de responsabilidade social em parceria com os líderes locais focados no empoderamento da mulher. A mulher, enquanto esposa, mãe e família saberá, através do seu instinto, fazer uso das oportunidades para uma construção coletiva.

Dirigido a estudantes, professores, investigadores, gestores e empresários e à próxima geração, este livro pretende atizar a curiosidade e encorajar o debate.

SESSÕES DE APRESENTAÇÃO

- > 17 outubro / 18h30 / FOLIO - Óbidos
- > 23 outubro / 18h30 / El Corte Inglés - Lisboa
- > 3 dezembro / 16h30 / Fundação Fernando Leite Couto - Maputo

CCPM

- > Prémio Maria das Neves Rebelo de Sousa
- > Prémio Fernando Leite Couto
- > Prémio Alumni Joaquim Chissano

Fotografia istock



ÓRGÃOS SOCIAIS 2021-2024

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- > **Presidente** Miguel Spínola
- > **Vice-Presidente** Catarina Godinho e Santos
- > **Secretário** Miguel Luís José

DIREÇÃO

- > **Presidente** Rui Moreira de Carvalho
- > **Vice-Presidentes**
 - > Joaquim Tobias Dai
 - > Rui Ragageles Motty › Optocentro
- > **Vogais**
 - > Castigo Langa
 - > Cloé Ribas
 - > COSEC
 - > Diogo Lucas Pires › Cabelte
 - > Diogo Xavier da Cunha › Miranda & Associados
 - > Fernando Daniel Nunes › Grupo Visabeira
 - > Joel Rodrigues › Nedbank
 - > José Luís Moreira da Silva › SRS Legal
 - > Miguel Félix António › Grupo Entrepósito
 - > Paula Albuquerque › Boyden
 - > Paula Viegas › Banco Montepio
 - > Pedro Matias › ISO
 - > Ricardo Almeida › Blue Aegean Consultores
 - > Ricardo Ribeiro › Ferpinta Moçambique

CONSELHO FISCAL

- > **Presidente** Inês Paulo Frazão
- > **Vogal** Luís Miguel Costa
- > **Vogal** Fravizel
- > **Secretária-Geral** Joana Paulo Frazão › Fravizel

CONSELHO GERAL

- > **Presidente**
 - > Pedro Rebelo de Sousa
- > **Vogais**
 - > Alberto Santos Simão
 - > Alberto Soares
 - > Alexandre da Fonseca
 - > Ana Sofia Batista
 - > António Rodrigues
 - > António Leitão Marques
 - > Carlos Costa Pina
 - > Carlos Nunes Madeira
 - > Daniel David
 - > Daniel Traça
 - > Diogo Tavares
 - > Élio Jossane
 - > Eliseu Frazão
 - > Fernanda Lichale
 - > Fernando Taborda
 - > Filomena Oliveira
 - > Hilário da Conceição
 - > João Bento
 - > João Navega
 - > João Nuno Calvão da Silva
 - > João Nuno Palma
 - > Joaquim Neto Filipe
 - > Jorge Magalhães Correia
 - > José Maria Costa
 - > José Monteiro de Morais
 - > Judite Smith Colce
 - > Leonardo Simão
 - > Luís de Carvalho Machado
 - > Margarida Ramos Pereira
 - > Maria Celeste Hagatong
 - > Maria da Luz Rodrigues
 - > Maria João Bobone
 - > Miguel Maya
 - > Murade Murargy
 - > Nasser Sattar
 - > Nazim Ahmad
 - > Nicolau Santos
 - > Nicole Azevedo
 - > Paulo Almeida
 - > Paulo Barreiros
 - > Paulo Varela
 - > Ricardo Jorge
 - > Rui Veloso
 - > Sandra Machatine
 - > Sheu Han
 - > Stewart Sukuma
 - > Teresa Damásio
 - > Vítor Silva
- > **Secretariado**
 - > Agostinho Silva
 - > Ricardo Rodrigues
 - > Marvinda Godinho



Escolinhas Comunitárias do Niassa - Escolinha Muheia



Luísa Trindade
DIRETORA EXECUTIVA DA LEIGOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Leigos para o Desenvolvimento

RECEBEM PRÉMIO MARIA DAS NEVES REBELO DE SOUSA

Os Leigos para o Desenvolvimento são uma ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento) católica, de inspiração Inaciana (Santo Inácio), com 38 anos de existência. Atuamos preferencialmente através de voluntários missionários qualificados e, em 2023, beneficiaram dos nossos projetos 20.000 pessoas e já partiram em missão mais de 480 voluntários.

Promovemos Desenvolvimento Comunitário numa lógica de capacitação e sustentabilidade, em parceria com as comunidades locais, preferencialmente nas seguintes áreas: Dinamização e Organização comunitária, Formação e Educação, Empreendedorismo e Empregabilidade, Capacitação de agentes locais, Promoção do voluntariado e Pastoral. O trabalho no terreno é feito através de voluntários que permanecem pelo período mínimo de um ano como facilitadores e agentes de desenvolvimento, privilegiando a relação, a parceria, o conhecimento local, a simplicidade de meios e a capacitação, sendo assim criada a possibilidade de autodesenvolvimento nas comunidades.

Os Leigos para o Desenvolvimento chegaram a Moçambique através do Malawi, onde em 1991 se localizavam muitos dos campos de refugiados da guerra civil, entrando depois em Moçambique com um trabalho nas Escolinhas Comunitárias (educação

pré-escolar), que depois foi incluindo trabalho na área da Saúde e do Empreendedorismo. São mais de 30 anos de ligação a este país, interrompida pela pandemia de Covid-19, mas ao qual desejávamos muito regressar. A candidatura ao Prémio Maria das Neves Rebelo de Sousa segue o desejo deste nosso regresso, acreditando sempre que o desejo de "Ser Mais" nos leva mais além.

Muitas pessoas uniram-se a nós via *online*, através da CCPM, e no jantar de entrega do Prémio Maria das Neves Rebelo de Sousa, a 18 de abril, mostraram-nos que continuava a fazer sentido este regresso. Foram muitos os antigos alunos, beneficiários e parceiros que nos fizeram chegar o apoio através do seu voto. E que bênção foi sentir este apoio e este desejo de regresso maior do que nós. Estamos agradecidos à CCPM por nos ter incentivado a ativar esta rede, que nos permitiu sentir esta onda de apoio e desejo do nosso regresso.

DESEJADO REGRESSO A MOÇAMBIQUE

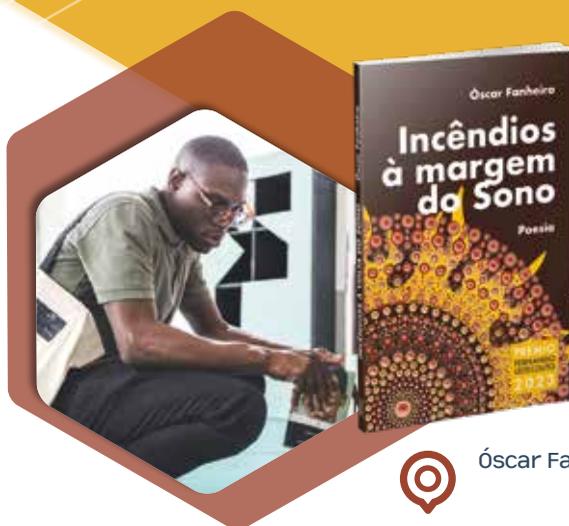
Preparamo-nos agora para enviar três jovens voluntários para Moçambique, em particular para Tete. Aqui será a nossa nova missão, regressando a esta província passados quase 20 anos. Deixámos a Fonte Boa (Angónia) em 2006 e preparamo-nos para regressar

com três voluntários. O trabalho de base comunitária, a ser desenvolvido a partir das pessoas que trabalham e moram no local onde vamos morar e trabalhar, será a nossa âncora. Contamos a partir de outubro estar de regresso a Moçambique e implementar num dos bairros periurbanos de Tete, em parceria com a Diocese de Tete, e outros parceiros que se juntarão a nós, um Programa de Desenvolvimento Comunitário, enraizado no modelo de Grupo Comunitário, um fórum onde se reúnem as várias entidades presentes num território para debaterem os seus problemas e, a partir dos recursos locais, encontrarem formas de os resolverem.

O reconhecimento por parte da CCPM em muito nos animou a consolidar esta decisão e agora contamos também com o apoio de todos quantos nos apoiaram neste prémio para materializar os sonhos destas comunidades. Os Leigos para o Desenvolvimento querem ser alavanca para que estas comunidades possam concretizar sonhos que achavam impossíveis, contando com cada pessoa que ali mora, que ali trabalha e que tem em si um potencial que nem imagina!

Obrigada a todos quantos permitiram este regresso a Moçambique e também a todos os outros projetos que se candidataram e com os quais esperamos em breve poder articular parcerias. ●

PRÉMIO LITERÁRIO 2023
PREMEIA DOIS JOVENS ESCRITORES



Óscar Fanheiro

Nasci em Maputo a 7 de agosto de 1995, formei-me em Ciências da Comunicação, na especialidade de Jornalismo, sou estudante de Gestão de Empresas e, em 2023, fui agraciado *ex-aequo* com o Prémio Literário Fernando Leite Couto pelo livro “Incêndios à margem do Sono”, numa edição que consagrou o género poesia, e cujo feito constitui um grande marco na minha vida. Este prémio confirmou-me que o sonho da literatura sempre valeu a pena, que as madrugadas perdidas à procura da palavra certa e a busca do verso sublime nunca foram em vão. Confirmou ainda que o esforço, a espera e a reclusão interior têm sempre a sua recompensa. E, na escrita, essa recompensa é a publicação. A atribuição deste prémio ao meu conjunto poético constitui, também, uma honra a mim como autor e uma homenagem à mulher que muito me apoiou neste sonho literário, a minha falecida irmã, Zaituna M. Fanheiro.

Olho, ainda, para esta galardoação como sendo, não só uma premiação daquele que é o trabalho que venho desenvolvendo na literatura, mas também uma premiação para toda uma geração de novos escritores que comigo se fizeram, ou por outra, uma geração de escritores com quem tive a honra de trocar ideias à volta do fazer literário e, por via dessas discussões, termos iniciado a nossa formação literária e, claro, cogitamos que tipo de escritores gostaríamos de ser.

Com a junção da Fundação Fernando Leite Couto a parceiros estratégicos como a Câmara Municipal de Óbidos, a Câmara de Comércio Portugal-Moçambique, o Moza Banco e o Instituto Camões, o Prémio Literário Fernando Leite Couto elevou o seu estatuto, uma vez que passou a promover aos vencedores do mesmo uma experiência intercultural através da residência literária em Óbidos, para além da atribuição do valor pecuniário referente ao prémio e, ainda, a possibilidade dos escritores verem os seus livros publicados em Portugal. Estes e outros tantos aspectos tomam este prémio como um dos maiores, se não o que melhor promove e divulga os novos escritores em Moçambique.

Como em diversas áreas, a literatura moçambicana tem enfrentado os seus desafios. É verdade que temos visto um aumento significativo de editoras e de oportunidades de publicação em editoras nacionais, mas ainda tem sido difícil para um escritor novo ser publicado por uma editora já estabilizada no cenário literário moçambicano. Também tem-se assistido ao que se supõe ser a morte da crítica, o que não é nada bom para uma literatura que se pretende evolutiva.

Em termos de público leitor vislumbra-se uma primavera aurora. Nos últimos anos, despontaram vários movimentos ou grupos de promoção da leitura e do livro em quase todo o país; é verdade, com mais intensidade em certas províncias que noutras. E o grande marco desse movimento de promoção do livro e da leitura é a distinção que foi dada ao Clube de Leitura de Quelimane, em inícios de 2024, pela Câmara de Comércio Portugal-Moçambique. ●



Gibson João

Nasci em Inhambane, distrito de Inharrime, em 21 de maio de 2001, e comecei a interessar-me pela poesia no ensino médio, por meio de um trabalho na disciplina de Língua Portuguesa, que tinha em vista a produção de um poema. Dois anos depois, tive conhecimento do Projecto Tindzila (associação cultural), de que fui membro e onde conheci amigos escritores, tendo tido a possibilidade de ler mais livros e alguma poesia estrangeira. Em 2021, condicionado pelo trabalho, fico em extremo exílio e aí a escrita começa a tornar-se algo mais sério até os actuais dias.

Em 2023, na 5.ª edição do Prémio Literário Fernando Leite Couto, na área de poesia, fui vencedor *ex-aequo* com a obra “O descalço [dos] murmúrios”, marcando uma etapa bastante importante na minha vida e confirmando a luz que persistia no meu sonho.

O Prémio Literário Fernando Leite Couto, instituído em 2017 pela Fundação Fernando Leite Couto (FFLC), em homenagem ao seu Patrono e como uma forma de dar continuidade ao seu legado, é destinado ao estímulo da produção literária e promoção de novos autores. Vem dando oportunidade aos jovens escritores moçambicanos de publicação dos seus escritos, além da atribuição de um valor monetário e da oferta de uma residência literária em Óbidos,

Portugal, por um período de um mês, onde se tem a oportunidade de participar no Festival Literário Internacional de Óbidos. Este conjunto de características colocam o Prémio Literário FLC como um dos maiores, se não o único, que melhor promove e divulga os novos escritores em Moçambique. ●

[Textos segundo a anterior ortografia]



A CCPM realizou a 11 de Dezembro de 2023, na Fundação Fernando Leite Couto, em Maputo, a sessão de entrega do Prémio *Alumni* Joaquim Chissano - Estudante Moçambicano em Portugal 2023, instituído pela CCPM e pela Fundação Joaquim Chissano. A sessão foi presidida pelo antigo Presidente moçambicano Joaquim Chissano e contou com a presença do Embaixador de Portugal em Moçambique, António Costa Moura.

Na sua terceira edição, o Prémio *Alumni* Joaquim Chissano 2023 teve, em *ex aequo*, dois vencedores: a Juíza Conselheira Felicidade Sandra Machatine Tem Jua, indicada pela Universidade de Coimbra, e o Professor Doutor Jotamo José Come, indicado pela Universidade do Porto.

[Textos segundo a anterior ortografia]



Jotamo Come
CIRURCIÃO GERAL

Testemunho de Jotamo Come

Aprofundar o conhecimento científico

Ter recebido o Prémio *Alumni* Joaquim Chissano representou um grande estímulo para mim e para os profissionais de saúde, particularmente da área específica de cirurgia, para que renovem a vontade e interesse na elevação do seu conhecimento a nível académico como forma de realização individual, mas também de procura de soluções para as insuficiências na assistência dos pacientes, que podem ser ultrapassadas com novas visões e conhecimento científico mais aprofundado. Por outro lado, o facto de o prémio *Alumni* ostentar o nome de uma personalidade de grande prestígio torna-o revestido de um especial significado e exige dos moçambicanos premiados maior responsabilidade e dedicação na realização de acções concretas, que aumentem o seu desempenho na assistência sanitária aos doentes e à população em geral. A título de exemplo, a identificação de factores de risco para o cancro do esfago em Moçambique, que constituiu parte da pesquisa por mim realizada, poderá contribuir para a prevenção e/ou redução do número de casos desta enfermidade, com impacto na assistência dos doentes oncológicos no nosso país. Finalmente, o uso do português como língua comum facilitou o meu processo de formação para aquisição de habilidades e competências específicas essenciais para a implementação das novas técnicas e tendências no tratamento dos doentes. ●

CONCLUIU EM 1992, EM MOÇAMBIQUE, A LICENCIATURA EM MEDICINA E CIRURGIA PELA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE E, EM 2005, A ESPECIALIZAÇÃO EM CIRURGIA GERAL NO HOSPITAL CENTRAL DE MAPUTO E UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. EM MARÇO DE 2022 OBTVEU O DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS MÉDICAS PELA UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTUGAL. ACTUALMENTE TRABALHA COMO CIRURCIÃO GERAL NO HOSPITAL CENTRAL DE MAPUTO, É DIRECTOR DO SERVIÇO DE CIRURGIA DESTINADO A DOENÇAS DA MAMA, TIRÓIDE E HEPATOBILIAR. É, AINDA, DOCENTE E CHEFE DO DEPARTAMENTO ACADÉMICO DE CIRURGIA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. A NÍVEL NACIONAL, JOTAMO JOSÉ COME COORDENA O PROGRAMA NACIONAL DE CIRCUNCISÃO MASCULINA NO CONTEXTO DE PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO DO HIV EM MOÇAMBIQUE.



Sandra Machatine
JUÍZA CONSELHEIRA DO TRIBUNAL SUPREMO

Testemunho de Sandra Machatine

Elevar os padrões da magistratura

É com sentimento de muita honra e estima que, uma vez recebido o convite para enquanto vencedora do Prémio *Alumni* Joaquim Chissano, edição de 2023, tecer considerações relativas a este importante prémio, venho transmitir o meu testemunho no Directório Moçambique da CCPM.

Permitam-me trazer algumas notas sobre o momento em que recebi a informação de que seria premiada, o que acolhi com bastante apreço ao confirmar-se a indicação para receber um prémio de tão elevado significado e simbolismo, constituindo uma grande conquista no meu percurso de vida, precisamente na vertente profissional e académica, trilhado com rigor e empenho, pugnando sempre pela realização da justiça e construção de uma sociedade respeitadora dos direitos humanos.

Esta premiação trouxe acrescida responsabilidade de dar o meu contributo para, nessa qualidade, mas igualmente enquanto Embaixadora da Universidade de Coimbra (UC), título honorífico recebido através do Magnífico Vice-Reitor da UC, continuar empenhada no rigor e dedicação profissional, na materialização da justiça e elevação dos padrões da magistratura em Moçambique.

Assim, propus-me estabelecer parcerias com diversas instituições incidindo nas associações de profissionais do judiciário e institutos públicos, com vista a impulsionar acções de formação centradas nos magistrados judiciais de nível distrital e provincial, de modo a melhorar o seu desempenho profissional e que, ao atingirem o patamar dos tribunais superiores, possam ser quadros melhor qualificados.

Criar sinergias com instituições-chave de cariz nacional e internacional constitui uma das principais notas da minha actividade, de que destaco: o Memorando de Entendimento entre a Bolsa de Valores de Moçambique e a Universidade de Coimbra, rubricado em Abril de 2024 entre o Presidente do Conselho de Administração, Doutor Salim Cripton Valá, e o Vice-Reitor da UC, Professor Doutor João Nuno Calvão da Silva; as concertações com o Supremo Tribunal de Trabalho do Brasil, equipa de Magistradas e Assessores dirigida pelo seu Presidente, o Ministro Lélío Bentes Corrêa; e as conversações para a implementação do Memorando de Entendimento

com a Associação Moçambicana de Juízes, através do Presidente, Dr. Esmeraldo Matavel, da Directora-Executiva USAID, Dr.ª Helen Pataki, e da Assessora UNICEF, Dr.ª Carla Mendonça.

Impõe-se sublinhar a iniciativa já em fase avançada de Memorando de Entendimento com a Bolsa de Valores de Moçambique na área de educação financeira e seguros, por um lado, e com a Associação Moçambicana de Juízes, porquanto temos em comum o propósito de criar uma aliança estratégica que permita a contribuição na solução dos problemas de formação contínua dos magistrados judiciais, apontando para o curto e médio prazo nas áreas de família e menores, violência baseada no género, trabalho e justiça social, e de interesse para o fortalecimento e consolidação das competências técnicas.

Perspectivo, a médio e longo prazo, potenciar a realização de parcerias entre os países lusófonos no contexto da CPLP, em sede do judiciário e outras áreas de intervenção da Universidade de Coimbra e da Câmara de Comércio Portugal-Moçambique, impulsionadores desta iniciativa de premiação que coloca os valores da academia e do empresariado em prol da amizade e cooperação entre os nossos povos ligados pelos diferentes continentes. ●

LICENCIADA EM DIREITO PELA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL (1992-1997), COM PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO EMPRESARIAL PELO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DE MOÇAMBIQUE – ISCTEM, EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA – UNL (2016/2017), E Mestrado em Direito Empresarial pelo ISCTEM, em parceria com a UNL (2022/2024).

SANDRA MACHATINE FOI NOMEADA JUÍZA CONSELHEIRA DO TRIBUNAL SUPREMO POR DESPACHO PRESIDENCIAL E EMPOSSADA EM 2021, INDICADA PARA A COMISSÃO DE REVISÃO CURRICULAR EM REPRESENTAÇÃO DO TRIBUNAL SUPREMO JUNTO DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE E DO CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA EM SETEMBRO DE 2022 E, EM OUTUBRO DESSE ANO, TAMBÉM EM REPRESENTAÇÃO DO TRIBUNAL SUPREMO, DESIGNADA PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE CONTROLO DA QUALIDADE INSTITUCIONAL NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE.



An aerial photograph of a railway station in Mozambique. In the foreground, several green and white passenger trains are parked on tracks. In the background, a large concrete suspension bridge with red cables spans across the scene. The sky is clear and blue. An orange graphic overlay is present on the right side of the image, containing the title and navigation menu.

Informação geral sobre Moçambique

- > *Dados Gerais*
- > *Contactos Úteis*
- > *Links Úteis*

Fotografia iStock

Dados Gerais

Designação oficial

República de Moçambique

Localização

Costa Sudeste de África

Coordenadas

Entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude Sul e entre os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude Este

Área

799.380 km²

População

34.9 milhões de habitantes
INE - Instituto Nacional de Estatística | julho 2024

Densidade populacional

41 hab./km²

Faixa costeira

Toda a faixa Este, com cerca de 2.470 km, é banhada pelo Oceano Índico.

Fronteiras

A Norte com a Tanzânia, a Noroeste com o Malawi e a Zâmbia, a Oeste com o Zimbabué e a África do Sul e a Sul com a Suazilândia e a África do Sul.

Orografia

Moçambique pode ser dividido em duas regiões separadas pelo rio Zambeze, sobretudo com planícies a Sul e montanhas a Norte. A altitude média a Sul é de 60 metros acima do nível médio das águas do mar, enquanto que na região Norte a altitude varia entre 1500 e 2500 metros.

Maiores elevações (em metros)

> Monte Binga (Manica)	2436
> Montes Namule (Zambézia)	2419
> Serra Zuíra (Manica)	2277
> Messurussero (Manica)	2176
> Massasse (Manica)	2134
> Monte Domue (Tete)	2095
> Serra Mácuca (Zambézia)	2077
> Serra Chiperone (Zambézia)	2054

Principais rios (em kms)

Moçambique tem mais de 20 rios que, na sua maioria, correm para o Oceano Índico. Os principais, a Norte, são o Rovuma e o Lúrio; no Centro, o Ligonga, Zambeze e Save; a Sul, o Limpopo, o Incomati e o Maputo. A maioria dos rios moçambicanos não se presta à navegação devido a assoreamentos, baixas fundas e quedas rápidas.

Capital

Maputo (1,133 milhões hab.)

Cidades mais importantes

Censos 2017

Maputo, capital (1,1 milhões hab.), Nampula (743 mil hab.), Beira (592 mil hab.), Chimoio (373 mil hab.), Quelimane (350 mil hab.), Lichinga (242 mil hab.), Tete (307 mil hab.), Pemba (202 mil hab.), Xai-Xai (143 mil hab.) e Inhambane (82 mil hab.).

População (hab.)

Censos 2017 (Projeção 2023)

- > Cabo Delgado 2.670.078
- > Gaza 1.477.550
- > Inhambane 1.581.620
- > Manica 2.299.442
- > Maputo Cidade 1.133.653
- > Maputo Província 2.480.786
- > Nampula 6.650.871
- > Niassa 2.203.223
- > Sofala 2.675.519
- > Tete 3.174.325
- > Zambézia 6 004 778

Língua oficial

Português, falado por cerca de 43% da população.

Outras línguas nacionais

Cicopi, cinyanja, cinyungwe, cisenga, cishona, ciyao, echuwabo, ekoti, elomwe, gitonga, maconde (ou shimakonde), kimwani, macua (ou emakhuwa), memane, suaíli (ou kiswahili), suazi (ou swazi), xichanga, xironga, xitswa e zulu. O inglês é língua obrigatória desde o nível básico do ensino.

Religião

Cerca de 50% da população é cristã (24% católicos e 22% protestantes), 20% é muçulmana e 1/3 da população restante pratica a religião tradicional.

Unidade monetária

Metical (MZN)

1 Euro = 68,92 MZN (compra) | 70,31 MZN (venda)

Fonte: Banco de Moçambique (12 de julho de 2024)

Hora local

Corresponde ao UTC mais duas horas. Em relação a Portugal, Moçambique tem mais duas horas no horário de Inverno e mais uma hora no horário de Verão.

Código Telefónico

258

Código Internet

.mz

Clima

O clima em Moçambique é húmido e tipicamente tropical, influenciado pelo regime de monções do Oceano Índico e pela corrente quente do canal de Moçambique. O país possui estações secas de junho a setembro. A estação das chuvas ocorre entre os meses de outubro e abril. As temperaturas médias em Maputo variam entre os 13-24 °C em julho e os 22-31 °C em fevereiro.

Podem distinguir-se três zonas climáticas em todo o território:

- > Norte e Centro: tropical húmido, tipo monçónico, com uma estação seca de quatro a seis meses;
- > Sul: tropical seco, com uma estação seca de seis a nove meses;
- > Montanhas: clima tropical de altitude.

Fauna e Flora

Moçambique é rico em fauna e flora terrestre e marítima. A orografia e o clima determinam três tipos de vegetação: floresta densa nas terras altas do Norte e Centro do país, floresta aberta e savana no Sul e os mangais na zona costeira. A floresta é rica em espécies economicamente valiosas, entre elas, o mogno, ébano, pau-ferro, sândalo, umbila e pau-preto.

Estes ecossistemas constituem o *habitat* de espécies selvagens, como elefantes, leões, leopardos, chitas, hipopótamos, antílopes, tartarugas, macacos e grande número de aves.

Feriadados

- > **1 de janeiro** Dia da Fraternidade Universal (Ano Novo)
- > **3 de fevereiro** Dia dos Heróis Moçambicanos (em homenagem a Eduardo Mondlane)
- > **7 de abril** Dia da Mulher Moçambicana (em homenagem a Josina Machel)
- > **1 de maio** Dia Internacional do Trabalhador
- > **25 de junho** Dia da Independência Nacional
- > **7 de setembro** Dia da Vitória
(em homenagem à assinatura dos Acordos de Lusaka)
- > **25 de setembro** Dia das Forças Armadas
(em homenagem ao início da Luta Armada de Libertação Nacional)
- > **4 de outubro** Dia da Paz e Reconciliação
(em homenagem à assinatura do Acordo Geral de Paz)
- > **25 de dezembro** Dia da Família (Natal)

Nota: De acordo com o Artigo n.º 37, parágrafo 3, da Lei de Trabalho de Moçambique, os feriados que ocorram a um domingo passam automaticamente para a segunda-feira seguinte.

Principais produtos exportados 2023

Metais comuns, combustíveis minerais, minerais e minérios, produtos agrícolas e madeira e cortiça.

Destinos principais das exportações 2023

Índia, China e África do Sul.

Principais produtos importados 2023

Combustíveis minerais, máquinas e aparelhos, metais comuns, produtos químicos e produtos agrícolas.

Principais locais de origem das importações 2023

África do Sul, China, Índia e Emirados Árabes Unidos.

Fontes: aicep Portugal Global | "Mercados - Informação Global; Moçambique - Ficha de Mercado" | Câmara de Comércio Portugal-Moçambique (CCPM) | Instituto Nacional de Estatística de Moçambique



Fotografia iStock

Dados Gerais

Sistema Político

Democracia multipartidária



Data da atual Constituição

30/nov./1990, alterada em 1996, 2004 e 2018.

Governo

É formado e dirigido pelo Presidente da República, com o apoio do Primeiro-Ministro, também ele nomeado. A duração do seu mandato é de cinco anos, à semelhança do mandato dos deputados à Assembleia da República. Esta é constituída por 250 deputados eleitos por sufrágio direto e universal.

Principais Partidos

Políticos

Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), no Governo; Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), principal partido da oposição; Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

As últimas eleições Gerais e das Assembleias Provinciais decorreram em simultâneo a 15 de outubro de 2019. As próximas eleições Presidenciais, novo Parlamento e novo Governo estão marcadas para 9 de outubro de 2024.

Divisões Administrativas

O país está dividido em dez províncias agrupadas em três zonas: Norte, Centro e Sul. Da zona Norte fazem parte as províncias do Niassa, Cabo Delgado e Nampula; da zona Centro, as províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia; e da zona Sul, as províncias de Gaza, Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo.

Presidente da República

Filipe Nyusi

Capitais de Província

- > Beira (Sofala)
- > Chimoio (Manica)
- > Inhambane (Inhambane)
- > Lichinga (Niassa)
- > Maputo (Maputo)
- > Maputo Província (Matola)
- > Nampula (Nampula)
- > Pemba (Cabo Delgado)
- > Quelimane (Zambézia)
- > Tete (Tete)
- > Xai-Xai (Gaza)

Governos Provinciais

Cabo Delgado - Valygi Tualibo
Gaza - Margarida Mapanzen Chungo
Inhambane - Eduardo Mussanhane
Manica - Francisca Domingos Tomás
Maputo (província) - Manuel Tule
Nampula - Manuel Rodrigues
Niassa - Judite Massengele
Sofala - Lourenço Bulha
Tete - Domingos Viola
Zambézia - Pio Augusto Matos

Membros do Governo

Presidente e Chefe de Governo

> Filipe Jacinto Nyusi

Primeiro-Ministro

> Adriano Afonso Maleiane

Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

> Verónica Nataniel Macamo Dlhovo

Ministro da Defesa Nacional

> Cristóvão Artur Chume

Ministro do Interior

> Pascoal Pedro João Ronda

Ministro da Economia e Finanças

> Ernesto Max Elias Tonela

Ministro dos Transportes e Comunicações

> Mateus Magala

Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano

> Carmelita Rita Namashulua

Ministra da Cultura e Turismo

> Eldevina Materula

Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural

> Celso Ismael Correia

Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social

> Margarida Adamugy Talapa

Ministro da Saúde

> Armindo Daniel Tiago

Ministra do Género, Criança e Acção Social

> Nyeleti Brooke Mondlane

Ministra da Terra e Ambiente

> Ivete Maibase

Ministra da Administração Estatal e Função Pública

> Ana Comoana

Ministra do Mar, Águas Interiores e Pescas

> Lídia de Fátima da Graça Cardoso

Ministro dos Recursos Minerais e Energia

> Carlos Joaquim Zacarias

Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

> Carlos Alberto Fortes Mesquita

Ministro da Indústria e Comércio

> Silvino Augusto José Moreno

Ministra da Justiça e Assuntos Constitucionais e Religiosos

> Helena Mateus Kida

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

> Daniel Daniel Nivagara

Ministra dos Combatentes

> Josefina Mpelo

Ministro na Presidência para Assuntos da Casa Civil

> Constantino Alberto Bacela

Contactos Úteis

> EM PORTUGAL

AICEP Portugal Global

email: aicep@portugalglobal.pt

site: www.portugalglobal.pt

Câmara de Comércio Portugal-Moçambique

email: geral.lisboa@ccpm.pt

site: www.ccpm.pt

Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP)

email: secretariadogeral@cecplp.org

site: www.cecplp.org

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A.

email: cosec@cosec.pt

site: www.cosec.pt

Embaixada da República de Moçambique em Lisboa

email: lisboa@embamoc.gov.mz

site: www.embamoc-lisboa.gov.mz

Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento (SOFID) – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

email: sofid@sofid.pt

site: www.sofid.pt

> EM MOÇAMBIQUE

AICEP Portugal Global

morada: Av. Julius Nyerere, 720 - 12.º

MAPUTO - Moçambique

tel.: (+258) 21 490 523/402

fax: (+258) 21 490 203

email: aicep.maputo@portugalglobal.pt

site: www.portugalglobal.pt

APIEX – Agência para a Promoção de Investimento e Exportações

morada: Av. Ahmed S Touré 2539

MAPUTO - Moçambique

tel.: (+258) +258 21 321 291

tel.: (+258) +258 82 305 6432

tel.: (+258) +258 21 321 289

email: apiex@apiex.gov.mz

site: www.apiex.gov.mz

Banco de Moçambique (Banco Central)

morada: Av. 25 de setembro, 1695

Caixa Postal n.º 423

MAPUTO - Moçambique

tel.: (+258) 21 354 600

fax: (+258) 21 322 324/7

email: gci_mail@bancomoc.mz

site: www.bancomoc.mz

Bolsa de Valores de Moçambique

morada: Av. 25 de setembro, 1230 - 5.º andar

Bloco 5, MAPUTO - Moçambique

tel.: (+258) 21 308 826

email: info@bvm.co.mz

site: www.bvm.co.mz

Câmara de Comércio Portugal-Moçambique

morada: Centro de Escritórios

do Hotel Rovuma, Rua da Sé

114 - 4.º Andar - Sala 27

MAPUTO - Moçambique

email: geral.maputo@ccpm.pt

site: www.ccpm.pt

Câmara de Comércio Moçambique Portugal

morada: Av. 25 de setembro, n.º 1123

Prédio Cardoso, 3.º Andar - D

MAPUTO - Moçambique

tel.: (+258) 21 304 580

email: info@ccmp.org.mz

site: www.ccmp.org.mz

Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA)

morada: Avenida Patrice Lumumba, 927

MAPUTO - Moçambique

tel.: (+258) 21 321 002

email: info@cta.org.mz

site: www.cta.org.mz

Consulado Geral de Portugal em Maputo

morada: Av. Mao Tsé Tung, 519

MAPUTO - Moçambique

tel.: (+258) 21 490 150/1/5

email: consulado.maputo@mne.pt

site: https://maputo.consuladoporugal.mne.gov.pt/pt

Embaixada de Portugal em Moçambique

morada: Av. Julius Nyerere, n.º 720/730

4696-00110 MAPUTO - Moçambique

tel.: (+258) 21 490 316/19/22

email: maputo@mne.pt

site: www.maputo.embaixadaportugal.mne.gov.pt

Links Úteis

ALFÂNDEGAS DE MOÇAMBIQUE

site: www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Servicos/Alfandegas

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS (ACIS)

site: www.acismoz.com

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

site: www.at.gov.mz

BALCÕES DE ATENDIMENTO ÚNICO

site: www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Balcao-de-Atendimento-Unico

BANCO DE MOÇAMBIQUE

site: www.bancomoc.mz

CENTRO NACIONAL DE CARTOGRAFIA E TELEDETEÇÃO

site: www.cenacarta.com

CHAMBER OF COMMERCE MOZAMBIQUE (CCMUSA)

site: www.ccmusa.org.mz

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

site: www.cplp.org

CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE

site: www.cta.org.mz

DIREÇÃO NACIONAL DAS ÁGUAS

site: www.dnaguas.gov.mz

DIREÇÃO NACIONAL DA PLANIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO

site: www.dno.gov.mz

DOING BUSINESS IN MOZAMBIQUE (WORLD BANK)

site: www.doingbusiness.org

FUNDO DE ENERGIA

site: www.funae.co.mz

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

site: www.inm.gov.mz

inBR1 (BASE DE DADOS DA LEGISLAÇÃO PUBLICADA NO BOLETIM DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, I SÉRIE, DESDE 25 JUNHO DE 1975)

site: www.inbr1.mz.com

INTIC - INST. NACIONAL DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

site: www.intic.gov.mz

INSTITUTO NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES

site: www.incm.gov.mz

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE)

site: www.ine.gov.mz

INSTITUTO NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE (INNOQ)

site: www.innoq.gov.mz

INSTITUTO NACIONAL DE PETRÓLEO

site: www.inp.gov.mz

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

site: www.inss.gov.mz

INSTITUTO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (IPI)

site: www.ipi.gov.mz

INSTITUTO PARA A PROMOÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (IPEME)

site: www.bd.ipeme.gov.mz

INTERTEK GROUP

site: www.intertek.com

JANELA ÚNICA ELETRÓNICA DAS ALFÂNDEGAS DE MOÇAMBIQUE

site: www.mcnet.co.mz/home.aspx

LEGISLATION MOZAMBIQUE (LEXADIN)

site: www.lexadin.nl/wlg/legis/nofr/oeur/lxwemoz.htm

LEGIS PALOP

site: www.legis-palop.org

MARKET ACCESS DATABASE (DIR. ADUANEIROS, FORMALID., BARREIRAS, ETC.)

site: www.madb.europa.eu/mkaccdb2/indexPubli.htm

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

site: www.mctestp.gov.mz

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA

site: www.mirene.gov.mz

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

site: www.mic.gov.mz

MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

site: www.mireme.gov.mz

MINISTÉRIO DA SAÚDE

site: www.misau.gov.mz

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

site: www.mef.gov.mz

MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO

site: www.micultur.gov.mz

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

site: www.minec.gov.mz

MINISTÉRIO DA TERRA E AMBIENTE

site: www.mta.gov.mz

FUNDAÇÃO ITC (TERRAS COMUNITÁRIAS)

site: www.itc.co.mz

PÁGINA OFICIAL DE MOÇAMBIQUE

site: www.mozambique.co.mz

PAUTA ADUANEIRA

site: www.at.gov.mz

PORTAL DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS (CONSELHOS AOS VIAJANTES - MOÇAMBIQUE)

site: www.portaldascomunidades.mne.pt

PORTAL DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DE MOÇAMBIQUE

site: www.legisambiente.gov.mz

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE

site: www.portaldogoverno.gov.mz

PORTAL DOS BANCOS CENTRAIS DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

site: www.bcplp.org

PORTAL DE CONCURSOS PÚBLICOS

site: www.ufsa.gov.mz

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

site: www.presidencia.gov.mz

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY (SADC)

site: www.sadc.int

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

site: www.ta.gov.mz

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

site: www.uem.mz

The logo for Portucel Moçambique is positioned at the top left. It features a green tree icon inside a triangle, followed by the word "Portucel" in green and "Moçambique" in a lighter green color. The background of the entire image is a photograph of a community meeting in a rural setting. A man in a white shirt and orange safety vest is holding a large poster that shows a tree and a circular diagram. He is surrounded by other people, including a woman in a white shirt and purple skirt, and another man in a white shirt and blue jeans. They are standing in front of a traditional thatched-roof hut. The ground is reddish-brown earth, and there are trees in the background.

Portucel Moçambique

**CRIAÇÃO E PARTILHA DE VALOR
E PROSPERIDADE COM AS COMUNIDADES,
ATRAVÉS DA GERAÇÃO DE EMPREGO
E DO INVESTIMENTO EM PLANTAÇÕES
FLORESTAIS SUSTENTÁVEIS**



PART OF
THE NAVIGATOR
COMPANY

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Perspetivas económicas de Moçambique

UM OLHAR SOBRE OS PRÓXIMOS ANOS

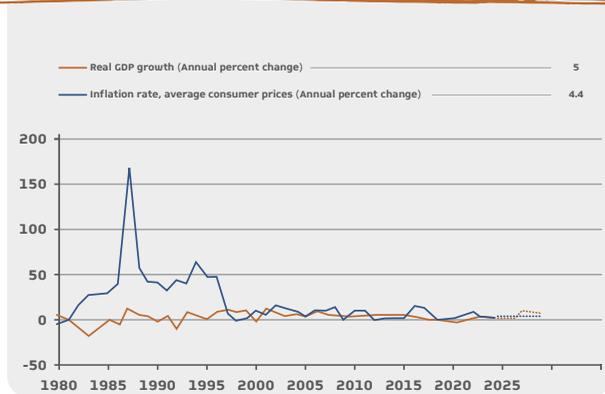
Moçambique apresenta-se em crescimento, repleto de oportunidades e desafios significativos. Nos últimos anos, a nação tem demonstrado resiliência perante adversidades internas e externas, enquanto continua a procurar o seu desenvolvimento económico sustentável.

Todos os anos eleitorais são disruptivos, mas, quando as economias estão num dos seus ciclos de maior fragilidade, como são os ciclos pós Covid-19, corte do apoio ao orçamento por parte dos parceiros de cooperação (dívidas não declaradas) e as atuais repercussões da guerra na Ucrânia, os ciclos económicos em anos eleitorais tornam-se uma incógnita ainda maior. Maior ainda se tivermos em conta que um novo Presidente da República será escolhido e, com ele, novas políticas públicas e económicas.



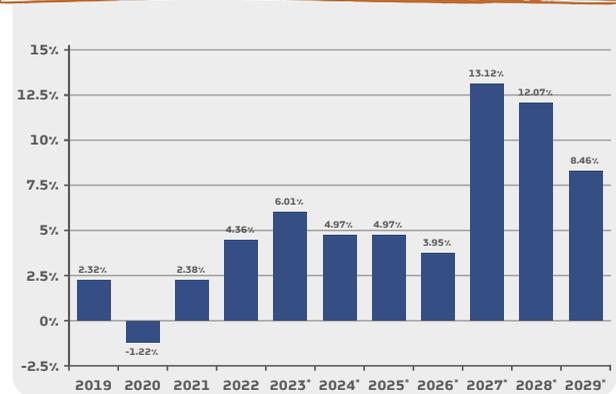
Fotografia | iStock

Gráfico 1 – Perspetiva de crescimento anual do PIB de Moçambique (1980-2025)



Fonte: IMF DataMapper, Abril 2024

Gráfico 2 – Perspetiva de crescimento anual do PIB de Moçambique (2019-2029)



Fonte: IMF Statista 2024

PERSPETIVAS ECONÓMICAS

A recuperação económica ganhou impulso em 2023. A economia cresceu 5% nesse ano (Gráfico 1), prevendo-se a sua manutenção estável até 2025 (Gráfico 2), impulsionada principalmente pelo início da produção de Gás Natural Liquefeito (GNL) na instalação *offshore* de Coral South (Figura 1). Porém, assinala-se um ligeiro desaceleramento da atividade económica entre os primeiros trimestres de 2023 e 2024 (Figura 2).

O forte crescimento da agricultura e dos serviços, especialmente dos transportes, também contribuiu para a expansão da economia, compensando o impacto da menor atividade industrial e de construção. A inflação atingiu o máximo de cinco anos de 9,8% em 2022 e moderou-se para 7,1% em 2023, à medida que os preços globais das matérias-primas diminuíram. Apesar do corte de 100 pontos base na taxa de política monetária para 16,3% em janeiro de 2024, a orientação geral da política monetária permanece restritiva, com reservas estatutárias elevadas (39%).

INFLAÇÃO CONTROLADA

A inflação é um indicador crítico da saúde económica de qualquer país. Em Moçambique, a inflação anual manteve-se em um dígito, situando-se em 3,3% em abril de 2024. Para o médio prazo, as perspetivas continuam favoráveis, com a inflação projetada para permanecer baixa devido à estabilidade do Metical e ao impacto das medidas tomadas pelo Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique.

Esta estabilidade apresenta-se como vital para manter o poder de compra dos cidadãos e fomentar um ambiente económico previsível, pilar fundamental para a atração e retenção de IDE (Investimento Direto Estrangeiro).



Inês Paulo Frazão
DOCENTE UNIVERSITÁRIA
TESOUREIRA DA CCPM



Paulo Barreiros
DOCENTE UNIVERSITÁRIO
MEMBRO DO CONSELHO GERAL DA CCPM

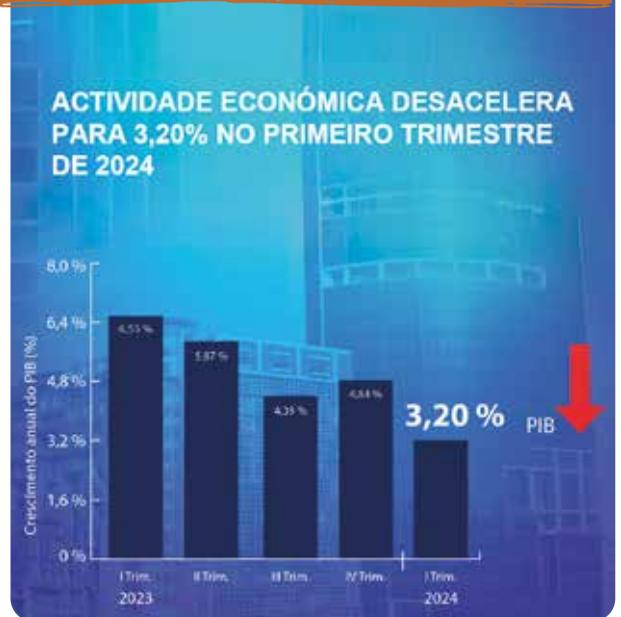


Joaquim Tobias Dai
ADMINISTRADOR DA ASSECO
VICE-PRESIDENTE DA CCPM



Fotografia: iStock

Figura 2 – Crescimento anual do PIB de Moçambique (1.º T. 2023 - 1.º T. 2024)



Fonte: INE via Banco de Moçambique

DÍVIDA PÚBLICA E RESERVAS INTERNACIONAIS

Um dos principais desafios que Moçambique enfrenta já há algum tempo é o endividamento público. O endividamento público interno tem estado a aumentar, situando-se em 364.251 milhões de meticais em maio de 2024. Embora a dívida pública represente uma carga significativa, as reservas internacionais do país permanecem em níveis confortáveis, suficientes para cobrir cerca de cinco meses de importações de bens e serviços. A gestão eficaz da dívida e das reservas internacionais é crucial para garantir a estabilidade económica e evitar crises financeiras. Este é um tema global, especialmente nas economias ditas mais avançadas.

SECTORES DE CRESCIMENTO

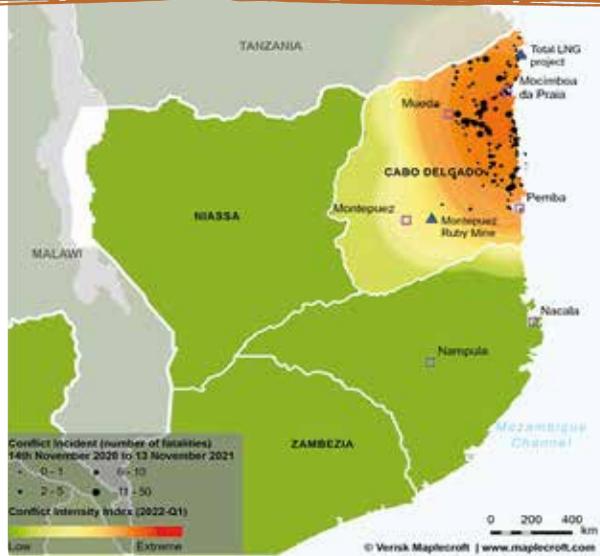
Construção e Fabrico

Os sectores de construção e fabrico são pilares fundamentais do crescimento económico moçambicano. Estes sectores continuarão a crescer e a contribuir significativamente para o PIB do país. Investimentos em infraestruturas, tanto públicas como privadas, são essenciais para sustentar esse crescimento. Projetos de construção, como estradas, pontes e edifícios comerciais, não apenas criam empregos, mas também melhoram a conectividade e a eficiência económica.

Agricultura

A agricultura apresenta-se como crucial para a economia moçambicana, empregando a maior parte da população rural e contribuindo significativamente para o PIB. A recuperação agrícola assegura-se vital para a segurança alimentar e para a criação de riqueza sobretudo nas áreas rurais. Programas de apoio aos agricultores, melhorias nas infraestruturas rurais e o acesso a tecnologias agrícolas modernas são essenciais para impulsionar este sector.

Figura 1 – Localização da offshore de Coral South



Fonte: <https://oilfieldafricareview.com/mozambique-to-resume-rovuma-offshore-gas-project-as-coral-flng-arrives/>

DESAFIOS PERSISTENTES

Conflitos e Instabilidade Política

A instabilidade política e os conflitos, especialmente na região de Cabo Delgado, continuam a ser uma ameaça significativa para o crescimento económico de Moçambique. A insegurança retrai os investimentos, desloca populações, contribuindo para um deteriorar da atividade económica. A resolução pacífica do conflito e a estabilidade política são pré-requisitos para um crescimento sustentável.

Dívida Pública e Serviços da Dívida

Os elevados custos de serviço da dívida e a necessidade de reestruturação da dívida são preocupações que se avizinham como significativas. A carga da dívida limita a capacidade do Governo de investir em projetos de desenvolvimento e serviços públicos essenciais. Reformas fiscais e uma gestão prudente da dívida são necessárias para garantir a sustentabilidade fiscal.

Desastres naturais

Moçambique é vulnerável a desastres naturais, como ciclones e inundações, como todos nos lembramos do passado recente, que fazem reduzir a produção agrícola e aumentar a inflação dos preços dos alimentos. Estes eventos climáticos adversos afetam o consumo e o crescimento económico. Medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas são essenciais para reduzir a vulnerabilidade do país a desastres naturais.

OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO

Investimentos em Infraestruturas

Investimentos em infraestruturas são cruciais para o desenvolvimento económico de Moçambique. Melhorias nos quadros de gestão de projetos de investimento, incluindo a implementação de orçamentos multianuais e processos de monitorização e gestão de riscos, são fundamentais. Infraestruturas eficientes, como estradas, portos e energia, são necessárias para apoiar o crescimento económico e atrair investimentos estrangeiros.

Turismo global

A recuperação do turismo global, especialmente de países como a China, pode fornecer um suporte adicional ao crescimento económico. O turismo tem o potencial de gerar receitas significativas, criar empregos e promover o desenvolvimento regional. Investimentos em infraestruturas turísticas e a promoção de Moçambique como destino turístico são estratégias importantes para aproveitar essa oportunidade.

Tecnologia e Reformas Estruturais

Reformas no sector da tecnologia digital e melhorias no clima de investimento também são esperadas para impulsionar o crescimento. A adoção de tecnologias modernas pode aumentar a produtividade e a eficiência em vários sectores da economia. Além disso, um ambiente de negócios favorável é essencial para atrair investidores e fomentar o empreendedorismo. Segundo o World Economic Forum em junho de 2024, no relatório sobre as 10 principais tecnologias emergentes de 2024, os avanços na inteligência artificial (IA), como o *deep learning* e a IA generativa, permitem progressos notáveis em fortalecer a inovação humana. O mundo está ligado à beira de uma revolução de descoberta científica impulsionada pela IA.

1 Técnica de modulação de frequências que divide uma única transmissão em múltiplos sinais com menor ocupação espectral.

2 O chamado efeito elastocalórico (ECE) consiste da variação de temperatura de um sistema quando sujeito a um estímulo mecânico externo.

3 Disciplina que se dedica ao estudo da organização e da função biológica dos genomas.

AS 10 PRINCIPAIS TECNOLOGIAS EMERGENTES DE 2024

- **Inteligência Artificial para descoberta científica:** Embora a IA tenha sido utilizada na investigação há muitos anos, os avanços na aprendizagem profunda, na IA generativa e nos modelos básicos estão a revolucionar o processo de descoberta científica. A IA permitirá aos investigadores fazer conexões e avanços sem precedentes na compreensão de doenças, propondo novos materiais e melhorando o conhecimento do corpo e da mente humanos.
- **Tecnologias que melhoram a privacidade:** Protegendo a privacidade pessoal e ao mesmo tempo proporcionando novas oportunidades para a partilha e colaboração global de dados, os “dados sintéticos” estão preparados para transformar a forma como a informação é tratada com aplicações poderosas na investigação relacionada com a saúde.
- **Superfícies inteligentes reconfiguráveis:** Estas superfícies inovadoras transformam paredes e superfícies comuns em componentes inteligentes para comunicação *wireless*, ao mesmo tempo que melhoram a eficiência energética em redes *wireless*. Estas são promissoras para inúmeras aplicações, desde fábricas inteligentes até redes veiculares¹.
- **Estações de plataforma de alta altitude:** Utilizando aeronaves e balões, estes sistemas podem alargar o acesso à rede móvel a regiões remotas, ajudando a colmatar a exclusão digital de mais de 2,6 mil milhões de pessoas em todo o mundo.
- **Deteção e comunicação integradas:** A chegada das redes 6G facilita a recolha simultânea de dados (deteção) e a transmissão (comunicação). Isto permite sistemas de monitorização ambiental que ajudam na agricultura inteligente, na conservação ambiental e no planeamento urbano. Dispositivos integrados de deteção e comunicação também prometem reduzir o consumo de energia e silício.
- **Tecnologia imersiva para o mundo construído:** Combinando o poder da computação com a realidade virtual e aumentada, estas tecnologias prometem melhorias rápidas na infraestrutura e nos sistemas quotidianos. Esta tecnologia permite que projetistas e profissionais da construção verifiquem a correspondência entre modelos físicos e digitais, garantindo precisão e segurança e promovendo a sustentabilidade.
- **Elastocalóricos²:** À medida que as temperaturas globais aumentam, a necessidade de soluções de refrigeração deverá aumentar. Oferecendo maior eficiência e menor consumo de energia, os elastocalóricos libertam e absorvem calor sob *stress* mecânico, apresentando uma alternativa sustentável às tecnologias atuais.
- **Micróbios que captam carbono:** Os organismos modificados convertem as emissões em produtos valiosos como os biocombustíveis, proporcionando uma abordagem promissora para a mitigação das alterações climáticas.
- **Alimentos alternativos para gado:** Alimentos proteicos para gado provenientes de proteínas unicelulares, algas e resíduos alimentares podem oferecer uma solução sustentável para a indústria agrícola.
- **Genómica³ para transplantes:** A implantação bem-sucedida de órgãos geneticamente modificados num ser humano marca um avanço significativo nos cuidados de saúde, oferecendo esperança a milhões de pessoas que aguardam transplantes.

Política Monetária e Estabilidade Financeira

O Banco de Moçambique desempenha um papel crucial na manutenção da estabilidade económica. A instituição continua a valorizar a transparência na comunicação da sua política monetária, ajustando a taxa Mercado Monetário Interbancário de Moçambique (MIMO)⁴ conforme necessário para manter a estabilidade de preços. A decisão recente de reduzir a taxa MIMO de 15,75% para 15% reflete a confiança do Comité de Política Monetária (CPMO) na consolidação das perspetivas de inflação em um dígito. A política monetária eficaz é essencial para garantir um ambiente macroeconómico estável, promover a poupança e o investimento e sustentar o crescimento económico.

Relatório do Banco Mundial sobre Clima e Desenvolvimento para Moçambique (2023)

O Relatório sobre Clima e Desenvolvimento de Moçambique (CCDR) sublinha a urgência de integrar a ação climática no planeamento de Moçambique, dada a vulnerabilidade do país aos efeitos das mudanças climáticas. O relatório avalia como o rumo e as prioridades de desenvolvimento de Moçambique podem ser afetados pelas mudanças climáticas e pela descarbonização global, sugerindo formas de responder. Este relatório identifica opções para implementar um desenvolvimento resiliente ao clima dentro de uma estrutura fiscal restrita. Além disso, destaca a necessidade de se priorizar políticas e investimentos que melhorem a resiliência do país às mudanças climáticas, de gerir os riscos de transição e de aproveitar as tendências globais de baixo carbono.

• Impactos das mudanças climáticas

Até 2050, no pior cenário de projeção de clima "quente", o nível de pobreza de Moçambique aumentará 5%, empurrando mais 1,6 milhões de pessoas para a pobreza. Se não ocorrer nenhuma transformação estrutural significativa, o índice de desigualdade dificilmente mudará até 2050 em todos os cenários climáticos analisados.

• Investimentos necessários

Este relatório estima que o nível de investimento necessário até 2030 para alcançar a resiliência climática do capital humano, físico e natural do país ascende aos 372 mil milhões de dólares. O custo da inação será provavelmente mais elevado. Porém, as receitas esperadas com as vendas de Gás Natural Liquefeito (GNL) aumentarão a sustentabilidade da dívida do país e poderão gerar espaço orçamental significativo para apoiar investimentos em adaptação e infraestruturas resilientes às mudanças climáticas, embora estas receitas sejam esperadas apenas após 2030. Entretanto, os investimentos em resiliência e adaptação devem centrar-se nas necessidades mais urgentes.

• Quatro prioridades

- **Adotar medidas em toda a economia para aumentar a capacidade de adaptação:** Priorizar políticas que melhorem a resiliência às mudanças climáticas.
- **Priorizar o desenvolvimento e gestão de infraestruturas críticas:** Garantir que as infraestruturas sejam resistentes às mudanças climáticas.
- **Proteger os mais vulneráveis enquanto se promove um crescimento verde, resiliente e inclusivo:** Focar em políticas que protejam os mais afetados pelas mudanças climáticas.
- **Capitalizar a riqueza energética e mineral de Moçambique:** Aproveitar os recursos naturais para financiar o desenvolvimento sustentável.

⁴ A taxa MIMO é um instrumento de política monetária usado pelo Banco de Moçambique para manter a inflação baixa e estável. É determinada pelo Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique.

PASSOS PARA UMA ECONOMIA PRÓSPERA E RESILIENTE

As perspetivas económicas de Moçambique para os próximos anos são promissoras, mas naturalmente com desafios significativos. O crescimento económico moderado, impulsionado por sectores estratégicos como construção, fabrico e agricultura, oferece um caminho viável para o desenvolvimento sustentável. No entanto, a instabilidade política, o peso da dívida pública e a vulnerabilidade a desastres naturais representam obstáculos que precisam de ser geridos com eficácia.

Como corroborado por diversas instituições internacionais, para superar esses desafios é essencial que Moçambique implemente políticas económicas robustas, promova a estabilidade política e invista em infraestruturas e tecnologia (neste último campo, transversal a todo e qualquer economia independente do estado de desenvolvimento e geografia). Moçambique deve ter em conta na sua estratégia as tendências tecnológicas, como a Inteligência Artificial, e definir sectores prioritários onde estas tecnologias podem acrescentar mais eficiência, como por exemplo na agricultura, e focar em plataformas que podem dar acesso à rede móvel a regiões remotas. A gestão prudente da dívida pública e a manutenção da estabilidade financeira são fundamentais para garantir um crescimento económico sustentável.

Segundo o economista-chefe do Afreximbank Yemi Kale, em entrevista ao portal Africa Business, África está a emergir como um parceiro geoestratégico fundamental para o futuro, dadas as suas abundantes dotações de recursos e os esforços dos países africanos para melhorar os seus fundamentos macroeconómicos. Isto está a posicionar o continente como um dos destinos de investimento sustentável mais atraentes do mundo.

Para além disso, apesar das tensões geopolíticas que afetam as principais rotas comerciais, como o Mar Vermelho, África conseguiu enfrentar estes desafios através da reafecção estratégica de recursos e da alavancagem de rotas comerciais alternativas. A implementação em curso do acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) está a aliviar a pressão sobre o continente e a impulsionar as perspetivas de crescimento africano. O ponto bastante positivo é que Moçambique entrou, oficialmente, a partir do mês de junho de 2024 na ZCLCA, uma medida que espera-se que venha a dinamizar ainda mais a economia nacional. Como todos acreditamos, Moçambique tem o potencial de emergir como uma economia próspera e resiliente, capaz de proporcionar um futuro melhor para todos os seus cidadãos. Com as políticas e estratégias corretas, o país pode superar os desafios e alcançar um crescimento económico inclusivo e sustentável. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Banco Mundial. (2024). Relatório de Crescimento Económico para Moçambique.
2. Banco de Moçambique. (2024). Relatório de Conjuntura Económica e Perspetivas de Inflação (CEPI).
3. Relatório do Banco Mundial sobre Clima e Desenvolvimento (CCDR) para Moçambique (2023). <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/publication/mozambique-afe-country-climate-and-development-report-ccdr>
4. Relatório do World Economic Forum: As 10 principais tecnologias emergentes de 2024: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Top_10_Emerging_Technologies_of_2024.pdf

Nota: De forma a explorar novas tecnologias e evidenciar o seu potencial, foi consultada a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT como complemento na elaboração deste artigo.

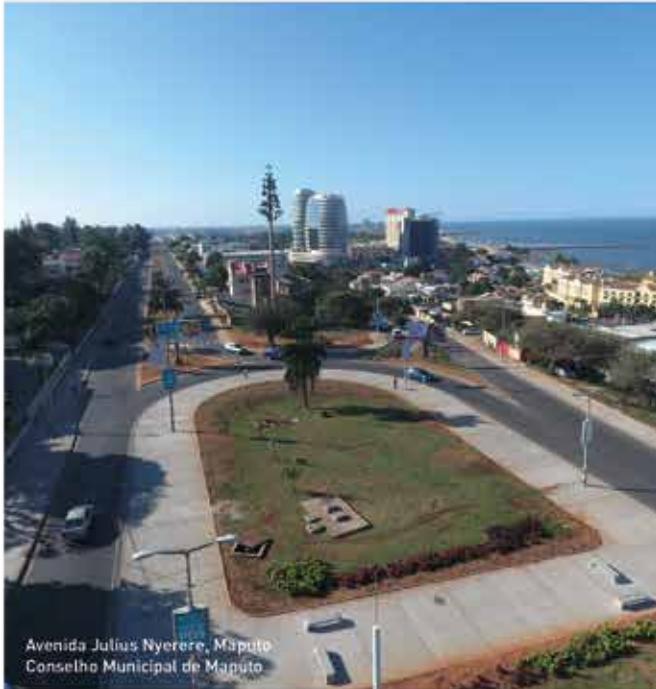
75 ANOS

- › Projetos de Construção e Engenharia
- › Projetos de Reabilitação e Recuperação
- › Projetos de Energias Renováveis e Ambiente
- › Projetos de Infra- Estruturas
- › Projetos de Obras de Arte e Túneis
- › Projetos Viários



GABRIEL COUTO

75 ANOS A CONSTRUIR O FUTURO



Avenida Julius Nyerere, Maputo
Conselho Municipal de Maputo



Estrada N221 — Caniçado a Chicuatacuata, Província de Gaza
Governo de Moçambique — ANE



Rede de águas pluviais e saneamento e pavimentação de Nampula
MCA- Millennium Challenge Account



N13 — Nampula/Cuamba
ANE — Administração Nacional de Estradas



Plataforma para a linha ferroviária, Corredor R6 Nacata
VALE — empresa mineira



Airstrip & Terminal Building
Total



Rua Orlando Mendes nº 81
Bairro da Sommerschield, Maputo, Moçambique
E. cgsac_mocambique@gabrielcouto.pt



Rua António Assis Júnior
Nº321 2º andar Sala 205 e 211
Bairro de Alvalade, Luanda Angola
E.geral.aco@gabrielcouto.pt



Plot no 8856, Kabaw Valley Shelilohole,
Alick Nkhata Road, Longacres
Lusaka, Zimbábue
E. paulocalico@gabrielcouto.pt



KM 8.2 Norte Entrada a la Rocargo 1 C E
Edificio Q Ocupa Sinter .
Managua . Nicaragua
E. wlezenabog@hotmail.com



BO, Miraflores, Consultorio Dra Carmin, 2º Piso
Carretera Internacional del Occidente,
La Entrada, Honduras
E. cgsac@gabrielcouto.pt



Primera Calle Poniente número 4645
Colonia Escalón
San Salvador



Nº 3 Sam Nujoma Close
North Ridge
Accra
Ghana
E. cgsac@gabrielcouto.pt



Fotografia iStock

ENTREVISTA

Excelência das relações entre Portugal e Moçambique

À frente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (SENEC) desde Abril de 2024, na sequência das últimas eleições legislativas em Portugal, Nuno Sampaio começa por explicar o novo enquadramento em que vai desenvolver-se a diplomacia económica e como esta sairá reforçada com as alterações introduzidas. Na entrevista concedida ao Directório Moçambique, procurámos saber como vai o novo Governo português posicionar-se face à cooperação bilateral com Moçambique e, em concreto, à execução do Programa Estratégico de Cooperação (PEC) entre os dois países. Sobre as medidas a implementar para a concretização do Acordo de Mobilidade no âmbito da CPLP, Nuno Sampaio destaca o Plano de Acção para as Migrações aprovado em Junho de 2024.

O novo Ministério dos Negócios Estrangeiros português, na sequência das últimas eleições legislativas, deixou de integrar a pasta da internacionalização. Que papel fica reservado à SENEK em termos de diplomacia económica e sua dinamização?

No sentido de reforçar e reorganizar as organizações públicas na área económica, o novo Executivo decidiu que a AICEP, que estava há vários anos na tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, vai regressar à esfera do Ministério da Economia, que passa a exercer poderes de superintendência e tutela sobre a Agência em coordenação com o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. Esta coordenação será aprofundada com o desígnio de robustecer o papel da diplomacia económica e de reforçar os laços entre a AICEP e as Embaixadas portuguesas, a rede de Câmaras de Comércio e Indústria Portuguesas e o Conselho da Diáspora.

A AICEP terá um papel fundamental a auxiliar as empresas a ganharem dimensão, aumentarem a sua presença em novos mercados e integrarem-se em cadeias de valor global, contribuindo, assim, para a internacionalização da economia e para o crescimento da produtividade. Fá-lo-á através de programas de apoio à internacionalização, através da concentração e fusão de empresas exportadoras, bem como recorrendo aos programas "Portugal sou Eu" e "Marca Portugal".

Também as Embaixadas têm um papel fundamental nesta articulação. São ativos dinâmicos com um capital de boa vontade construído durante décadas e canais privilegiados de comunicação com a nossa diáspora e empresas e, por isso, capazes de identificar necessidades e sinergias. Como agentes de diplomacia económica, trabalham igualmente no sentido de captar investimento estrangeiro para Portugal, desempenhando um papel fundamental na promoção e divulgação das oportunidades de negócio e investimento no país junto de potenciais investidores.

Ou seja, o que o novo Governo se propõe fazer é reforçar os laços entre a AICEP e as Embaixadas portuguesas, aproveitando as valências de ambas e capacitando-as para maximizar resultados com um objectivo bem definido: a internacionalização das nossas empresas, a procura de novos mercados e o desenvolvimento económico dos principais países beneficiários da nossa cooperação para o desenvolvimento.

Situando-nos ao nível da CPLP e, em particular, de Moçambique, que relações bilaterais pretende este Governo dinamizar e em que áreas estratégicas?

As prioridades portuguesas na cooperação para o desenvolvimento estão alinhadas com a Agenda 2030, fundamentais para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas também com o princípio “Não deixar ninguém para trás”, reflectido na prioridade dada aos países menos desenvolvidos, Pequenas Ilhas/Estados insulares em desenvolvimento, países frágeis e em processo de gradação.

Enquadrada pelo Programa Estratégico de Cooperação (PEC) Portugal-Moçambique 2022-2026, a cooperação bilateral com Moçambique pauta-se por uma intervenção alinhada com as prioridades do país em matéria de desenvolvimento e de ajuda humanitária e de emergência. Do ponto de vista operacional, comparado com outros países parceiros, Moçambique regista a maior diversidade em termos de modalidades de intervenção.

O PEC obedece a uma lógica de continuidade da estratégia de cooperação reflectida no PEC anterior, visando contribuir para o reforço e capacitação das instituições moçambicanas e para a melhoria das condições de vida das populações. Contempla, todavia, as necessárias adaptações com vista a responder aos desafios com que o país se tem confrontado, incluindo a situação humanitária e securitária em Cabo Delgado.

O PEC assenta em sectores de intervenção alinhados com as prioridades do Governo de Moçambique, elencados na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) de Moçambique em função das necessidades identificadas pelo Governo do país e da capacidade e experiência das instituições portuguesas. Os sectores de intervenção prioritária são vários, desde a Educação e Cultura; Saúde, Assuntos Sociais e Trabalho; Justiça, Segurança e Defesa; Ambiente, Energia, Agricultura e Pescas; Finanças Públicas, Economia e Infraestruturas, até à Acção Humanitária e Resiliência. E sem esquecer o apoio ao Plano de Reconstrução de Cabo Delgado.

Gostaria ainda de referir que Portugal continua empenhado na valorização da Língua Portuguesa em Moçambique, assegurando Leitorados, Protocolos de Docência e Investigação. Para 2024 o total do apoio financeiro do Camões, I.P. previsto na área da Língua é de 325.512 euros.

EXECUÇÃO DO PEC E SEUS REFLEXOS

No que respeita ao PEC, a sua execução encontra-se a meio da sua vigência (2022-2026). Que balanço é possível fazer até agora?

O PEC 2022-2026 prevê um envelope financeiro indicativo de 170 M€ para programas, projectos e acções (PPA), reforçado em 15 M€ na V Cimeira Bilateral Portugal-Moçambique realizada em Setembro de 2022.

A resposta integrada de Portugal às múltiplas crises que têm afetado Moçambique nos últimos anos é um bom exemplo do que é esperado da abordagem do triplo nexos Humanitário-Desenvolvimento-Paz (HDP), o que permitiu não só reforçar a coordenação a nível nacional para mobilizar esforços de várias frentes, como também com outros parceiros presentes no terreno, em particular com a União Europeia (UE).

A iniciativa das Pontes Aéreas para prestar assistência humanitária e de emergência, em resultado do impacto da pandemia da Covid-19, é também um exemplo ilustrativo dos esforços de colaboração e coordenação que são exigidos nestes contextos complexos, onde o aumento de necessidades humanitárias exige de todos os parceiros do país (seja Moçambique ou outro país afetado por crises e conflitos) uma resposta rápida, coerente e coordenada, em complemento aos esforços dos vários actores.

Acresce também a resposta de Portugal ao escalar da crise no norte de Moçambique, que exigiu um esforço conjunto das autoridades portuguesas, que congregou instrumentos de financiamento flexíveis em sinergia com outros parceiros e, juntamente com a UE, contribuiu para os esforços de estabilização política e militar.

Em 2023 a execução acumulada do PEC, isto é, programas, projectos e acções (PPA) implementados em 2022 e 2023, situou-se nos 42,3 M€, correspondendo a 25% de taxa de execução global. Entre os sectores com maior peso na execução total, podemos falar da Educação e Cultura (15,8%), da Justiça, Segurança e Defesa (4%) e da Saúde, Assuntos Sociais e Trabalho (2,8%). Moçambique foi, em 2023, o primeiro beneficiário da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) bilateral bruta, com o montante apurado de 71,3 M€.



Nuno Sampaio

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DA COOPERAÇÃO DE PORTUGAL

LICENCIADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, NUNO SAMPAIO POSSUI MESTRADO E DOUTORAMENTO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. DOCENTE UNIVERSITÁRIO E INVESTIGADOR, FOI ATÉ À SUA NOMEAÇÃO CONSULTOR DA CASA CIVIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA MARCELO REBELO DE SOUSA E ASSESSOR PARA OS ASSUNTOS POLÍTICOS. ANTERIORMENTE FORA ASSESSOR PARA OS ASSUNTOS PARLAMENTARES E AUTARQUIAS LOCAIS DA CASA CIVIL DO PRESIDENTE ANÍBAL CAVACO SILVA.



Fotografia iStock

E que perspectivas há para a segunda metade de execução do Programa?

Para a segunda metade vamos continuar a executar os programas já referidos, programas de longo prazo devido ao seu papel estrutural. Mas gostava de referir um dos projectos bandeira da cooperação portuguesa que decorre na Ilha de Moçambique (Cluster). Projecto que visa apoiar o Governo moçambicano no desenvolvimento integrado da Ilha de Moçambique e da zona continental adjacente, nomeadamente nos domínios da preservação e reabilitação do património histórico e cultural, da gestão e ordenamento territorial e urbanístico, da formação profissional, do ensino pré-escolar e sua ligação ao ensino primário na região e de apoio à sociedade civil, artes e empreendedorismo. Este projecto teve início em 2011 e está agora na sua terceira fase de implementação.

Devo sublinhar que a cooperação entre as autoridades moçambicanas e portuguesas tem sido exemplar. Aliás, a excelência das relações entre os dois países é caracterizada por visitas políticas regulares. Não posso deixar de relevar a visita a Portugal do Presidente Filipe Nyusi por ocasião das comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de Abril, nem a visita do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, a sua terceira, a Moçambique em 2022. Mas a cooperação não se esgota nestes encontros de alto nível, também a nível técnico e nas mais diversas áreas mantêm-se contactos regulares.

No âmbito do PEC destaca-se o apoio ao Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, de que falou há pouco, nomeadamente o apoio às comunidades afectadas pelo fenómeno do terrorismo, ainda não totalmente resolvido e com reflexos na actividade económico-empresarial da região. Como encara esta situação?

Se em Cabo Delgado o ano de 2023 foi, na sua generalidade, caracterizado pela progressiva pacificação da província e relativo regresso da estabilidade, que permitiu o retorno de alguns deslocados internos e a restauração parcial de serviços básicos nas áreas libertadas, 2024 começou com uma nova vaga de ataques e movimentações de grupos insurgentes.

Portugal tem vindo a aprofundar a sua cooperação no âmbito da defesa com Moçambique e é um parceiro empenhado na estabilização de Cabo Delgado e na resposta às causas profundas do conflito, procurando o desenvolvimento sustentável da região e criando emprego para os jovens. Não é de somenos o esforço de Portugal junto da União Europeia. Portugal defendeu a necessidade de prorrogação da Missão de Treino Militar da UE em Moçambique, entretanto convertida em Missão de Assistência Militar - EUMAM. Temos ainda pressionado para que haja um reforço deste treino e equipamento.

Compreendemos que a instabilidade de Cabo Delgado interfira com o nível de atractividade junto dos investidores e daí apostamos numa política de longo prazo que responda às causas profundas do conflito. A este propósito importa sublinhar o projecto +Emprego (2020-2024), com um orçamento de 4,2 M€, financiado pela UE (4 M€) e pelo Camões I.P. (200 mil euros), tendo sido este último responsável pela gestão do projecto na modalidade de cooperação delegada, cujo objectivo era formar e empregar mais de 800 jovens, entre os 15 e 25 anos, de Cabo Delgado.

Através de acordos de implementação com oito parceiros moçambicanos e dois parceiros portugueses foram abrangidos mais de 1000 formandos. Para além de dirigentes, formadores e técnicos de emprego, o projecto qualificou mais de 700 jovens deslocados de Cabo Delgado em áreas de formação orientadas para o mercado de trabalho e proporcionou estágios profissionais a outros 140 jovens. O impacto do projecto no rendimento dos jovens tem sido significativo, pois resultou no aumento do rendimento mensal de 45% dos jovens abrangidos.

POTENCIALIDADES DE MOÇAMBIQUE POR EXPLORAR

Como classifica as relações entre os dois países a nível económico-empresarial e como poderá a SENEK contribuir para o seu fomento?

Há ainda muito potencial por explorar. Existem cerca de 500 empresas de capitais portuguesas com presença em Moçambique que assumem posições de liderança em quase todos os sectores da economia, com destaque para a banca comercial, distribuição farmacêutica, distribuição alimentar, distribuição de combustíveis, alojamento e restauração, telecomunicações e construção e obras públicas, e que podem ser muito úteis na política de diversificação da economia de Moçambique, apresentando-se como parceiros privilegiados de investidores moçambicanos.

Trata-se de uma presença empresarial que investe a longo prazo no país, contribuindo substancialmente para a formação e qualificação profissional dos seus quadros e para a criação de emprego, bem como sendo activa no que respeita ao apoio a iniciativas de natureza humanitária. Apesar do contexto complexo que Moçambique atravessa, as empresas portuguesas têm, globalmente, mantido a sua presença no mercado e assegurado a manutenção dos respetivos postos de trabalho.

E qual o potencial que considera ainda por explorar?

Com efeito, Moçambique é um país que ainda tem muitas áreas por explorar e muitas carências, nomeadamente ao nível das infraestruturas e formação de mão-de-obra, que precisam de ser colmatadas, podendo contar com o apoio de Portugal.

Portugal tem também vindo a promover as relações entre Moçambique e a UE, fórum onde tem uma posição privilegiada, e a sua inclusão em programas da *Global Gateway*, uma nova estratégia de investimento da UE lançada em 2021, que visa promover investimento sustentável e transparente, assim como estreitar as relações comerciais bilaterais. Destaco, no quadro do Programa Indicativo Plurianual 2021-2027 da UE, as Iniciativas Equipa Europa “Pacto Ecológico” e “Juventude Digital/*E-Youth*”, e o interesse de Portugal nas mesmas, considerando a experiência da cooperação portuguesa em áreas como a transição climática, crescimento sustentável, educação e formação, cultura, digitalização, emprego, empreendedorismo e sector privado.

A SOFID e o fundo InvestimoZ foram transferidos neste ano de 2024 para o universo do Banco Português de Fomento. Que significado tem esta transferência e que vantagens poderão esperar as empresas portuguesas?

A transferência da SOFID para o universo do Banco Português de Fomento vai permitir o desenvolvimento de sinergias em várias vertentes, nomeadamente financeira, operacional, de sistemas de governo societário e controlo interno, trazendo bons contributos para o futuro.



CONTINUAREMOS A PROMOVER UMA POLÍTICA DE PROXIMIDADE E COOPERAÇÃO COM AS CÂMARAS DE COMÉRCIO, A COMUNIDADE EMPRESARIAL E AS EMBAIXADAS.

Segundo revelou o Banco Português de Fomento, enquanto instituição financeira de desenvolvimento, esta transferência integra a estratégia de alargamento da missão desta instituição, com o objectivo de apoiar projectos de empresas nacionais em países em desenvolvimento, tal como tem acontecido em Moçambique, permitindo um aumento tanto nos montantes, como nas modalidades de instrumentos financeiros disponíveis para as empresas, assim como acesso a fundos europeus com esses fins. Neste sentido, as empresas terão mais recursos disponíveis para investimentos. Complementarmente, e como já referi, o PEC 2022-2026 prevê um envelope financeiro indicativo de 170 M€, reforçado em 15 M€ na V Cimeira Bilateral Portugal-Moçambique (Setembro de 2022), que inclui 95 M€ para Programas, Projectos e Acções (PPA) a alocar aos sectores de intervenção prioritária, 80 M€ relativos ao Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique (InvestimoZ) e 10 M€ referentes ao Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP).

Sendo hoje indissociável desenvolvimento e sustentabilidade, como devem as empresas portuguesas posicionar o seu investimento naquele país?

Como salientei anteriormente, as prioridades portuguesas na cooperação para o desenvolvimento estão alinhadas com a Agenda 2030. Portugal já tem experiência na área das telecomunicações e infraestrutura no mercado moçambicano. Devemos reforçá-la e promover o investimento na área das energias renováveis e da modernização tecnológica.

Outras áreas, como obras públicas e construção civil, energia, indústria transformadora, saúde e produtos farmacêuticos, serviços e logística, educação e formação profissional e turismo e hotelaria, constituem oportunidades de negócio relevantes, tendo aqui o PEC 2022-2026 um papel importante na criação inicial de sustentabilidade nessas áreas.

E não esquecendo o investimento na economia azul, que se reveste de uma importância crucial para o desenvolvimento sustentável a longo prazo. Os oceanos, mares e recursos marinhos representam uma vasta fonte de oportunidades económicas, desde a pesca e aquicultura sustentáveis, à exploração de energias renováveis *offshore*, passando pela biotecnologia marinha e pelo turismo costeiro. Portugal, como defensor dos mares e oceanos, deverá também explorar oportunidades neste sector que concilia o desenvolvimento económico com a sustentabilidade ambiental e a resiliência das comunidades costeiras.

Também a capacitação dos jovens através da educação e da formação profissional pode ser vista por este prisma do desenvolvimento e sustentabilidade. Jovens com formação em áreas com empregabilidade, com futuro e carreiras capazes de responder às suas expectativas.

DIPLOMACIA DEMOGRÁFICA

Em Janeiro de 2022 entrou em vigor o Acordo de Mobilidade no âmbito da CPLP, mas tem faltado a sua concretização no terreno. O que vai ser feito para alterar isso, nomeadamente para combinar necessidades em Portugal de mão-de-obra e vontade dos povos da CPLP, nomeadamente de Moçambique, em vir para Portugal?

O Acordo sobre a Mobilidade é um Acordo-quadro que estabelece a base legal sobre a qual se construirá uma maior mobilidade e circulação no espaço da CPLP. Aos Estados é facultado um leque de soluções que lhes permitem assumir "*compromissos decorrentes da mobilidade de forma progressiva e com níveis diferenciados de integração*", tendo em conta as suas próprias especificidades internas, na sua dimensão política, social e administrativa.

Não obstante, este Acordo deve ser devidamente implementado, dando condições para que as pessoas sejam recebidas com dignidade no nosso país. É esse o propósito do atual Plano de Acção para as Migrações aprovado em Junho de 2024 pelo Governo português.

O diálogo entre países de origem e países de destino é essencial para a aplicação do Acordo, na medida em que a pressão migratória para a UE irá manter-se no futuro próximo.

Vivemos, pois, num estado de negação: não queremos mais migrantes, mas precisamos deles. A este propósito recorde-se que a maior parte da população em África tem menos de 18 anos, enquanto a Europa está cada vez mais envelhecida. Este Acordo pretende, diria, valorizar a comunidade e também combater a falta de mão-de-obra em Portugal e revitalizar a economia portuguesa, permitindo, no entanto, que os procedimentos atraíam uma imigração regulada, integrada e segura. O Plano de Acção português, que está alinhado com o Pacto Global para as Migrações das Nações Unidas, assenta no princípio de que Portugal precisa e quer acolher mais imigrantes - por motivos demográficos, sociais e económicos -, naquilo que designo como diplomacia demográfica. Uma imigração que deve ser regulada e fiscalizada, acompanhada de uma integração humanista.

Está prevista a realização da VI Cimeira Bilateral Moçambique-Portugal. O que é possível desde já adiantar sobre a mesma, seus objectivos e expectativas?

A VI Cimeira Bilateral Moçambique-Portugal terá lugar em Lisboa, em data a definir pelos habituais canais diplomáticos e, por isso mesmo, a agenda está ainda por consolidar, mas será uma oportunidade para partilhar as nossas experiências e expectativas e continuar a negociação de instrumentos bilaterais. Obviamente que a economia, a mobilidade e a cooperação na área da defesa serão apenas alguns dos temas a abordar.

Que papel deverão as Câmaras de Comércio ter no reforço da diplomacia de negócios e que relacionamento esperar por parte da Secretaria de Estado, neste caso, com a CCPM?

Enquanto organizações representativas dos interesses empresariais, as Câmaras de Comércio atuam como elo entre o sector privado e as entidades públicas, promovendo a cooperação e o diálogo. Não posso deixar de congratular a Câmara de Comércio Portugal-Moçambique pelo seu leque de associados de relevo e o seu programa "Cria Rede", que identifica talento e o integra no mercado de trabalho criando sinergias entre a academia, as empresas, as instituições e a sociedade. A CCPM prima, ainda, pela aposta na responsabilidade social das suas empresas e na sustentabilidade através da sua iniciativa "Selo de Sustentabilidade", que incentiva os seus associados a melhorar as suas práticas.

Esta Secretaria de Estado continuará a promover uma política de proximidade e cooperação com as Câmaras de Comércio, a comunidade empresarial e as Embaixadas, nomeadamente através da promoção de projectos e iniciativas conjuntas que visem a capacitação das empresas, a promoção da inovação, a internacionalização e a atracção de investimento como missões de prospecção económica.

É essencial manter uma boa comunicação entre a SENEC e as Câmaras de Comércio, com vista a fomentar a confiança mútua, estarmos cientes das suas preocupações e necessidades e facilitar a sua articulação com outras agências ou agentes governativos. ●

Entrevista de Graziela Afonso

(Texto segundo a anterior ortografia)



ENTREVISTA

Contribuir para a consolidação da cooperação bilateral

É convicção da nova Embaixadora de Moçambique em Portugal continuar a dar contributo para o desenvolvimento das relações de cooperação entre os dois países e levar por diante o vasto conjunto de acções de cooperação ainda por concluir. Stella Zeca, que pela primeira vez desempenha o cargo de Embaixadora desde Fevereiro de 2024, relewa, na entrevista que nos concedeu, as excelentes relações entre os dois países e o seu duplo desejo de ver o investimento directo estrangeiro português aumentar em Moçambique e, por seu lado, assistir ao crescimento do número de moçambicanos que se destacam em diferentes áreas de desenvolvimento em Portugal.

Sendo a primeira vez que desempenha o cargo de Embaixadora, que significado tem este desafio novo e a particularidade de começar em Portugal?

É para mim um privilégio continuar a representar o Estado, desta vez fora de Moçambique, em Portugal. Engajar-me-ei e creio que saberei lidar com a complexidade desta missão. Assumo que é uma oportunidade ímpar de servir Moçambique e os moçambicanos em Portugal, dadas as importantes relações político-diplomáticas entre os dois países.

Que iniciativas gostaria de desenvolver e promover aos mais variados níveis, incluindo ao nível da comunidade moçambicana residente em Portugal?

Sendo também Representante Permanente de Moçambique junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), gostaria de estreitar cada vez mais as relações de cooperação bilateral e multilaterais e de trazer melhores resultados para as distintas áreas de cooperação, desde a área político-diplomática, defesa e segurança, educação e formação, saúde, cultura e turismo, desporto, pescas, infraestruturas, trabalho e assuntos sociais, finanças públicas e tributação, até ao ambiente e recursos minerais e energia, dentre outros assuntos transversais.

Em relação à comunidade moçambicana, procurar servir respeitando a sua diversidade socioprofissional. Contamos, felizmente, com uma comunidade da qual nos orgulhamos, pela sua forma de ser e de estar neste território que nos acolhe. É por isso nosso desafio continuar a proporcionar mais e melhor assistência aos moçambicanos, assegurando a sua protecção e de seus interesses em Portugal, a valorização da sua cidadania e o encorajamento para a sua permanente participação no esforço colectivo de desenvolvimento de Moçambique. Vamos continuar a incentivar a comunidade moçambicana a pautar-se pelo associativismo para ecoar através do diálogo as suas necessidades, com vista a uma integração adequada na sociedade portuguesa.

Queremos igualmente promover Moçambique do ponto de vista do seu potencial cultural, turístico e de negócios, por forma a que, por um lado, a comunidade moçambicana residente conviva mais entre si e, por outro, se incremente o conhecimento da cultura moçambicana

no seio dos portugueses e também do nosso potencial turístico, para que mais portugueses elejam Moçambique como destino turístico, mas também para que mais empresas portuguesas em diferentes áreas invistam no nosso país e vice-versa.

Quanto à diplomacia entre os dois países, considera haver algum trabalho a realizar no sentido do seu reforço?

Moçambique tem como base da sua política externa o fundamento de fazer mais amigos e promover mais parcerias. É nesse sentido que as relações diplomáticas entre Moçambique e Portugal foram e continuam a ser caracterizadas por amizade e muita cordialidade, havendo continuamente vontade das partes de materializar as acções constantes nos instrumentos de cooperação definidos, as cimeiras bilaterais, os memorandos de cooperação multifacetados e as consultas diplomáticas entre os dois países. Tendo em conta que os contextos, sobretudo internacionais, mudam continuamente, exige-se abordagens ajustadas ao contexto em todas as áreas, incluindo na diplomacia. A nossa missão será de nos posicionarmos e definirmos as prioridades e interesses de Moçambique no contexto da agenda nacional e internacional.

ESTABELECEER REDES DE ÁREAS DE INTERESSE

Que importância tem especificamente a diplomacia de negócios entre os dois países? Deverá haver algum desenvolvimento?

Sempre deve haver desenvolvimento, inclusive em função da conjuntura, pois a diplomacia de negócios é de capital importância na medida em que os nossos dois povos vêm-se encontrando, quer através de empresas portuguesas em Moçambique, gerando mais empregos e contribuindo para receitas e desenvolvimento socioeconómico, quer através de moçambicanos que criam empresas em Portugal, principalmente nas áreas de hotelaria e restauração.

O desafio a que nos colocamos passa por trabalharmos na promoção de oportunidades de investimento em Moçambique e na divulgação de incentivos, incluindo o pacote de medidas de aceleração económica, como por exemplo a supressão de visto de turismo e negócio ou a simplificação dos procedimentos para repatriamento de capitais, bem como, por outro lado, na divulgação das oportunidades em Portugal para que mais empresas moçambicanas possam aqui investir.

Queremos, também, continuar a manter uma relação saudável com os empresários portugueses que já estão instalados em Moçambique, para que tenham sempre o nosso país como destino preferencial do seu investimento, privilegiando o diálogo permanente, a desburocratização, assim como o estabelecimento de redes de áreas de interesse.

Encontra-se em curso o Programa Estratégico de Cooperação (PEC) para o período 2022-2026. Que áreas merecem ou merecerão maior atenção?

Como sabe, o Programa Estratégico de Cooperação Portugal - Moçambique está alinhado com os instrumentos de desenvolvimento de ambos os países e as intervenções nele contidas, que obedecem a uma lógica sectorial de intervenção, concorrem na sua maioria para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de âmbito da CPLP. Como referi anteriormente, vamos continuar a aprimorar as cimeiras bilaterais, com vista a avaliar e perspectivar o estágio das relações de cooperação multifacetadas entre os dois países.

Portugal, à semelhança de outros países europeus, atravessa uma falta grande de recursos humanos. Poderá Moçambique ser um exportador nesta área para Portugal? E estão reunidas as condições para que tal ocorra?

Sem dúvida. Moçambique já exporta mão-de-obra para Portugal, especializada e não especializada, há muito tempo.

É verdade que nos últimos tempos esse fluxo vem também sendo feito fora das normas, o que nos coloca o desafio de registo dos empregadores e trabalhadores e devida assistência laboral. Foi neste âmbito que em 2023 foi assinado um Memorando de Entendimento entre os Ministérios do Trabalho e Segurança Social de ambos os países, através do qual se pretende melhorar as regras de contratação de mão-de-obra de Moçambique. À luz dessas novas regras, os nossos compatriotas poderão beneficiar, por exemplo, de descontos para a Segurança Social em Portugal que, querendo, serão canalizados e poderão beneficiar em Moçambique. Aliás, queremos ainda, neste âmbito, incentivar que se priorize a contratação a partir de Moçambique, sem, contudo, impedir que quem já cá está beneficie também.



Stella Zeca

EMBAIXADORA EXTRAORDINÁRIA E PLENIPOTENCIÁRIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE EM PORTUGAL E REPRESENTANTE PERMANENTE JUNTO DA CPLP

STELLA DA GRAÇA M. PINTO NOVO ZECA NASCEU EM MANICA EM 1977 E LICENCIOU-SE EM ENSINO DE QUÍMICA E BIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA, MAPUTO, ONDE OBTVEU TAMBÉM O CRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE FORMADORES. DOUTORANDA EM ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO NA UNIVERSIDADE POLITÉCNICA - A POLITÉCNICA, EM MAPUTO, A JUNTAR À DOCÊNCIA ASSUMIU CARGOS DE COORDENAÇÃO E DIRECÇÃO NA UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA - DELEGAÇÃO DE QUELIMANE, ABRAÇANDO CARGOS POLÍTICOS A PARTIR DE 2015.

FOI GOVERNADORA DA PROVÍNCIA DE CAZA DESDE 2015 ATÉ JANEIRO DE 2020, ALTURA DA SUA NOMEAÇÃO PARA SECRETÁRIA DE ESTADO NA PROVÍNCIA DE SOFALA, ATÉ FINAIS DE 2023. NESTA QUALIDADE, EM PARCERIA COM ENTIDADES INTERNACIONAIS, STELLA ZECA LIDEROU E COORDENOU VÁRIAS ACTIVIDADES EM PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO, ENTRE ELAS, A MITIGAÇÃO DA SECA SEVERA (GAZA), OS REASSENTAMENTOS POPULACIONAIS (GAZA E SOFALA), A RECONSTRUÇÃO PÓS-CICLONE IDAI (SOFALA) E O DESARMAMENTO, DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE HOMENS ARMADOS DA RENAMO (SOFALA).

NOMEADA EM JANEIRO DE 2024 E ASSUMINDO O CARGO NO MÊS SEQUINTE, A EMBAIXADORA DE MOÇAMBIQUE EM PORTUGAL TEM AGORA A INCUMBÊNCIA DE ACOMPANHAR E APOIAR A COMUNIDADE MOÇAMBICANA EM PORTUGAL E DE PROMOVER A COOPERAÇÃO BILATERAL EM VÁRIOS SECTORES, ENTRE ELAS, O DA FORMAÇÃO SUPERIOR DE QUADROS MOÇAMBICANOS.

Face às adversidades do contexto internacional, que objectivos ter e que expectativas antecipar quanto ao facto dos dois países fazerem parte de uma comunidade como a CPLP? Efectivamente, somos dois povos distintos e com interesses comuns com outros Estados-Membros da CPLP também afectados pelos factores da conjuntura internacional, da crise económica global, mudanças climáticas, competição geoestratégica, guerra russo-ucraniana, terrorismo, até à pandemia da Covid-19, entre muitos outros factores que ameaçam ganhos político-económicos e sociais até aqui alcançados, incluindo a materialização dos ODS da Agenda Global 2030. Neste sentido, temos como objectivos o aprofundamento e consolidação da cooperação bilateral e o aproveitamento dos vários mecanismos e oportunidades multilaterais existentes.

Inspirados no ODS 17: *Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável*, almejamos promover uma cooperação mutuamente proficiente que não se limite apenas à esfera pública, mas que envolva todos os segmentos da sociedade, particularmente o sector privado, a juventude, sociedade civil, entre outros, por forma a realizar progressos e contribuir igualmente para a consolidação de uma CPLP estável e sustentável.

É nosso objectivo encorajar a conjugação de esforços e o envolvimento de diferentes actores dos dois países em busca de iniciativas inovadoras, que nos permitam obter resultados em prol do bem-estar social, facto que passa por uma recuperação económica sustentável e inclusiva.

PAPEL DAS CÂMARAS DE COMÉRCIO NA MOBILIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS

Que papel deverão ter as Câmaras de Comércio nas relações comerciais internacionais, neste caso entre os dois países? As Câmaras de Comércio são por excelência também agentes promotores de negócios. Num contexto de internacionalização de empresas em que nos encontramos, julgamos que as Câmaras de Comércio devem continuar a assumir o papel de testemunhos na mobilização de mais negócios recíprocos e com vantagens mútuas, sobretudo quando estamos a falar de empresários portugueses que já têm investimentos em Moçambique, conhecem o terreno e sabem que é um país de oportunidades.

Podem, ainda, incentivar os empresários moçambicanos a apostar no mercado português. Sabemos que esse movimento já começou, porém, timidamente.



Fotografia iStock



É NOSSO OBJECTIVO ENCORAJAR A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS E O ENVOLVIMENTO DE DIFERENTES ACTORES DOS DOIS PAÍSES EM BUSCA DE INICIATIVAS INOVADORAS, QUE NOS PERMITAM OBTER RESULTADOS EM PROL DO BEM-ESTAR SOCIAL.

Prevista que está a realização da VI Cimeira Bilateral Moçambique-Portugal em 2024, o que se pode adiantar desde já sobre ela?

É verdade que as cimeiras bilaterais vêm tendo lugar anualmente, mas temos de ter em conta as condições para a sua efectivação. Neste ano de 2024, as dinâmicas internas das agendas políticas de Moçambique e de Portugal concorreram para o reajustamento do calendário da implementação deste mecanismo de cooperação. No entanto, há uma vontade reciprocamente manifestada para a realização da VI Cimeira Bilateral num período favorável para ambas as partes.

Finalizando, alguma marca distintiva que gostasse de deixar enquanto Embaixadora de Moçambique em Portugal?

Diria, quatro marcas que irão fazer sentir-me realizada. Por um lado, continuar a dar contributo para o desenvolvimento das relações de cooperação entre os dois países, bem como implementar o vasto leque de acções de cooperação ainda por concluir. Por outro, investir na reabilitação do edifício e regresso dos serviços da Embaixada para as antigas instalações localizadas na Avenida de Berna em Lisboa, que por motivos diferentes foram desmobilizados para fora do edifício. A boa localização destas instalações torna a Embaixada mais acessível a todos aqueles que procuram os nossos serviços.

Gostaria, também, de ver mais consolidada a relação entre a Comunidade Moçambicana residente em Portugal e a Embaixada. Queremos que cada moçambicano aqui residente sinta que o Governo de Moçambique, o seu Governo, representado pela Embaixada, está cada vez mais próximo de si.

Por fim, dadas as excelentes relações que temos com Portugal, sentir-me-ei realizada ao ver o investimento directo estrangeiro português aumentar em Moçambique e, quiçá, Portugal a integrar novamente os dez países que mais investem em Moçambique, bem como assistir ao crescimento do número de moçambicanos que se destacam nas diferentes frentes de desenvolvimento aqui em Portugal.

Em suma, que o conjunto destas acções possa impactar positivamente e directamente na vida dos moçambicanos e dos portugueses. ●

Entrevista de Graziela Afonso

[Texto segundo a anterior ortografia]

Dentons, o futuro do legal é agora.

Esta sociedade foi fundada em 1995, tendo comemorado mais de um quarto de século de presença no mercado moçambicano.

Recentemente, a FL&A integrou a Dentons: www.dentons.com.

O caminho já percorrido permite alcançar a melhor combinação entre a experiência interna dos mais velhos e a ousadia dos mais jovens, e a vasta experiência internacional aportada pela Dentons, ferramentas colocadas ao serviço dos clientes de forma equilibrada e responsável, com competência técnica e ética.

Dedicadamente, a equipe interna da FL&A faz assistência jurídica e presta serviços jurídicos a diversos e especializados sectores de actividade comercial e industrial. Compreender os clientes e as suas necessidades permite-nos em cada momento orientar o nosso conselho e conduta para soluções totalmente legais e ao mesmo tempo pragmáticas.

Vocacionados sobretudo para apoio a empresas comerciais, estamos ao lado de investidores nos sectores de mais elevada tecnicidade e tecnologia (oil & gas, mineiro, gasodutos, telecomunicações, concessões), nos sectores mais tradicionais (construção de obras públicas, gestão de imobiliário) e em serviços de grande relevância (bancário, parabancário), assistindo companhias nacionais, mas também investidores internacionais que já operam ou que manifestam intenção de operar no mercado de Moçambique.

Vamos continuar a apoiar e a apostar no desenvolvimento de Moçambique.

Grow | Protect | Operate | Finance

www.dentons.co.mz

Áreas de prática

- Direito das Sociedades
- Direito Comercial e dos Contratos
- Direito do Trabalho
- Direito da Propriedade e Terras
- Direito Fiscal
- Direito da Propriedade Industrial
- Contencioso Judicial e Arbitral

Advogados Sócios e responsáveis de áreas de prática

- Fernanda Lopes (Managing Partner)
- Zaida Lumbela
- Amália Garrine
- Rafique Albuquerque
- Reginaldo Cumbane
- Jorge Salomao

Morada

Rua da Frente de Libertação
de Moçambique
(ex-Rua Pereira do Lago), n.º 224
Maputo – Moçambique

Telefone: (+258) 21 496 974

E-mail: mozambique.insights@dentons.com

Contacto: Fernanda Lopes

E-mail: fernanda.lopes@dentons.com

REFLEXÃO



António Costa Moura

EMBAIXADOR DE PORTUGAL EM MOÇAMBIQUE

Um balanço de cooperação e proximidade

Em resposta ao renovado convite da Câmara de Comércio Portugal-Moçambique, que sempre aceito com gosto e mais uma vez agradeço, proponho este ano uma breve reflexão sobre a ação desenvolvida pela Embaixada de Portugal em Moçambique, em jeito de balanço da minha missão aqui, que se iniciou em março de 2021.

A Embaixada de Portugal em Moçambique é uma das maiores embaixadas bilaterais portuguesas, atuando em todos os eixos da ação externa do Estado: político-diplomático, segurança e defesa, economia e comércio, cooperação para o desenvolvimento, cultura, questões consulares e comunidades portuguesas. Sobre cada um dos eixos aqui fica um breve balanço.

PARCERIA ESTRATÉGICA

Portugal e Moçambique mantêm uma parceria estratégica exemplar, com reuniões cimeiras anuais e um intenso ritmo de visitas de alto nível. Ao longo destes três anos e meio, dezenas de membros do Governo português visitaram Moçambique, com destaque para a V Cimeira bilateral realizada em Maputo, em setembro de 2022. Sua Excelência o Presidente da República esteve aqui em visita oficial em março de 2022, tendo o seu homólogo visitado Portugal em novembro de 2022 e abril de 2024.

Tal como referido pelo Presidente Nyusi na V Cimeira Bilateral, “nos momentos difíceis conhecem-se os amigos” e muito me apraz constatar que a nossa relação de amizade e de cooperação continua robusta e mutuamente vantajosa, preparada para enfrentar os desafios comuns. Em abril de 2024 acolhemos em Portugal o Senhor Presidente da República de Moçambique para as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril. Um notável momento de tributo à contribuição dos movimentos de libertação das antigas colónias para o fim da ditadura em Portugal. Em 2025 comemorar-se-ão os 50 anos da independência de Moçambique, ocasião certa para celebrar velhos laços e lançar novas parcerias.

SEGURANÇA E DEFESA

No dia em que apresentei credenciais a este Chefe de Estado deu-se o hediondo ataque a Palma. Cabo Delgado e o Norte do país, aonde me desloco várias vezes por ano, têm merecido uma especial atenção. Portugal empenhou-se na ajuda a Moçambique e assumiu um papel de relevo na formação de forças especiais moçambicanas, especialmente talhadas para combater o terrorismo, através da sua participação na Missão de Treino Militar da União Europeia (EUTM-MOZ). Constituída em julho de 2021 e sob comando sucessivo de três oficiais generais das Forças Armadas Portuguesas, a EUTM-MOZ integra 60% de efetivos nacionais e já formou mais de 1700 militares moçambicanos. Esse trabalho prosseguirá, já que a missão foi prolongada, em formato renovado, até 30 de junho de 2026.

Mas, recorde-se, são bem anteriores os laços de camaradagem entre militares moçambicanos e portugueses, a pedra angular da cooperação bilateral no domínio da Defesa, cujo 35.º aniversário comemorámos em 2023 na presença da então Ministra da Defesa de Portugal, em visita de Natal às Forças Nacionais Destacadas (FND).

Também nos diversos Programas de Cooperação na área da segurança, as ações de assessoria e formação, quer à Polícia da República de Moçambique (PRM), quer ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e ao Serviço Nacional de Migração (SENAMI), têm-se concentrado não só em melhorar a atuação operacional das Forças e Serviços moçambicanos, mas também em reestruturar as instituições em matéria de segurança e aplicação da lei, incluindo na capacitação dos seus elementos e no apoio à elaboração de reformas em prol de um Estado de Direito democrático.

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Moçambique continua a ser o principal destinatário da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa, à luz duma matriz, que nos distingue, de aposta contínua na formação e capacitação de cidadãos e instituições deste país, com prioridade para as áreas da Saúde e da Educação. A nossa ação nesta vertente é enquadrada pelo Programa Estratégico de Cooperação 2022-2026, que dispõe de um orçamento de 185 milhões de euros, mas que está longe de resumir-se ao apoio financeiro. De facto, ocorrem diariamente contactos entre organismos e instituições públicas de ambos os países que contribuem para o Estado de Direito e boa governação, como a defesa, a segurança interna e a justiça, bem como em outros domínios como a educação e formação, a saúde, o ambiente, as alterações climáticas e resposta a situações de catástrofes e emergência humanitária, sem esquecer o apoio à sociedade civil moçambicana.

Gostaria de dar particular destaque ao Programa de Bolsas de Estudo internas e externas do Camões, I.P., que, só em 2023, registou um aumento de 30% de bolsas atribuídas a estudantes moçambicanos em Portugal, mas também, claro, ao facto de as universidades portuguesas acolherem, à data de hoje, mais de 2300 alunos moçambicanos ao abrigo dos diferentes regimes de acesso ao ensino superior.

Ainda na Educação, assinalo a abertura, em dezembro de 2023, do Polo da Beira da Escola Portuguesa de Moçambique. Estamos, aliás, apostados em prosseguir com a descentralização de uma oferta educativa de qualidade a outras províncias deste país.

Realço ainda o trabalho no domínio da recuperação do impar e classificado património cultural moçambicano, nomeadamente através da reabilitação da Capela de Nossa Senhora do Baluarte, na Ilha de Moçambique, e da recuperação da Rampa dos Escravos, no Mossuril. Sem esquecer, naturalmente, a intervenção integrada, também na Ilha, no âmbito do Cluster, nas suas valências de apoio à educação pré-escolar e ensino profissional, à gestão do ordenamento territorial e urbanístico, de fortalecimento da sociedade civil e dos incentivos ao empreendedorismo.

CULTURA

A cultura, mas também a língua - como esquecê-la nos 500 anos do nascimento de Camões - continuam a ser talvez o maior elo de encontro entre Portugal e Moçambique, patenteado no crescente intercâmbio cultural entre os dois povos. O Instituto Camões tem levado a cabo um trabalho excecional em Moçambique, através dos seus dois Centros Culturais e seis Centros de Língua. Foram realizadas dezenas de exposições, eventos musicais, lançamentos de livros, colóquios, debates sobre os mais variados temas, cobrindo todas as artes, tendo sempre como foco promover as culturas e os artistas portugueses e moçambicanos.



EMPRESAS

Mais de 400 empresas portuguesas ou de capital português estão presentes em Moçambique em praticamente todos os sectores da economia, da banca e seguros à construção, da indústria farmacêutica à distribuição alimentar, da hotelaria e turismo às telecomunicações. O seu importante papel na criação de riqueza e de postos de trabalho, bem como no investimento direto estrangeiro, é particularmente visível, tendo sido reconhecido, em novembro passado, no primeiro Fórum de Investimento *Global Gateway* Moçambique-UE, em que participámos através da então Ministra da Agricultura e Alimentação.

Acreditamos no empenhamento das micro, pequenas e médias empresas portuguesas que aqui criam riqueza e emprego e fazem da formação e da qualificação profissional bandeiras perenes e diferenciadoras.

ATIVIDADE CONSULAR

No âmbito da atividade consular, trabalhamos para fazer mais e melhor. O Consulado-Geral de Portugal em Maputo implementou em junho de 2024 um plano que se traduziu num aumento superior a 50% da capacidade de resposta. O objetivo é claro: ter em Moçambique serviços consulares de referência. Nomeadamente:

- Nos vistos, componente fundamental para o relacionamento económico, foi já possível triplicar as vagas, os prazos de concessão são muito mais reduzidos e os vistos com validade de um ano ou superior aumentaram exponencialmente;
- No registo civil e notariado há um novo balcão de reconhecimentos, em regime de porta aberta, sem necessidade de agendamento prévio;
- Por último, e associado à criação do novo balcão, o Consulado-Geral triplicou a capacidade de acolhimento, pondo fim às filas de espera na rua.

Com este balanço pretendi dar a conhecer, de forma não exaustiva, o que aqui fazemos. A atividade desta Embaixada é multifacetada e reflete não só a profundidade das relações que Portugal e Moçambique mantêm - entre Estados, empresas e cidadãos -, mas também a vontade de continuar a abrir novos caminhos e a criar novas oportunidades de desenvolvimento conjunto. ●



Medidas renovadas de combate ao branqueamento de capitais e ao terrorismo

As leis em Moçambique destinadas ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo já vêm de longe. Porém, recentemente foram aprovadas novas e modernizadas leis que estão agora a começar a ser implementadas. É toda uma nova regulação que tornará Moçambique mais preparado para o novo ciclo que se avizinha, quer a nível político, com a realização de eleições gerais no país em outubro de 2024, quer em termos dos grandes investimentos em curso ou prospetivados, e mais capaz para poder garantir maior segurança e confiança aos investidores internacionais.

Em 9 de outubro próximo vão realizar-se eleições gerais em Moçambique, para a presidência, legislativas e províncias, prevendo-se que os novos órgãos saídos das eleições iniciem plenas funções no início de 2025, abrindo-se um novo ciclo político, designadamente com um novo Presidente da República, um novo Parlamento e um novo Governo.

O futuro Presidente vai herdar um país ainda com enormes desafios económicos e sociais, mas com condições para um crescimento assinalável, com grandes projetos de energia a dar os seus primeiros passos, como os estruturantes projetos da Bacia do Rovuma, mas também na Bacia de Moçambique, além de vários importantes projetos no âmbito da produção de energia hídrica e renovável, como a nova barragem de Mphanda Nkuwa ou os primeiros grandes projetos de energia solar em Metoro e Mocuba, por exemplo. Também grandes projetos de infraestruturas se preparam, especialmente nos portos e na ferrovia.

Estes megaprojetos implicam investimentos diretos estrangeiros extremamente avultados, devendo assegurar-se que a entrada desses fundos, bem como os rendimentos deles derivados, não possam ser utilizados para atividades criminosas ou para o financiamento do terrorismo, nomeadamente os conflitos em Cabo Delgado, a que urge pôr termo.

As leis em Moçambique visando o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo já vêm de longe, mas recentemente foram aprovadas novas e modernizadas leis que estão agora a começar a ser implementadas. O Acordo relativo à Facilidade de Crédito Alargado, celebrado em 2022 com o FMI, necessário para a implementação do atual Programa de Reformas Económicas, também implicou esta revisão, como tem vindo a ser reconhecido nas Missões do FMI a Moçambique, sendo a mais recente, a 4.^a Revisão, concluída no início de julho de 2024.



José Luís Moreira da Silva
SRS LEGAL



Momedé Popat
B&P ADVOCADOS

Com efeito, a recente Lei n.º 14/2023, de 28 de agosto, que estabelece o novo Regime Jurídico e as Medidas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, substituiu a anterior Lei n.º 11/2022, de 7 de julho, que já vinha no seguimento da Lei n.º 14/2013, de 12 de agosto, e da Lei n.º 7/2002, de 5 de fevereiro, todas evoluindo num crescendo de medidas que se querem cada vez mais eficazes para o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. A esta acresce, ainda, a nova Lei n.º 15/2023, de 28 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

É igualmente importante, neste conjunto de novas medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao terrorismo, o novo Decreto-Lei n.º 1/2024, de 8 de março, que aprovou o atual Regulamento do Registo de Entidades Legais e que, em conjunto com o Decreto-Lei n.º 1/2022, de 25 de maio, o qual aprovou o Código Comercial, tornou obrigatório o registo do beneficiário efetivo.

Refira-se, ainda, que a citada Lei n.º 14/2023 já foi alvo de algumas alterações pela Lei n.º 3/2024, de 22 de março, tendo sido também logo regulamentada pelo Decreto n.º 53/2023, de 31 de agosto, que revogou a anterior regulamentação contida no Decreto n.º 66/2014, de 29 de outubro. Igualmente, a Lei n.º 15/2023 foi já alvo de algumas alterações pela Lei n.º 4/2024, de 22 de março, tendo sido regulamentada pelo Decreto n.º 54/2023, de 31 de agosto.

PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NO SECTOR FINANCEIRO MOÇAMBICANO

Todas estas novas regulamentações legais vêm impor regras mais apertadas para o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, permitindo, desde logo, conhecer o efetivo dono do dinheiro através do conhecimento do último beneficiário efetivo por detrás das sociedades, através

O TEXTO EM VIGOR DAS REFERIDAS DUAS LEIS DEFENDE MEDIDAS SIMPLIFICADAS DE IDENTIFICAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE RISCOS DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO POR ENTIDADES FINANCEIRAS E NÃO FINANCEIRAS.

do qual, normalmente, os investimentos são realizados. Passa a ser necessário conhecer a última pessoa que vai beneficiar dos investimentos feitos e dos rendimentos obtidos e em nome de quem tudo está a ser efetuado. Este desiderato é especialmente relevante nas sociedades anónimas, onde o acionista é desconhecido.

Este conjunto de novas leis visa a promoção da transparência, eficácia e segurança no sector financeiro nacional, sendo que as últimas alterações de 2024 fazem parte dos esforços que Moçambique está a empreender para sair da lista cinzenta do Gabinete de Ação Financeira Internacional (GAFI). Recorde-se que o GAFI promove padrões internacionais e a aplicação efetiva das medidas legais, regulamentares e operacionais necessárias para combater o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e outras ameaças à integridade do sistema financeiro internacional. O GAFI, entre outros, emite recomendações, consideradas standards internacionais nestas matérias, destinadas a prevenir e a reprimir esses crimes e promove a avaliação mútua da observância desses standards.

O texto em vigor das referidas duas Leis defende medidas simplificadas de identificação e verificação de riscos de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo por entidades financeiras e não financeiras. Introduce, ainda, sanções financeiras específicas para o terrorismo.

Com a entrada em vigor dos citados Decreto-Lei n.º 1/2022, Lei n.º 14/2023, Lei n.º 15/2023 e Decreto-Lei n.º 1/2024, com as suas alterações e regulamentações, as sociedades, consórcios, representações de entidades nacionais ou estrangeiras devem, entre outras obrigações, declarar e manter a informação atualizada sobre a identificação das suas pessoas singulares proprietárias últimas ou que detêm o seu controlo final e/ou a pessoa no interesse da qual é exercido o controlo final.

Assim, este novo regime jurídico de registo dos beneficiários efetivos destina-se também a impedir a utilização do sistema financeiro para atividades de branqueamento de capitais ou de financiamento ao terrorismo, sendo mais uma importante peça no conjunto da nova regulamentação visando esse mesmo fim. No caso de incumprimento dos prazos ou prestação de informações falsas, as entidades legais em causa são impedidas de realizar outros procedimentos junto da Conservatória do Registo das Entidades Legais. Também o incumprimento reiterado dos referidos prazos legais pode dar origem à aplicação de multas definidas na Tabela Emolumentar do Registo das Entidades Legais, sem prejuízo de eventual procedimento criminal.

REFLEXOS TAMBÉM NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Igualmente, é de assinalar que a exigência do registo de beneficiário efetivo tem também repercussão em matéria de contratação pública. Com efeito, o Diploma Ministerial n.º 28/2024, de 13 de maio, em desenvolvimento do n.º 5 do artigo 35.º do Decreto n.º 79/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Regulamento de Contratação e Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, vem obrigar os adjudicatários em procedimentos de valor superior a sessenta milhões de meticais de entregarem uma Declaração de Beneficiário Efetivo, conforme modelo aprovado em anexo ao Diploma, no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da notificação da adjudicação e previamente à assinatura do contrato, sendo a Declaração publicada no Portal de Contratação Pública pela Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições. Sem essa declaração a adjudicação caduca.

Ainda relativamente ao novo regime de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, dar nota que o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIM), agindo como Autoridade de Supervisão nestas matérias, comunicou já a todas as entidades supervisionadas, ao abrigo da alínea h) do artigo 55.º da Lei n.º 14/2023, que deveriam, até 15 de julho, para as entidades já existentes, indicar um Oficial de Comunicação de Operações Suspeitas (OCOS) e cadastrar-se no GIFIM.

As entidades não financeiras com estas obrigações são as que exercem atividade de mediação imobiliária e de compra e venda de imóveis, entidades construtoras que procedam à venda direta de imóveis e as entidades que se dedicam à atividade de venda e revenda de veículos novos e usados.

Importa, ainda, ter em conta a Deliberação n.º 48/CN/2023, de 20 de outubro, da Ordem dos Advogados de Moçambique, que estabelece termos e condições com vista ao cumprimento pelos advogados, advogados estagiários e sociedades de advogados do regime jurídico aplicável à prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, financiamento da proliferação de armas de destruição em massa e demais crimes conexos, salvaguardando as regras previstas no Estatuto da Ordem dos Advogados de Moçambique em matéria de segredo profissional.

Estabelece, igualmente, as formas de relacionamento entre a Ordem dos Advogados de Moçambique e as autoridades competentes. Além de definir regras a cumprir, especialmente pelas sociedades de advogados, e a obrigação de especial cuidado com transações suspeitas, a Deliberação obriga os advogados a submeter uma comunicação de operações suspeitas ao OCOS - Oficial de Comunicação de Operações Suspeitas, indicado pela Ordem dos Advogados de Moçambique.

Face a toda esta nova regulação, Moçambique está mais preparado para o novo ciclo que se avizinha, político, mas também de grandes investimentos, permitindo uma maior segurança e dando confiança a investidores internacionais. Moçambique está no bom caminho! ●



FACE A TODA ESTA NOVA REGULAÇÃO,
MOÇAMBIQUE ESTÁ MAIS PREPARADO
PARA O NOVO CICLO QUE SE AVIZINHA.
MOÇAMBIQUE ESTÁ NO BOM CAMINHO!

Fotografia iStock



Gisela Teresa Chunguane

ASSOCIADA SÉNIOR DA HPF ADVOGADOS



Fundo de Garantia Mutuária acabado de criar

O novo Fundo de Garantia Mutuária, Fundo Público (FGM, FP) foi criado em Moçambique por intermédio do Decreto n.º 37/2024 de 10 de Junho, inserindo-se num esforço de materialização do Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE) no país.

O núcleo de medidas do novo Fundo, anunciado no ano de 2022, imprimiu um esforço de alavancagem da economia moçambicana, severamente marcada pelos nefastos acontecimentos que assolaram o nosso território e o globo, nomeadamente o impacto das alterações climáticas, traduzido num aumento da frequência e intensidade de ciclones e inundações, as acções terroristas em Cabo Delgado, a pandemia e, mais recentemente, o conflito na Ucrânia.

Neste desígnio perfilam-se 20 medidas segmentadas em três áreas: incentivos fiscais para a promoção do crescimento, desburocratização e simplificação de procedimentos para a promoção do crescimento e eficiência e eficácia das instituições para o crescimento económico.

Dentre as medidas de incentivos fiscais para a promoção do crescimento surge o Fundo de Garantia Mutuária, que se apresenta como património autónomo, com a natureza de conta bancária, constituído por recursos financeiros públicos integrados no Tesouro Público. O seu propósito matricial é fazer face a um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas moçambicanas: o acesso limitado ao financiamento.

RECURSOS FINANCEIROS MAIS ACESSÍVEIS ÀS EMPRESAS

A criação do Fundo, espera-se, permitirá à banca nacional disponibilizar recursos financeiros a taxas de juro mais acessíveis para micro, pequenas e médias empresas que actuam nos sectores da agricultura, piscicultura, comercialização e processamento agrícola, turismo e habitação.

De realçar que o fundo inicial do Fundo de Garantia Mutuária é de 4.400.000,00 MT (quatro mil e quatrocentos milhões de meticais), beneficiando o Estado de um financiamento do Banco Mundial ao abrigo de um acordo celebrado com esta entidade.

Para garantir a sustentabilidade do Fundo de Garantia Mutuária, as suas receitas provirão das seguintes fontes: de comissões de garantia e de contragarantia cobradas às instituições de crédito e sociedades financeiras, aos operadores de microfinanças e às demais instituições financeiras beneficiárias directas do Fundo, de valores recuperados da execução de direitos penhoratícios e hipotecários sobre activos dos agentes beneficiários finais da garantia pública, de rendimentos provenientes da aplicação dos seus recursos, de compensações recebidas de contragarantias prestadas por instituições multilaterais internacionais, além de outras receitas decorrentes de actividades associadas.

O Fundo será administrado por uma sociedade gestora detida pelo Estado, à qual, nos termos da lei, compete praticar todos os actos e operações necessários ou convenientes à sua boa administração e exercer todos os direitos relacionados com os bens do Fundo, tendo em vista a prossecução do objecto daquele enquanto sua legal representante.

A supervisão do Fundo de Garantia Mutuária será realizada pelo Banco de Moçambique, em conformidade com o prescrito no Decreto n.º 38/2024 de 10 de Junho, garantindo, assim, a correcta aplicação de recursos e a aderência às normativas financeiras do país.

Estamos certos de que esta medida alinha pelo caminho certo, desejando-se que o seu almejado objectivo em prol da nossa economia e bem-estar seja alcançado na plenitude. ●

Créditos de Carbono em Moçambique

Moçambique enfrenta sérios desafios relacionados com as alterações climáticas e embora ainda não exista a legislação específica que preveja a obrigação de monitorizar e do relato da performance das empresas a nível de *Environmental Social Governance* (“ESG”), o panorama legal nacional já inclui instrumentos legislativos e disposições legais que se enquadram em cada uma das componentes do ESG.

Como é natural, existem normas que visam garantir a gestão ambiental sustentável e a utilização racional dos componentes ambientais, diplomas que promovem a protecção, conservação e uso sustentável da diversidade biológica, assim como regras de avaliação do impacto ambiental e que promovem auditorias e inspecções ambientais, nomeadamente as que impõem aos investidores o dever de implementação de políticas activas de defesa e protecção do ambiente e da natureza.

Por seu turno, também se destacam regras que protegem os direitos humanos e os direitos dos trabalhadores relativos à segurança social, à igualdade de género e à igualdade de remuneração por trabalho de igual valor, além de normas relativas à prevenção e combate à corrupção, à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e que promovem a transparência.

Este panorama contribui para uma crescente procura de oportunidades de investir em negócios com pegada sustentável, apesar da fragmentação e complexidade legislativa, agravada pela diversidade de fontes a nível regional, internacional e corporativo, em constante evolução. Com efeito, as agendas empresariais são movidas, não apenas por imposições legais, mas também por iniciativas de carácter privado e autónomo, associado a razões estratégicas.

É inevitável que as entidades locais envolvidas em negócios com entidades internacionais se vejam compelidas a adaptar-se às obrigações aplicáveis àquelas nesta matéria. Ora, é neste contexto que os créditos de carbono representam uma área de crescente interesse e importância, à medida que o país procura equilibrar o desenvolvimento económico com a mitigação das mudanças climáticas.

Existem dois tipos de mercado a nível internacional, os mercados voluntários por oposição aos designados mercados de *compliance*, onde se prevêem mecanismos de regulação criados pelos Estados que impõem aos poluidores um esquema de pagamentos pelas emissões poluentes.

Em contraposição, os mercados voluntários permitem um encontro voluntário da procura e oferta. A procura é frequentemente movida por motivos reputacionais, *marketing* ou responsabilidade social corporativa. Os mercados voluntários de carbono incidem sobre projectos de redução de emissões de GEE¹ e de sequestro de carbono² que promovam a mitigação de emissões de GEE.

1 A redução de emissões de GEE corresponde tipicamente à quantidade de dióxido de carbono equivalente (CO₂e) cuja emissão tenha sido evitada.

2 O sequestro de carbono é tipicamente entendido como a remoção de CO₂ da atmosfera e o seu armazenamento duradouro biológico, geológico e tecnológico.

3 Lei n.º 16/2014, de 20 de Junho, alterada e republicada pela Lei n.º 5/2017, de 11 de Maio.



Deivid Sacur

ADVOGADO DA JLA ADVOGADOS



João Lupi

ASSOCIADO SÉNIOR DA ABREU ADVOGADOS

CRIAR BASES LEGAIS PARA O MERCADO DE CRÉDITOS DE CARBONO

Em Moçambique, a legislação até ao momento preocupa-se apenas em tratar da questão relativa ao comércio dos créditos de carbono, permanecendo por ser regulamentada. A primeira menção a este instrumento surgiu no Decreto n.º 58/2014 de 17 de Outubro, que aprova o Regulamento que Estabelece o Regime Tarifário para as Energias Novas e Renováveis (REFIT), concretamente no seu artigo 17º. De igual modo, o Regulamento da Lei da Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica³, aprovado por Decreto n.º 89/2017, de 29 de Dezembro, vem consagrar o que deve ser atendido no processo de comercialização de créditos de carbono.

O Regulamento dos procedimentos para aprovação de projectos de demonstração que visam a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+), aprovado por Decreto n.º 70/2023 de 20 de Dezembro, estabelece a necessidade de fixação do procedimento para a aprovação de projectos demonstrativos e de estudos relativos a REDD+, bem como a indicação das entidades competentes para o efeito. Foi em 15 de Outubro de 2021 que Moçambique se tornou o primeiro país a receber pagamentos de um fundo fiduciário do Banco Mundial, voltado para a redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal, conhecido como REDD+. O programa REDD+ representa uma abordagem inovadora que visa preservar as florestas tropicais, essenciais na absorção de carbono, enquanto apoia o desenvolvimento sustentável das comunidades que dependem dessas florestas.

Neste viés do fomento pela participação no mercado de carbonos tendo em vista a mitigação de emissões, este regulamento reconhece aos proponentes de projecto de demonstração o direito de comercializar créditos de carbono no mercado voluntário desde que se candidate a qualquer certificado internacional de carbono voluntário normal reconhecido por Moçambique, bem como de transaccionar os créditos por si ou por interposta pessoa.

Apesar de ainda aguardarmos por um quadro legal e regulamentar desenvolvido nesta matéria, é inegável o aumento dos projectos de crédito de carbono no país, o que motivou a elaboração de um Plano de Activação do Mercado de Carbono, com um grupo de trabalho a dar prioridade à produção de um quadro regulamentar abrangente e propício. Este Plano deverá permitir que o país participe nos mercados internacionais de carbono, proporcionando clareza aos que desenvolvem projectos e aos compradores de carbono e, acima de tudo, garantindo que os projectos apoiem e beneficiem as comunidades locais e a população moçambicana em geral. Pese embora o REFIT admitir que o Estado confira uma proporção dos créditos, discricionariamente repartir os ganhos, caso considere que essa partilha dos lucros seja importante para o incentivo aos mercados de carbono, a reversão a favor do Estado dos créditos de carbono resultantes da implementação de Programas e Projectos REDD+ constitui um desincentivo aos promotores, limitando a proliferação dos mercados de carbono em Moçambique.

No âmbito do Fundo de Carbono do Forest Carbon Partnership (FCPF), o organismo de validação e verificação ASTER Global procedeu à verificação do Programa de Gestão Integrada da Paisagem da Zambézia em Moçambique, através de um processo robusto de validação e verificação desenvolvido pelo Banco Mundial com o apoio do Climate Focus, posteriormente implementado com o apoio do ANSI Accreditation Board, do qual ficou concluída a verificação de 2.040.904 de reduções de emissões resultantes da redução de emissões por desmatamento, constituindo estas reduções os primeiros créditos de carbono a serem emitidos sob o FCPF e a serem pagos por este fundo.

É, por isso, fundamental desenvolver as bases legais necessárias ao desenvolvimento deste mercado de créditos de carbono, por forma a equilibrar os objectivos de industrialização e desenvolvimento de Moçambique com os vectores internacionais que se encontram a ser implementados por organizações e países desenvolvidos, designadamente a ONU e a União Europeia.

No entanto, para definir um quadro legal estável e propício ao desenvolvimento deste mercado, Moçambique enfrentará importantes desafios na implementação eficaz de projectos de créditos de carbono, incluindo a necessidade de infraestrutura, financiamento e capacitação técnica. As questões de governança e a gestão adequada dos projectos são igualmente fundamentais, entre outros, para garantir a integridade ambiental e social e para evitar os riscos de dupla contagem de emissões. ●



Beneficiário Efectivo

NOVAS OBRIGAÇÕES A CONHECER PELAS EMPRESAS

Volvida mais de década e meia após a primeira reforma significativa da legislação comercial, que culminou com a aprovação do Código Comercial de 2005, teve lugar, há dois anos, a segunda importante reforma com a entrada em vigor do novo Código Comercial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2022 de 25 de Maio, bem como de outros diplomas legais com impacto para as empresas. Na reforma da legislação comercial de 2022 assumem especial destaque algumas medidas que visam promover a transparência no mundo empresarial, procurando fomentar a confiança daqueles que nele actuam. Nesta senda, relevam a extinção das acções ao portador e a consagração da figura do beneficiário efectivo e obrigações conexas.

Não sendo nova no ordenamento jurídico de Moçambique, uma vez que a Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Lei n.º 14/2013¹, de 12 de Agosto, e o respectivo Regulamento², aprovado pelo Decreto n.º 66/2014, de 29 de Outubro, já incluíam regras que visavam o reforço da transparência e da disponibilidade sobre o beneficiário efectivo das sociedades empresariais, das pessoas colectivas e das entidades sem personalidade jurídica no âmbito da utilização do sistema financeiro, a figura do beneficiário efectivo no contexto do direito societário moçambicano apenas surge no novo Código Comercial.

Assim, ao abrigo do novo Código Comercial, as sociedades empresariais, os consórcios e as representações de entidades nacionais ou estrangeiras, como as sucursais, passam a estar sujeitas ao dever de manter, em modelo apropriado, informação actualizada relativa à identificação do beneficiário efectivo, através de documentos confirmativos da sua identidade. Essa informação deve ser suficiente, exacta e actual e comunicada à entidade competente, nos termos da lei. Realce-se ainda a obrigação de informar a sociedade de qualquer alteração aos elementos de identificação do beneficiário efectivo, no prazo de 30 dias a contar da data dessa alteração.

Sobreveio a aprovação da Estratégia de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (2023-2027), aprovada pela Resolução n.º 43/2022 de 21 de Outubro, tendo em vista essencialmente instituir e promover uma visão comum entre todos os intervenientes na adopção de medidas de prevenção e combate ao Branqueamento de Capitais/Financiamento do Terrorismo sobre os principais objectivos e prioridades nacionais nos sectores identificados como estando sob risco elevado de Branqueamento de Capitais/Financiamento do Terrorismo.

Para o efeito, foram identificados cinco objectivos estratégicos para reforçar a eficácia do sistema nacional de combate ao Branqueamento de Capitais/Financiamento do Terrorismo, em que se destaca o Objectivo Estratégico 5: *Incrementar as medidas de transparência relativas às pessoas singulares, colectivas e sem personalidade jurídica, para mitigar os riscos das operações económicas e transações financeiras.*

¹ Revista pela Lei n.º 11/2022, de 7 de Julho, e pela Lei n.º 14/2023, de 23 de Agosto – a actual Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

² Revogado pelo Decreto n.º 53/2023, de 31 de Agosto, que aprovou o Regulamento da Lei n.º 14/2023, de 23 de Agosto.



Diogo Xavier da Cunha

MANAGING PARTNER DA MIRANDA & ASSOCIADOS
ESCRITÓRIO MEMBRO DA MIRANDA ALLIANCE



Luís Arouca

ASSOCIADO SÉNIOR DA PIMENTA E ASSOCIADOS,
ESCRITÓRIO MEMBRO DA MIRANDA ALLIANCE

REGULAMENTO DO REGISTO DAS ENTIDADES LEGAIS APROVADO RECENTEMENTE

No âmbito do referido objectivo estratégico estabeleceu-se, entre outros, a necessidade de criação de um regime jurídico de registo de beneficiário efectivo e sua efectiva implementação, por forma a possibilitar a identificação e conhecimento dos beneficiários efectivos das pessoas colectivas e similares, no âmbito da prevenção do Branqueamento de Capitais/Financiamento do Terrorismo.

É nesse contexto que foi aprovado o novo Regulamento do Registo das Entidades Legais, através do Decreto-Lei n.º 1/2024, de 8 de Março, no qual foi inserido o regime jurídico de registo de beneficiário efectivo e definida a plataforma/local onde se encontrará publicamente disponível a informação relativa ao beneficiário efectivo.

Assim, as entidades legais - sociedades empresariais, associações, fundações, confissões religiosas, sucursais, etc. - passam a estar obrigadas a submeter a declaração do beneficiário através do portal electrónico dos Registos e Notariado ou, caso este esteja indisponível, mediante preenchimento de formulário próprio disponibilizado na Conservatória do Registo de Entidades Legais, para efeitos de registo, nos prazos seguintes: até 90 dias após a publicação do novo Regulamento do Registo das Entidades Legais, que visava as entidades legais constituídas/registadas antes da sua entrada em vigor; no acto constitutivo; anualmente no mês da constituição; e até 30 dias após qualquer alteração.

A declaração do beneficiário efectivo deve incluir informação detalhada acerca da pessoa singular em causa, assim como da respectiva participação de controlo, designadamente a percentagem que controla, o tipo de controlo que exerce, a descrição detalhada da forma como controla e a data em que se tornou beneficiário efectivo da entidade. A declaração do beneficiário efectivo deve ainda ser suportada por documentação diversa.

IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO EFECTIVO

No que respeita à identificação do beneficiário efectivo, o Regulamento da Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, Lei.º 14/2023, de 23 de Agosto, define os beneficiários efectivos como as



ESTABELECEU-SE A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UM REGIME JURÍDICO DE REGISTO DE BENEFICIÁRIO EFECTIVO E SUA EFECTIVA IMPLEMENTAÇÃO.

pessoas singulares que, em última instância, detêm a propriedade ou controlo da entidade legal. Sendo que, a propriedade ou o controlo podem ser reconduzidos à detenção, directa ou indirecta, de participação social e direitos de voto na entidade legal relevante em percentagem igual ou superior a 10%. No entanto, em outros casos, o beneficiário efectivo pode ser uma pessoa distinta.

A não submissão da declaração do beneficiário efectivo nos prazos estabelecidos está sujeita a diversas e importantes sanções: inibição de realizar outros procedimentos junto da Conservatória do Registo das Entidades Legais e multa em caso de incumprimento reiterado dos prazos.

Num contexto em que o norte do país tem sido assolado, nos últimos anos, por actos de terrorismo e o risco de branqueamento de capitais a nível nacional é alto e com tendência crescente, a criação de um regime jurídico de registo de beneficiário efectivo e sua efectiva implementação - com o consequente reforço da prevenção e do combate ao Branqueamento de Capitais/Financiamento do Terrorismo - parece ser um sinal claro que Moçambique não quer ficar de fora no quadro da implementação das melhores práticas nestas matérias.

Cabe também às empresas e restantes agentes económicos conhecerem estas novas obrigações e assegurarem o seu cumprimento, sob pena de se sujeitarem a importantes sanções que podem ter impacto na sua regular actividade. ●

Somos uma instituição com 50 anos, inovadora e proativa focada no desenvolvimento do ensino e investigação. Concentramos competências e saberes das ciências sociais e humanas, das políticas públicas, da economia e da gestão, da arquitetura e das tecnologias, incluindo as novas tecnologias digitais aplicadas, proporcionando condições excecionais para o trabalho colaborativo interdisciplinar.



ESCOLAS

CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

BUSINESS
SCHOOL

SINTRA
TECNOLOGIAS DIGITAIS
ECONOMIA E SOCIEDADE

29 LICENCIATURAS
63 MESTRADOS
25 DOUTORAMENTOS
33 PÓS-GRADUAÇÕES

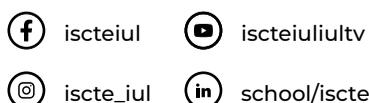
8 UNIDADES DE
INVESTIGAÇÃO
9 OBSERVATÓRIOS
10 LABORATÓRIOS
1 CENTRO DE VALORIZAÇÃO
E TRANSFERÊNCIA
DE TECNOLOGIAS

14.000 ALUNOS

ACORDOS COM
450 UNIVERSIDADES

23% ESTUDANTES
INTERNACIONAIS

geral@iscte-iul.pt
t. +351 217 903 000
Avenida das Forças Armadas
1649-026 Lisboa, Portugal





iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

OFERECEMOS CURSOS
DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PROFISSIONALIZANTES,
FEITOS À MEDIDA, NO
ISCTE EXECUTIVE EDUCATION
E NO IPPS-ISCTE

DESTACAMOS A FORMAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO
GESTÃO, FINANÇAS, ECONOMIA
CIÊNCIA DE DADOS
AÇÃO HUMANITÁRIA
ESTUDOS AFRICANOS
TECNOLOGIAS DIGITAIS

iscte – Executive
Education

ipps_iscte

NOVOS ESTUDANTES

Temos aulas específicas para ajudar na integração: Português académico, Inglês, Métodos e Técnicas de Estudo, Pesquisa Bibliográfica e Análise da Informação, Escrita de Textos Técnicos e Científicos, Excel avançado, Técnicas de Apresentação, etc.

Pedido de informação: iro@iscte-iul.pt ou admissions@iscte-iul.pt

toda a
formação



iscte.pt



FORTALECER A SEGURANÇA DIGITAL CERTIFICAÇÃO EM SISTEMAS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CIBERSEGURANÇA

A era digital transformou profundamente a comunicação e os negócios, trazendo oportunidades e desafios significativos para a área da segurança da informação. A crescente digitalização dos serviços governamentais, financeiros e de telecomunicações exige sistemas de informação robustos e práticas eficazes de cibersegurança, uma vez que ameaças cibernéticas, como *ransomware* e *phishing*, podem causar impactos devastadores, comprometendo a economia digital emergente e a confiança pública. Nesse contexto, a certificação de sistemas de gestão da segurança da informação e de cibersegurança apresenta-se como um meio para validar a implementação de medidas de segurança para proteger a integridade dos dados, dando confiança aos utilizadores de serviços digitais.

O Governo de Moçambique desempenha um papel crucial na promoção e regulação da certificação de sistemas de informação e cibersegurança. Implementar políticas claras e fomentar a cooperação entre os sectores público e privado permite fortalecer a infraestrutura de cibersegurança do país. Para tal, são fundamentais as iniciativas de formação de profissionais

especializados, as campanhas de consciencialização sobre segurança digital e o apoio à inovação tecnológica.

A norma internacional mais reconhecida para essa certificação é a ISO/IEC 27001, que define os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI). A adoção desta norma ajuda as organizações a identificar vulnerabilidades, gerir riscos e responder a incidentes de segurança de maneira eficaz. A certificação de SGSI oferece uma vantagem competitiva. No mercado globalizado, a segurança da informação é vital para os negócios e certificações reconhecidas internacionalmente podem facilitar parcerias e atrair investimentos estrangeiros. Este fator é particularmente relevante nos sectores financeiro e de tecnologias da informação. Assim, a certificação de SGSI e cibersegurança é vital para a construção de um ambiente digital seguro e confiável em Moçambique. Conforme o país avança no cenário digital, a adoção de práticas de segurança certificadas é indispensável para proteger dados sensíveis, garantir a continuidade dos negócios e fortalecer a confiança do público e dos investidores.

A segurança cibernética torna-se um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável e seguro da nação.

A APCER, uma das principais entidades certificadoras a atuar neste mercado, dispõe de uma unidade de negócio especializada na área das tecnologias da informação, IT Security, que centra a sua atividade na proteção da informação e do conhecimento do negócio dos nossos clientes, acompanhando a tendência digital, definindo boas práticas de controlo e gestão dos riscos associados, prestando serviços na área da certificação e formação, nomeadamente nas áreas de segurança da informação e cibersegurança.

Certifique a sua organização com a APCER e garanta a proteção e a integridade dos seus dados, aliando-se às melhores práticas de segurança digital no mercado global.

Tiago Mimoso
APCER INTERNATIONAL
MARKET COORDINATOR | EMEA
TIAGO.MIMOSO@APCER.PT



Proteja o seu Futuro Digital com a Certificação em Segurança da Informação e Cibersegurança!

Uma estratégia sólida de segurança da informação e de cibersegurança fortalece a confiança dos clientes, previne o comprometimento de dados, protege a reputação e assegura a continuidade do negócio. Certifique a sua empresa de acordo com a norma ISO/IEC 27001, o referencial internacional para sistemas de gestão de segurança da informação.

APCER - A sua parceira na segurança digital.

CENFIM CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECÂNICA

O CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica foi instituído em janeiro de 1985, por Acordo Protocolar do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal (AIMMAP) e a Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (ANEME). A formação ministrada pelo CENFIM, tem por objetivo a promoção e apoio de ações formativas de curta, média e longa duração nos domínios da aprendizagem, qualificação e especialização, no setor metalúrgico e metalomecânico. Tem vindo a desenvolver a sua atividade a nível nacional, em Portugal, através de 14 Núcleos de Formação localizados em Amarante, Arcos de Valdevez, Caldas da Rainha, Ermesinde, Grândola, Lisboa, Marinha Grande, Oliveira de Azeméis, Peniche, Porto, Santarém, Sines, Torres Vedras e Trofa. Como se pode inferir, as localizações dos nossos Núcleos de Formação, seguem uma estratégia de implantação geográfica nas zonas de maior concentração das empresas do setor metalúrgico, metalomecânico e eletromecânico. Isto permite não só um contacto muito próximo e dinâmico com as empresas do sector, mas também um elevado conhecimento das suas necessidades e expectativas. Aliás, um dos grandes reconhecimentos desta dinâmica e interatividade é a elevadíssima taxa de empregabilidade dos formandos, acima dos 95%.

Cumulativamente, toda a atividade do CENFIM resulta de uma aposta firme num elevado know-how técnico, tecnológico e técnico-pedagógico em todos os domínios do processo formativo, numa perspetiva de inovação e desenvolvimento dos métodos e processos de formação. Complementarmente à aposta na realização de uma formação profissional direcionada para o sector, presta também consultoria e apoio técnico e organizacional na implementação de planos integra-

dos de formação e de desenvolvimento estratégico e organizacional. Apostando também em parcerias consolidadas com Empresas, Organismos e Instituições, Escolas, Politécnicos e Universidades, tanto a nível nacional como internacional, em particular na coordenação e desenvolvimento de projetos de cooperação inovadores.

A aposta constante na melhoria contínua dos seus serviços e processos, permitiram obter diversas certificações nacionais e internacionais, nomeadamente no âmbito dos Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde, Recursos Humanos e Responsabilidade Social, para além, naturalmente, de todas as certificações técnicas ligadas às profissões do sector.

Mais do que apenas a atividade formativa, tem o CENFIM participado ao longo dos anos em inúmeros projetos internacionais, não só na Europa, mas também na grande maioria dos países pertencentes à CPLP, em particular desde 1992, em países africanos de língua oficial portuguesa, nomeadamente Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, sendo que esta cooperação, extremamente relevante, tem vindo a crescer de forma sustentável ao longo dos anos, existindo da parte do CENFIM e dos seus parceiros, vontade e empenho na criação de condições para o seu desenvolvimento futuro.

As áreas em que se têm vindo a desenvolver nos planos de cooperação entre o CENFIM e as diversas instituições parceiras nos países da CPLP, têm abrangido todas as atividades ligadas à formação profissional,

não só as atividades formativas, mas também todas as atividades de apoio técnico relacionadas com a organização e gestão das organizações, nomeadamente:

- Apoio técnico à implementação, gestão e coordenação de instituições de formação profissional;
- Formação profissional nas mais variadas áreas de acordo com as necessidades detetadas, tanto ao nível das empresas/ organizações como ao nível das regiões onde estão inseridas, nomeadamente nas áreas da: Produção (soldadores, caldeireiros, tubistas, operadores de máquinas, entre outros), Organização e Métodos, Orçamentação, Gestão e acompanhamento de Projetos, Recursos Humanos Manutenção (Elettricidade, Mecânica, Eletromecânica/Mecatrónica, entre outros), Higiene e Segurança no Trabalho, Sistemas de Gestão (Qualidade, Ambiente, Higiene e Segurança e Recursos Humanos), Comportamental, Tecnologias de Informação, entre outros;
- Apoio técnico à gestão e organização da formação em empresas/ organizações, através da realização dos respetivos diagnósticos de necessidades de formação e da consequente elaboração e implementação dos seus planos de formação.

Tendo em conta o desenvolvimento crescente e continuado das relações que o CENFIM tem vindo a estabelecer



e a reforçar ao longo destes quase 40 anos, com as mais diversas instituições particulares ou oficiais dos Países que constituem a CPLP, reconhecidamente excelentes e que, acrescentando este fator ao know-how e à experiência acumulada pelo CENFIM ao longo destes 32 anos, como referido, existe um sentimento de otimismo face ao reforço e continuidade por outros 30 ou mais anos.

Relativamente a Moçambique, foram desenvolvidos, ao longo dos últimos 25 anos, vários projetos e acordos de parceria, de que se destaca o apoio ao Centro de Formação Profissional da Metalomecânica (CFPM) em Maputo que, de forma paulatina e sustentada tem vindo a conseguir um papel cada vez mais relevante na formação de quadros para o sector da Metalomecânica, fruto da aposta em planos de formação que respondem às necessidades reais do sector e que os milhares de formandos e profissionais qualificados são o melhor testemunho da qualidade formativa alcançada. Este projeto ligado ao CFPM em Maputo tem evoluído de forma sustentável, tanto em número de ações de formação como de valências formativas, sendo neste momento um Centro de Formação certificado pela ANEP.

Para além desta parceria, o CENFIM tem estado envolvido em vários outros projetos de cooperação, dos quais destacamos nos últimos anos o acordo de implementação celebrado com o Instituto Camões em 2021 (Projeto +Emprego – Parceria Público-Privada para o Emprego dos Jovens em Cabo Delgado) cuja participação do CENFIM tem incidido em atividades como o apoio ao equipamento de instalações oficinais/laboratoriais dedicados à atividade formativa e à caracterização dos formadores e respetivas competências, e em ações de Formação Técnica de Formadores das

instituições moçambicanas envolvidas (IFPELAC, IICP, UNILURIO) em particular nas áreas da soldadura, eletricidade industrial, automação industrial, CNC, com o objetivo de, através da melhoria da qualidade técnica da formação ministrada, proporcionarem também aos jovens a melhoria das suas competências e, conseqüentemente, as suas perspectivas de empregabilidade, nas diversas empresas existentes na região de Cabo Delgado. Relativamente a Angola, para além da colaboração com o sector empresarial, temos em curso vários projetos de cooperação no âmbito do RETFOP – Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional de Angola, cuja entidade promotora é o Instituto Camões, para apoio ao desenho de ofertas formativas de dupla certificação e apoio à melhoria das instalações e equipamentos laboratoriais/oficinais em instituições angolanas abrangidas pelo projeto.

Com Cabo Verde está em curso um Protocolo de Parceria Técnica e Científica para a Formação na área da metalomecânica e CNC, para formação de 20 Jovens cabo-verdianos no Núcleo da Marinha Grande do CENFIM, celebrado em 2019 com o Governo de Cabo Verde e diversas instituições portuguesas, sendo um dos subscritores o CENFIM que, devido ao sucesso, tanto ao nível da formação como da empregabilidade dos jovens participantes na primeira fase está, neste momento, a ser equacionada uma segunda fase do projeto com a formação de mais, pelo menos, 20 jovens oriundos de Cabo Verde.

Também com Cabo Verde, o CENFIM mantém, desde 2015, um Protocolo de Parceria com o Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial – CERMI (renovado em 2019), para colaboração nos mais variados domínios da formação profissional em áreas técnicas do interesse das duas instituições.

Sendo um dos maiores desafios que se tem colocado aos países da CPLP, a formação e capacitação de quadros, seja nos respetivos mercados internos, seja com recurso a parcerias com instituições no mercado alargado da CPLP, o CENFIM considera crucial o reforço da mobilidade entre cidadãos dos vários países, pelas oportunidades de desenvolvimento de novos projetos de cooperação.

É bastante positivo o Balanço que o CENFIM faz da cooperação realizada com os países da CPLP. O crescimento contínuo e sustentável dos diversos projetos e parcerias e o feedback dos milhares de formandos e profissionais que têm participado das atividades realizadas ao longo dos anos, são de extrema importância para o CENFIM enquanto instituição e o grande foco para a continuidade da sua intervenção. Deste modo, o CENFIM continuará, naturalmente, a apostar nos diversos eixos de atuação referidos, privilegiando sempre o estabelecimento de acordos e protocolos entre instituições oficiais ou empresas, não só em tecnologias convencionais, como pilares do setor metalúrgico e metalomecânico, mas também em projetos e tecnologias inovadoras, que incluem as novas tendências e desenvolvimentos tecnológicos que visam acompanhar e promover as melhores práticas existentes nos mercados globais.

Manuel Pinheiro Grilo

DIRETOR | CENFIM

MPGRILO.DIR@CENFIM.PT



CENFIM

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
DA INDÚSTRIA METALÚRGICA
E METALOMECÂNICA





Fotografia iStock

Empresas em destaque





JLA
advogados
Member of Abreu International

Abreu Advogados e JLA Advogados

Abreu:
advogados

JLA
advogados
Member of Abreu International

PARCERIA ABREU ADVOGADOS E JLA ADVOGADOS - Uma parceria estratégica
A Abreu Advogados e a JLA Advogados colaboram ativamente na prestação de serviços jurídicos aos Clientes, nacionais e internacionais, com interesses em Moçambique em diversas áreas do Direito, com particular incidência nas áreas da energia, ambiente, infraestruturas, recursos naturais e financeiro/mercado de capitais, societário, fusões e aquisições. São uma equipa de profissionais, a nível nacional e internacional, com capacidade para aconselhar e prestar serviços em questões que envolvem vários ordenamentos jurídicos. Procuram soluções jurídicas inovadoras, que vão ao encontro das exigências dos negócios dos nossos clientes, atuando em todas as áreas do Direito, com particular incidência nas áreas da energia, ambiente, infraestruturas, recursos naturais e financeiro/mercado de capitais.

A Abreu Advogados e a JLA Advogados prestam serviços nas seguintes áreas de prática:

- › Concorrência, Regulação e União Europeia
- › Contenciosos & Arbitragem
- › Desporto
- › Financeiro
- › Fiscal
- › Imobiliário
- › Penal, Sancionatório e Compliance
- › Propriedade Intelectual e Tecnologias da Informação
- › Público & Ambiente
- › Reestruturação e Insolvência
- › Societário, Comercial e M&A
- › Trabalho

Abreu International Legal Solutions - Presença Internacional

Através do projeto de internacionalização, designado pela marca "Abreu International Legal Solutions", a Abreu Advogados está presente onde o cliente pretende investir. A Abreu conta com diversos *desks* internacionais, em parceria ou em *joint office*, com as mais prestigiadas sociedades de advogados locais, com equipas multidisciplinares, que prestam serviços de assessoria em Angola [FBL Advogados], Brasil, Cabo Verde, China, Espanha, França, Guiné-Bissau, Itália, Moçambique [JLA Advogados] e Timor-Leste [Abreu Advogados - C&C Advogados]. Cada parceiro local da Abreu Advogados atua com base nos mesmos valores e padrões de qualidade praticados pela Abreu Advogados, mantendo a sua identidade e autonomia.

A Abreu Advogados ultrapassa barreiras geográficas e assegura o mesmo nível de apoio jurídico, oferecendo soluções legais à medida das necessidades dos clientes. Cada *desk* internacional é liderada por uma equipa de Sócios que assegura uma eficaz coordenação e comunicação com os respetivos parceiros.

ABREU ADVOGADOS

(parceria com JLA Advogados)
Morada Av. Infante D. Henrique, 26
1149-096, LISBOA - Portugal
Telefone (+351) 217 231 800
Fax (+351) 217 231 899
E-mail mozambique@abreuadvogados.com
Site www.abreuadvogados.com

JLA ADVOGADOS

(parceria com Abreu Advogados)
Morada Rua dos Desportistas, n.º 691
Edifício JAT 6.1, 1.º Piso, Fracção Norte
MAPUTO - Moçambique
Telefone (+258) 21 317 159
Fax (+258) 21 317 172
E-mail maputo@jlaadvogados.com
Site www.jlaadvogados.com

www.abreuadvogados.com
www.jlaadvogados.com



ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas, fundada em 1960, é uma associação de empregadores de âmbito nacional, sem fins lucrativos, Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, que tem como objetivos estratégicos defender os legítimos direitos e interesses das empresas suas associadas, prestando assistência e apoio técnico, promovendo a sua competitividade, internacionalização e qualificação dos seus recursos humanos.

São várias as áreas em que a ANEME apoia as suas empresas associadas, nomeadamente: jurídico-laboral, contratação coletiva, fiscal, técnica e tecnológica, apoios à atividade empresarial, formação profissional e internacionalização.

A ANEME representa as fileiras industriais do sector metalúrgico e eletromecânico nas áreas da metalurgia de base, fabrico de produtos metálicos, máquinas e equipamentos, material de transporte e manutenção industrial. É membro da CE-CPLP (Confederação Empresarial da CPLP).

Apoia a internacionalização das suas empresas associadas através da presença em feiras internacionais e da realização de missões empresariais. Paralelamente desenvolveu estudos de oportunidades para as empresas do sector em mercados estratégicos.

A formação profissional e o aperfeiçoamento dos recursos humanos constituem também uma importante vertente estratégica da sua atividade. Nesse âmbito, a ANEME é fundadora, em Portugal, do CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, e integra o Centro de Formação Profissional da Metalomecânica de Maputo. Em São Tomé e Príncipe, integra o Conselho de parceiros do Centro de Formação Profissional de Budo-Budo.



Morada Polo Tecnológico
de Lisboa, Rua Francisco Cortês
Pinto, n.º 2 (Lote 13B)
1600-602 LISBOA - Portugal
Telefone (+351) 217 112 740
Fax (+351) 217 150 403
E-mail aneme@aneme.pt

Fundação 12 de novembro de 1960

Mercados Externos: metal2world.pt



Contactos Maria Luís Correia
(Directora-Geral)
E-mail: maria.luis@aneme.pt

Telefone (+351) 217 112 740
E-mail aneme@aneme.pt



Inovação e tecnologia, juntas no setor bancário.

Technology for business, solutions for people.



Asseco PST

A Asseco PST (Portuguese Speaking Territories) é uma empresa de TI, especialista no desenvolvimento de software bancário. Integrada na multinacional Asseco Group, desde 2015, um dos maiores fornecedores europeus de software, tem mais de 35 anos de experiência a desenvolver soluções em cerca de 70 instituições financeiras. Está presente em 9 geografias, valorizando sempre a proximidade ao Cliente.

Com mais de 500 colaboradores, o seu core business é a criação de soluções para o setor financeiro, suportando todos os processos críticos de um banco, desde o retalho ao corporate banking, mercados financeiros e pagamentos. Além da plataforma core, disponibiliza soluções complementares, incluindo as áreas de Risco e Compliance, Canais Digitais, Informação de Gestão e CRM, Sistemas de Pagamentos e Crédito ao Consumo, Mercado de Capitais e Desenvolvimentos à Medida. Adicionalmente, presta serviços em quatro áreas: IT Infrastructure & Security, Consulting, Development e Training.

Apostada na diversificação de Produtos, Clientes e Mercados, adquiriu a maioria do capital da Finantech, empresa especializada em soluções para o mercado de capitais. Líder na sua atividade e com experiência na África lusófona, a Finantech tem na plataforma SIFOX o seu produto core.

Em 2022, foi adquirida a maioria da CPI Angola, que desenvolve software de contabilidade e reporting para o setor financeiro. Sediada em Luanda e com subsidiária em Lisboa, tem soluções implementadas em 61% dos bancos angolanos.

O foco da Asseco PST na procura permanente da excelência, aliado à experiência, tem gerado um crescimento consistente. Em 2023, obteve receitas de 46 milhões de euros.

A integração no Asseco Group permitiu alargar a oferta e aumentar o espectro de competências. Além do setor financeiro, o grupo desenvolve soluções para empresas de energia, telecomunicações, setor público e serviços de saúde. A flexibilidade das soluções torna a marca imbatível na avaliação time-to-market, facilidade de operação e segurança, fatores que garantem a confiança dos Clientes.

Num ecossistema financeiro cada vez mais digital, queremos continuar a pensar juntos o futuro. Sempre fiéis ao lema: Tecnologia para o Negócio, Soluções para Pessoas.

ASSECO

PORTUGAL

Morada Rua Luciana
Stegagno Picchio, 3 - 1.º Dt.º
1500-912 LISBOA
Telefone (+351) 211 107 100

Morada Est. Comandante Camacho
de Freitas, 905 e 907
9050-222 FUNCHAL
Telefone (+351) 291 002 600

ANGOLA

Morada Rua do Centro de Convenções
Condomínio Cidade Financeira
Via 58 Bloco 2 - 3.º - Talatona
LUANDA

MOÇAMBIQUE

Morada Rua Rio Inhambazula, 88
Bairro Sommerschild, 2
MAPUTO
Telefone (+258) 21 241 000

E-mail info@pst.asseco.com

Facebook facebook.com/assecopst

LinkedIn linkedin.com/company/asseco-pst

Youtube youtube.com/c/AssecoPST





CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica



FORMAÇÃO PARA EMPRESAS/ADULTOS

- **FM – Formação Modular Certificada**
Ações curta duração | Ciclos de formação
- **EFA – Cursos de Educação e Formação de Adultos**
- **RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências**
Escolar e Profissional ou de Dupla Certificação
- **FME – Formação à Medida para Empresas**

FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- Cursos **CEF – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS** – Nível 2
Confere o 9.º Ano + Qualificação Profissional
- Cursos de **APRENDIZAGEM** – Nível 4
Confere o 12.º Ano + Qualificação Profissional
- Cursos **CET – ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA** – Nível 5
Protocolos com diversos Estabelecimentos do Ensino Superior com a atribuição de créditos (ECTS)

PROJETOS DE COOPERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE EM ARTICULAÇÃO COM CFPM



Cofinanciado por:



SEDE

Morada Rua do Açúcar, 88
1950-010 LISBOA
Telefone (+351) 218 610 150
E-mail dir@cenfim.pt
NIF 502 077 352
Vol. Negócios 2023 20 milhões de euros
Nº colaboradores 150
Contacto Eng.º Manuel Pinheiro Grilo
(Diretor)
Telefone (+351) 917 224 294
E-mail mpgrilo.dir@cenfim.pt

REPRESENTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

CFPM – Centro de Formação Profissional da Metalomecânica
Morada Av. de Angola, nº 2586
MAPUTO – Moçambique
Telefone/Fax (+258) 21 465 218
(+258) 21 466 670
E-mail cfpmcenfim@gmail.com
Contacto Sr. Carlos Mucareia / Dr.º Nifa Mbonzo



www.cenfim.pt





HPF Advogados | AVM Legal Network

HPF
— ADVOCADOS —

AVM
— LEGAL NETWORK —

A HPF Advogados integra uma sólida equipa de juristas moçambicanos, profundos conhecedores da jurisdição e da cultura locais, concertadamente alinhados num projecto de elevado rigor profissional para dar uma resposta eficiente às necessidades e aos desafios da nova realidade social de Moçambique. A HPF Advogados é membro fundador da AVM Legal Network.

A notável expansão verificada nos últimos anos, quer em termos de dimensão da equipa, quer de volume de trabalho, permitiu à AVM Legal Network afirmar-se como uma rede de referência na advocacia lusófona. As sinergias da HPF Advogados com os restantes escritórios da AVM Legal Network, em Angola e Portugal, conferem-lhe uma dimensão internacional.

Com uma equipa especializada e de cariz internacional, a HPF Advogados está preparada para responder às necessidades específicas dos seus clientes. Está apta a oferecer um aconselhamento especializado em variadas áreas de prática.

Áreas de prática

- › Bancário, Financeiro e Seguros
- › Contencioso e Arbitragem
- › Contratos Comerciais
- › Direito Fiscal
- › Direito Imobiliário
- › Direito Societário
- › Energia e Recursos Naturais
- › Investimento Estrangeiro
- › Laboral e Imigração
- › Propriedade Intelectual e Protecção de Dados
- › Transportes

HPF ADVOGADOS

Morada Rua dos Desportistas
n.º 833, Edifício JAT V-1, 15.º
MAPUTO - Moçambique
Telefone (+258) 21 317 005
Fax (+258) 21 019 747
E-mail maputo@hpf-advogados.com
Contacto Hélder Paulo Frechaut

AVM LEGAL NETWORK

AVM ADVOGADOS LUANDA

Morada Largo 17 de Setembro
Edifício Presidente Business Center
n.º 3, 3.º - Sala n.º 329
LUANDA - Angola
Telefone (+244) 933 855 553
E-mail luanda@avm-advogados.com

AVM ADVOGADOS LISBOA

Morada Rua Afonso Praça, 30
Edifício Torre de Monsanto, Piso 5
1495-061 ALGÉS - Portugal
Telefone (+351) 304 501 010
E-mail lisboa@avm-advogados.com



mirandaalliance

International Standards, Local Knowledge
230 advogados em 4 continentes

**Há mais de 25 anos a aconselhar
investidores internacionais
em Moçambique**

www.mirandaalliance.com

ANGOLA | CABO VERDE | CAMARÕES | COSTA DO MARFIM | GABÃO | GUINÉ-BISSAU | GUINÉ EQUATORIAL
MACAU (CHINA) | MOÇAMBIQUE | PORTUGAL | REP. DEMOCRÁTICA DO CONGO | REPÚBLICA DO CONGO
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE | SENEGAL | TIMOR-LESTE | EUA (HOUSTON)



Miranda & Associados Pimenta e Associados

A **Miranda & Associados** é uma sociedade de advogados reconhecida pela sua marcada vocação internacional. Sediados em Lisboa, somos um escritório *full-service* com total capacidade de assessoria em todos os setores e áreas do Direito empresarial, sendo a nossa clientela composta maioritariamente por empresas e investidores internacionais. Ao longo dos anos temos acompanhado inúmeras empresas de origem portuguesa no arranque e/ou no reforço dos respetivos processos de internacionalização para diversos países africanos, assumindo Moçambique uma posição de destaque.

A **Pimenta e Associados**, com sede em Maputo, destaca-se pela sua reputação internacional e experiência nos setores dos recursos naturais, portos e logística, gás natural, mineiro, bancário e seguros, turismo, infraestruturas e energia, as principais áreas da economia moçambicana. A Pimenta é uma das firmas mais reconhecidas em Moçambique, tendo vindo a ser consecutivamente classificada desde 2007 como *Tier One* pelos principais directórios internacionais. A Miranda e a Pimenta são membros da **Miranda Alliance**, uma rede internacional de escritórios atualmente presente em 16 países, entre os quais, na sua maioria, países de expressão portuguesa. A Miranda e a Pimenta colaboram ativamente e de forma integrada na prestação de serviços jurídicos em diversos projetos e nas seguintes áreas de prática:

- | | | |
|-----------------------------|-------------------------------|---|
| › Ambiente | › Energia e Recursos Naturais | › Mercados Financeiros |
| › Bancário e Seguros | › Europeu e Concorrência | › Petróleo e Gás |
| › Consumo | › Fiscal | › Penal e Compliance |
| › Contencioso & Arbitragem | › Fusões e Aquisições | › PPP e Project Finance |
| › Comercial e Societário | › Imobiliário | › Prop. Intelectual e Direitos de Autor |
| › Crime Económico | › Investimento Estrangeiro | › Público e Regulatório |
| › Desporto e Entretenimento | › Laboral | › TI e Proteção de Dados |

Somos reconhecidos pelas competências individuais dos nossos colaboradores, pela experiência coletiva dos nossos membros e pela solidez da nossa rede, para além de referenciados em diversas categorias e áreas de prática e continuamente destacados pelos principais directórios internacionais.

Realce-se, por fim, a assessoria conjunta a clientes comuns em projetos multijurisdicionais, especialmente a clientes moçambicanos e portugueses, a qual conta com mais de 20 anos de existência e permite que estes possam beneficiar de um apoio mais próximo para acompanhamento dos seus assuntos, tanto em Moçambique como em Portugal.

A cooperação entre os nossos escritórios em função das áreas do direito e origem dos investidores, os valores comuns que temos e que partilhamos enquanto membros da Miranda Alliance, têm contribuído tanto em Moçambique como em Portugal para a formação dos nossos colaboradores e satisfação dos nossos clientes.

MIRANDA
Miranda & Associados Sociedade de Advogados, S.C.R.L.

PIMENTA
Pimenta e Associados Sociedade de Advogados

MIRANDA

Morada Av. Engenheiro Duarte Pacheco, 7
1070-100 LISBOA - Portugal
Telefone (+351) 217 814 800
E-mail Lisboa@mirandalawfirm.com
N.º colaboradores 145
Contacto Diogo Xavier da Cunha
E-mail Diogo.Cunha@mirandalawfirm.com

PIMENTA

Morada Av. Marginal, 141
Torres Rani, Office Tower 7.º andar, T2
MAPUTO - Moçambique
Telefone (+258) 21 493 050
N.º colaboradores 27
Contacto Paulo Pimenta
E-mail Paulo.Pimenta@pimentalawfirm.com





SRS Legal Bhikha & Popat Advogados

Há mais de 30 anos no mercado, prestamos assessoria *full-service* a clientes nacionais e internacionais em todas as áreas de negócio. A nossa equipa conta com mais de uma centena de advogados, de diversas Áreas de Prática, para responder às necessidades dos clientes, com agilidade, empatia e inovação.

O projeto SRS Global veio permitir uma presença internacional de primeira linha garantida através de parcerias com escritórios em vários países, tais como, Moçambique, Angola, Brasil, Macau, Malta e Singapura.

Em 2014 a SRS Legal iniciou uma parceria com a Bhikha & Popat Advogados, um escritório de advocacia moçambicano com uma estrutura dinâmica e moderna, que lhe permite dar uma resposta célere e rigorosa, ajustada às necessidades dos seus clientes. Sedeadado em Maputo, o escritório conta com uma equipa independente e profissional, assente num compromisso de qualidade e elevado grau de exigência, prestando serviços em todas as áreas do Direito.

Para a SRS e Bhikha & Popat, a inovação funciona como motor na procura de soluções para os melhores resultados. Somos multiculturais, multilinguísticos e orgulhamo-nos da elevada criatividade que colocamos ao serviço do Cliente na busca das melhores soluções jurídicas para contextos complexos.



SRS LEGAL

Morada R. D. Francisco Manuel de Melo, n.º 21
1070-085 LISBOA - Portugal
Telefone (+351) 213 132 000
Fax (+351) 213 132 001
E-mail geral.portugal@srslegal.pt
Contacto José Luís Moreira da Silva
Cargo Sócio

BHIKHA & POPAT ADVOGADOS

Morada Rua José Mateus, n.º 75
MAPUTO - Moçambique
Telefone (+258) 21 483 311
E-mail finance@bpadvogados.com
Contacto Nazir Bhikha e Momedo Popat
Cargo Sócios



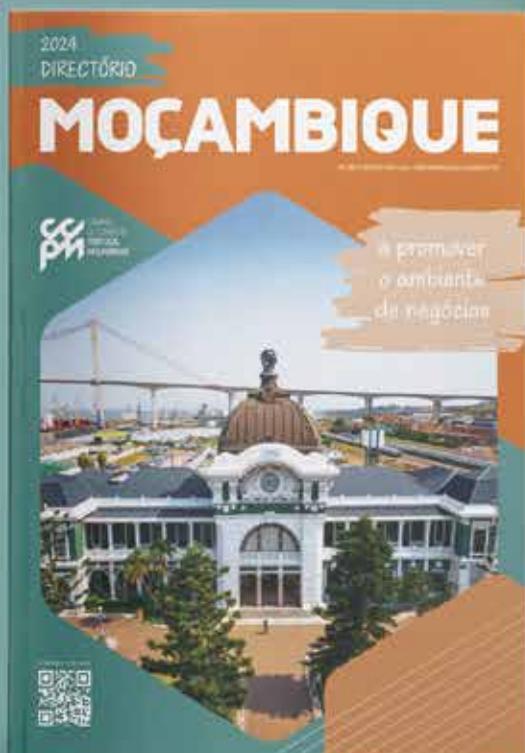
Visão Global Presença internacional de primeira linha

About Law.
Around People.



**S
RS** LEGAL

**BHIKHA
& POPAT**
ADVOGADOS



CEMPALAVRAS

A Comunicação institucional, a concepção e produção gráfica são as áreas de eleição da empresa.

Venha conhecer-nos!
www.cempalavras.pt



CEMPALAVRAS

AVENIDA ALMIRANTE REIS, Nº 114, 2º
1150-023 LISBOA, PORTUGAL

Tel: (+351) 218 141 574

Email: comercial@cempalavras.pt

Site: Cempalavras.pt



SAVINO DEL BENE

Global Logistics and Forwarding Company

EVERY SHIPMENT HAS A STORY TO TELL



Savino Del Bene

Fundada na cidade de Florença, a Savino Del Bene é uma empresa centenária de Logística Global que proporciona aos seus clientes soluções integradas e personalizadas de transporte.

A Savino Del Bene possui uma rede de mais de 200 escritórios em todo o mundo, oferecendo serviços de transporte, desalfandegamento aduaneiro, gestão de armazéns e logística.

Todos os dias trabalhamos para que a Savino Del Bene seja a sua empresa de confiança no transporte aéreo, marítimo, terrestre e em todos os serviços relacionados com a atividade de transporte. Os nossos profissionais são experientes e trabalham em equipa para responder de forma eficaz às necessidades dos nossos clientes.

Esforçamo-nos continuamente para melhorar o nosso relacionamento com as principais companhias marítimas e aéreas, de quem a Savino Del Bene exige qualidade e flexibilidade para podermos oferecer aos nossos clientes serviços personalizados a preços competitivos.

A nossa experiência centenária permite-nos continuar a olhar para o futuro com confiança e acreditar que seremos capazes de garantir o sucesso da empresa e dos nossos clientes.

Junte-se a nós!



SAVINO DEL BENE®

Global Logistics and Forwarding Company

MAPUTO

Morada Avenida Zedequias
Manganhela 1440 R/C
MAPUTO - Mozambique

Email maputo@savinodelbene.com

Telefone (+258) 21 361 670

Fax (+258) 21 361 671

MAIA (Head Office Portugal)

Morada Centro Empresarial AAA
Rua Ponte da Pedra 240
Edifício Losa - Espaço DE - 8 - 3º Piso
4470-108 Gueifães, MAIA - Portugal

Telefone (+351) 229 997 300

Fax (+351) 229 997 326

Email maia@savinodelbene.com

LISBOA

Morada Edifício Sagres
Rua Professor Henrique de Barros, n.º 4 - 9ºC
2685-338 PRIOR VELHO - Portugal

Telefone (+351) 211 936 456

Fax (+351) 229 997 326

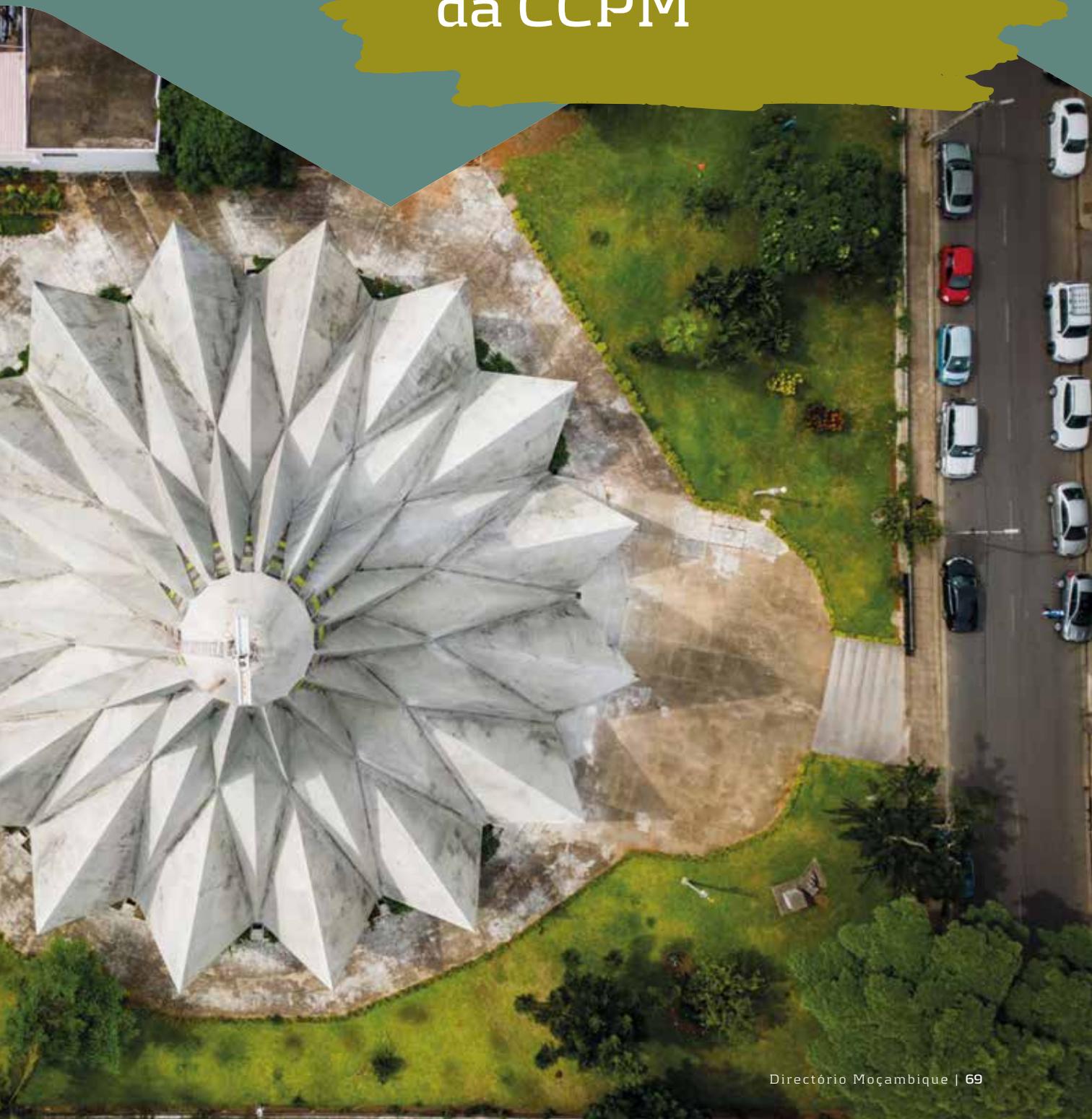
Email lisbon@savinodelbene.com





Fotografia iStock

Lista de associados da CCPM



ÁGUAS E SISTEMAS DE TRATAMENTO

CASA DO AGRICULTOR FARMERS

HOME, LDA

(m) Avenida da Marginal, Baia Mall
loja G38, Maputo
(t) 841 620 001
(e) rui.brandao@aqi.co.mz
(w) www.aqi.co.mz

COMÉRCIO TRADINGS

ADP - ÁGUAS DE PORTUGAL INTERNACIONAL - SERVIÇOS AMBIENTAIS, SA

(m) Rua Visconde Seabra, N.º 3
1700-421 LISBOA
(t) (+351) 212 469 400
(f) (+351) 212 469 401
(e) c.jesus@adp.pt
(w) www.adp.pt

CEI - COMPANHIA DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA

(m) Rua dos Açores, N.º 278
Zona Industrial das Travessas
3700-018 SÃO JOÃO DA MADEIRA
(t) (+351) 256 831 411
(f) (+351) 256 831 412
(e) a.silva@zipor.com
(w) www.ceigroup.net

SIR - COMÉRCIO INTERNACIONAL

(m) Av. Karl Marx, 1128
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 213 26 074
(e) artimicio.magaia@europcar.co.mz
(w) www.europcar.co.mz

ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES

DÓLMEN GRANITOS Y MARMOLES S. L.

(m) Rua Pontevedra n.º 4, 4.º andar
36201 - Vigo
(t) 34 986 432 822
(e) pilarcasal@dfg.es
(w) www.dfg.es

SOCIMO

(m) Rua do Kassuende, N.º 118 - 10.º
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 490 390
(e) amarregula@socimo.co.mz
(w) www.socimo.co.mz

FLAD - FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO

(m) Rua do Sacramento à Lapa, N.º 21
1249-090 LISBOA
(t) (+351) 213 935 800
(f) (+351) 213 935 801
(e) gabpresidente@flad.pt
(w) www.flad.pt

FILSTONE - COMÉRCIO DE ROCHAS, SA

(m) Estrada Coelho Prazeres, N.º 8
2495-352 FÁTIMA
(t) (+351) 938 988 007
(f) (+351) 249 538 094
(e) ricardo@filstone.com
(w) www.filstone.com

SOTUX, LDA

(m) Av. Eduardo Mondlane, 303 R/C
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 323 440
(e) ancha.anacleto@sotux.co.mz
(w) www.sotux.co.mz

COMÉRCIO

HASSE, SA

(m) Rua Industrial, Lote 7 - A
2130-111 BENAVENTE
(t) (+351) 263 519 445/6
(f) (+351) 263 519 442
(e) comercial@hasse.pt
(w) www.hasse.pt

TECNICA INDUSTRIAL MOÇAMBIQUE, LDA

(m) Avenida de Angola 2119
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 465 196/161
(e) santos.joao@jfs.co.mz
(w) www.jfs.co.mz

ASCENDUM

(m) Rua do Brasil, N.º 27
2695-535 SÃO JOÃO DA TALHA
(t) (+351) 219 946 532
(f) (+351) 219 946 531
(e) pedro.viana@ascendummaquinas.pt
(w) www.ascendummaquinas.pt

TRIONICA MOÇAMBIQUE, LDA

(m) Bairro da Costa de Sol, Av. 4.680
- Major General Cândido Mondlane,
Rua N.º 4549, Q. 69, Casa N.º 140
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 846 554 229
(e) amorais@trionicamz.com
(w) www.trionicamz.com

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

CARTONEX - ARTIGOS ESCOLARES E DE ESCRITÓRIO, LDA

(m) Rua 1.º de Maio, Zona Ind. Travessas
3700-227 SÃO JOÃO DA MADEIRA
(t) (+351) 256 823 475
(f) (+351) 256 822 911
(e) geral@cartonex.pt
(w) www.cartonex.pt

UDEX, SA

(m) Rua do Outeiro, 884
Zona Industrial da Maia
4470-637 MAIA
(t) (+351) 229 439 420
(f) (+351) 229 439 421
(e) manuela.teixeira@udex.pt
(w) www.udex.pt

AJFS MOÇAMBIQUE, LDA

(m) Rua 105, Talhão 216, Bloco 1,
Cidade Alta
NACALA PORTO - Moçambique
(t) (+258) 26 520 090
(e) josedelgado.ajfs.mz@gmail.com
(w) www.ajfs.co.mz

**COBA - HOLDINGS, S.A.**

(m) Av. 5 de Outubro, 323
1649-011 LISBOA - Portugal
(t) (+351) 210 125 000
(f) (+351) 217 970 348
(e) cobra-holding@cobagroup.com
(w) www.cobagroup.com
(c) Eng.º Francisco Martins
(e) f.martins@cobagroup.com

DELEGAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

(m) Edifício Jat-VI City Mall
Rua dos Desportistas n.º 733,
1.º Andar, Escritório 55
MAPUTO - Moçambique
(t) (258) 21 328 813
(e) cobra-mz@cobagroup.com
(c) Eng.º Virgílio Muando
(e) v.muando@cobagroup.com

**CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO, S.A.**

(m) Rua S. João de Pedra Leital, 1000
4770-464 REQUIÃO
(t) (+351) 252 308 640
(f) (+351) 252 375 871
(e) cgasc@gabrielcouto.pt
(c) Eng.º Carlos Couto
(e) carloscouto@gabrielcouto.pt

Delegação de Moçambique

(m) Rua Orlando Mendes, N.º 81
Bairro da Sommerschield
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 498 159
(f) (+258) 21 498 160
(e) geral.mz@gabrielcouto.pt
(c) Dr. Carlos Neto
(e) carlosneto@gabrielcouto.pt

Anúncio na pág. 31

MAQUESONDA - MÁQUINAS, ACESSÓRIOS E FERRAMENTAS DIAMANTADAS, LDA
(m) Av. Prof. Egas Moniz
Parque do Alto - Armazém 15
Porto Alto; 2135-232 SAMORA
CORREIA
(t) (+351) 263 655 450
(e) csousa@maquesonda.pt
(s) www.maquesonda.com.pt

**SETH - SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, SA**

(m) Av. Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS
Portugal
(t) (+351) 219 431 479
(f) (+351) 219 431 518
(e) seth@seth.pt
(w) www.seth.pt

Delegação de Moçambique

(m) Bairro da Coop, Rua B, n.º 153
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 415 401
(e) seth@seth.pt
(w) www.seth.pt

CONDURIL

(m) Av. Eng. Duarte Pacheco, N.º 1835
4445-416 ERMESINDE - Portugal
(t) (+351) 229 773 920
(f) (+351) 229 748 668
(e) geral@conduril.pt
(w) www.conduril.pt

GROW ENGINEERING, LDA

(m) Rua Dar Es Salaam, 80
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 485 427
(e) nuno.rainha@growmocambique.co.mz
(w) www.growengineering.com

CONSTRUÇÕES JJR & FILHOS, SA

(m) Rua da Capela, 4
2495-185 STA. CATARINA DA SERRA
(t) (+351) 266 501 439
(f) (+351) 244 749 738
(e) mluz@jjr.pt
(w) www.jjr.pt

**DESAFIOS EM SINTONIA**

(m) Rua Caminho de Aveiro, 8
3840-344 SOZA
(t) (+351) 234 243 096
(f) (+351) 234 243 096
(e) simao@desafiosemsintonia.pt
(w) www.desafiosemsintonia.pt

CONSTRUÇÕES JJR & FILHOS, MOÇAMBIQUE, SA

(m) Av. Armando Tivane, N.º 189
Edifício Torre Azul - 2.º andar
Bairro Polana Cimento A
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 20 607 070
(c) Domingos Rodrigues
(e) drodrigues@jjr.co.mz
(w) www.jjr.co.mz

CONSULTORIA DE PROJETOS E FISCALIZAÇÃO**BETAR CONSULTORES, LDA**

(m) Av. Elias Garcia, N.º 53 - 2.º Esq.
1000-148 LISBOA
(t) (+351) 217 826 110
(f) (+351) 217 826 129
(e) consultores@betar.pt
(w) www.betar.pt

FERNANDO L GASPASPAR - SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, SA

(m) Estrada Nacional 249 - 4
2785-034 SÃO DOMINGOS DE RANA
(t) (+351) 217 252 130
(f) (+351) 217 261 873
(e) filipe.teixeira@flgaspar.pt
(w) www.flgaspar.pt

BUREAU VERITAS

(m) Rua Laura Ayres, N.º 3 1º/2º
1600-485 LISBOA
(t) (+351) 966 898 662
(f) (+351) 210 006 701
(e) patricia.franganito@pt.bureauveritas.com
(w) www.bureauveritas.pt

CÓDIGO AZUL

(m) Rua Laura Alves 145, 5D
2775-116 - PAREDE
(t) (+351) 211 394 004
(e) luisdecastro@codigoazul.pt
(w) www.codigoazul.pt

AGUIAR BRANCO E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL
(m) Rua da Restauração, N.º 329 - 1º
4050-506 PORTO
(t) (+351) 220 112 220
(f) (+351) 220 112 200
(e) info@aguiarbranco.pt
(w) www.aguiarbranco.pt

大成 DENTONS FL&A**DENTONS FL&A**

(m) Rua da Frente de Libertação
de Moçambique
(ex-Rua Pereira do Lago), n.º 224
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 496 974
(e) mozambique.insights@dentons.com
(w) www.dentons.co.mz

Anúncio na pág. 39

**CONSULMAR - PROJECTISTAS
E CONSULTORES, LDA**

(m) Av. António Augusto de Aguiar
N.º 19, 2.º Esq.
1050-012 LISBOA
(t) (+351) 213 826 630
(f) (+351) 213 826 630
(e) geral@consulmar.pt
(w) www.consulmar.pt

**AVM ADVOGADOS LISBOA**

(m) Rua Afonso Praça, 30, Edifício
Torre de Monsanto, Piso 5
1495-061 ALGÉS - Portugal
(t) (+351) 304 501 010
(e) lisboa@avm-advogados.com
(w) www.avm-advogados.com

HPF ADVOGADOS

(m) Rua dos Desportistas, N.º 833
Edifício JAT V-1, 15º
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 317 005
(f) (+258) 21 019 747
(e) maputo@hpf-advogados.com
(w) www.hpf-advogados.com

Ficha técnica na pág. 62

ERNST & YOUNG

(m) Rua Belmiro Obadias Muianga
n.º 179 R/C, Maputo
(t) 21 353 000
(e) paulo.reis@mz.ey.com
(w) www.ey.com

TECHNOEDIF ENGENHARIA, SA

(m) Taguspark, Edifício Qualidade A3
Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 5B
2740-296 PORTO SALVO
(t) (+351) 214 706 600
(f) (+351) 214 706 604
(e) technoedif@technoedif.com
(w) www.technoedif.pt

**CONSULTORIA,
ADVOCACIA,
AUDITORIA
E CONTABILIDADE**

FRALEGAL

(m) Rua B, Bairro da Coop, N.º 134
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 84 302 01 60
(e) rrocha@fra.legal
(w) www.fra.legal

**ABREU ADVOGADOS,
SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

(m) Av. Infante D. Henrique, 26
1149-096 LISBOA - Portugal
(t) (+351) 217 231 800
(f) (+351) 217 231 899
(e) mozambique@abreuadvogados.com
(w) www.abreuadvogados.com

JLA ADVOGADOS

(m) Rua dos Desportistas, n.º 691
Edifício JAT 6.1, 13º Piso
Fracção Norte
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 317 159
(f) (+258) 21 317 172
(e) maputo@jlaadvogados.com
(w) www.jlaadvogados.com

Ficha técnica na pág. 58

CESO-CI INTERNACIONAL, SA

(m) Av. Elias Garcia, 123 - 4º
1050-098 LISBOA
(t) (+351) 217 958 795/6/7
(f) (+351) 217 958 997
(e) ceso@ceso.pt
(w) ww.cesoci.pt

FUTURE PROMAN

(m) Alameda Fernão Lopes, 16 - 10º
1495-190 Algés
(t) (+351) 213 041 050
(e) carlos.lacerda@future.proman.pt
(w) www.future-motion.eu/pt

CUATRECASAS, GONÇALVES PEREIRA

(m) Avenida Fontes Pereira de Melo, 6
1050-121 LISBOA - Portugal
(t) (+351) 213 553 800
(f) (+351) 213 532 362
(e) cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com
(w) www.cuatrecasas.com/pt

**GESTECLA - GABINETE TÉCNICO
DE FISCALIDADE E CONTABILIDADE, LDA**

(m) Rua Major João Gomes, N.º 1, 1º e 2º
2640-491 MAFRA
(t) (+351) 261 817 150
(f) (+351) 261 817 159
(e) pauloalmeida@gestecla.pt
(w) www.gestecla.pt

DELOITTE CONSULTORES, SA

(m) Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 LISBOA
(t) (+351) 210 422 500
(f) (+351) 210 422 950
(e) ritamartins@deloitte.pt
(w) www.deloitte.com/pt

**HENRIQUES, ROCHA 6 ASSOCIADOS,
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, LDA**

(m) Rua da Resistência n.º 833, Edifício
JAT V-1, 6º andar Fracção NNS5,
Maputo
(t) +258 21 344 000
(e) fahenriques@hrlegalcircle.com
(w) www.hrlegalcircle.com

**JOSÉ PEDRO AGUIAR BRANCO
ADVOGADOS**

(m) Avenida Conde de Valbom, 6, 9º
1050-068 LISBOA
(t) (+351) 220 122 100
(f) (+351) 220 122 101
(e) pedrobotelhogomes@jpab.pt
(w) www.jpab.pt

KH CONSULTORIA

(m) Av. Amílcar Cabral, 1315,
Maputo - KamPfungo
(t) 845215770
(e) jorge.lemos@kh.co.mz
(w) www.kh.co.mz

**KPMG ADVISORY - CONSULTORES
DE GESTÃO, SA**

(m) Edifício FPM41 - Av. Fontes Pereira
de Melo, 41, 15º andar, 1069-006 LISBOA
(t) (+351) 210 110 000
(f) (+351) 213 153 036
(e) dsousa@kpmg.com
(w) www.kpmg.pt

**MDR Advogados**

(m) Avenida Marginal
N.º 141, Torres Rani
Torre de Escritórios, 8.º piso
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 344 000
(f) (+258) 21 344 099
(e) geral@mdradvogados.com
(w) www.mdradvogados.com

**Morais Leitão, Galvão
Teles, Soares da Silva &
Associados - Sociedade
de Advogados**

(m) Rua Castilho, 165
1070-050 LISBOA - Portugal
(t) (+351) 213 817 400
(f) (+351) 213 817 499
(e) mlgtslisboa@mlgts.pt
(w) www.mlgts.pt

**NEMUS - GESTÃO E REQUALIFICAÇÃO
AMBIENTAL, LDA**

(m) Campus do Lumiar, Estrada do Paço
do Lumiar, Edifício D
1649-038 LISBOA
(t) (+351) 217 103 160
(f) (+351) 217 103 169
(e) nemus@nemus.pt
(w) www.nemus.pt

**MIRANDA & ASSOCIADOS**

(m) Av. Engenheiro Duarte
Pacheco, 7
1070-100 LISBOA - Portugal
(t) (+351) 217 814 800
(e) lisboa@mirandalawfirm.com

(c) Diogo Xavier da Cunha
(e) diogo.cunha@mirandalawfirm.com
(w) www.mirandalawfirm.com

PIMENTA E ASSOCIADOS

(m) Av. Marginal, 141
Torres Rani
Office Tower, 7.º andar, T2
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 493 050

(c) Paulo Pimenta
(e) paulo.pimenta@pimentalawfirm.com

Ficha técnica na pág. 63

**PIMENTA E ASSOCIADOS
- SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

(m) Avenida da Marginal, 141, Torres
Rani - Office Tower, 7.º andar - T2
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 493 050/495 527/8
(f) (+258) 21 493 042
(e) paulo.pimenta@pimentalawfirm.com
(w) www.pdalawfirm.com

PKF II PORTUGAL, LDA

(m) Praça Duque de Saldanha
N.º 1 - 4.º Piso Letra H/O
1050-094 LISBOA
(t) (+351) 213 300 970
(f) (+351) 213 146 114
(e) pkfportugal@pkf.pt
(w) www.pkf.pt

**PLMJ - SOCIEDADE
DE ADVOGADOS**

(m) Av. Fontes Pereira de Melo, N.º 43
1050-119 LISBOA - Portugal
(t) (+351) 213 197 300
(f) (+351) 213 197 400
(e) plmjlaw@plmj.pt
(w) www.plmj.com/pt

PWC AG

(m) Rua Sousa Martins, N.º 1, 2º
Palácio Sottomayor
1060-316 LISBOA
(t) (+351) 213 599 000
(f) (+351) 213 599 001
(e) hugo.miguel.dias@pt.pwc.com
(w) www.pwc.com/pt

Anúncio no Verso de Capa

**QUIDGEST - CONSULTORES
DE GESTÃO, SA**

(m) Rua Viriato, N.º 7, 4º
1050-233 LISBOA
(t) (+351) 213 870 563
(f) (+351) 213 870 697
(e) quidgest@quidgest.com
(w) www.quidgest.com

RSM

(m) Edifício Millennium Park
Av Vladimir Lenine, N.º 174, 1.º. piso
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 844 141 138
(e) plopes@rsmmz.com
(w) www.rsm.global/mozambique

**SEMENTE & VICTORINO
CONSULTING**

(m) Av. Tomás Nduda, 1040 - Polana
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 843 014 195
(e) admin@sementevictorino.com
(w) www.sementevictorino.com

**SRS LEGAL**

(m) R. D. Francisco Manuel
de Melo, N.º 21
1070-085 LISBOA - Portugal
(t) (+351) 213 132 000
(f) (+351) 213 132 001
(e) geral.portugal@srslegal.pt
(c) José Luís Moreira da Silva
(w) www.srslegal.pt

**BHIKHA & POPAT
ADVOGADOS**

(m) Rua José Mateus, N.º 75
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 483 311
(e) finance@bpadvogados.com
(c) Nazir Bhikha e Momedede Popat

Ficha técnica na pág. 64

**TOTAL GLOBAL SERVICES,
PORTUGAL, LDA**

(m) Rua Julieta Ferrão, N.º 12 - 304
1600-131 LISBOA
(t) (+351) 217 996 310
(e) alberto.soares@tgsportugal.com
(w) www.tgsportugal.com

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO
BRANCO**

(m) Av. Pedro Álvares Cabral, 12
6000-084 Castelo Branco
(t) +[351] 272 339 600
(e) presidente@ipcb.pt
(w) www.ipcb.pt

**VIEIRA DE ALMEIDA & ASSOCIADOS
- SOC. DE ADVOGADOS, RL**

(m) Rua Dom Luis I, N.º 28
1200-151 LISBOA
(t) (+351) 213 113 400
(f) (+351) 213 113 406
(e) lisboa@vda.pt
(w) www.vda.pt

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

(m) R. Gen. Norton de Matos
Apartado 4133
2411-901 LEIRIA
(t) (+351) 244 830 010
(f) (+351) 244 830 010
(e) ana.sargento@ipleiria.pt
(w) www.ipleiria.pt



**ENSINO,
FORMAÇÃO
E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL**

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

(m) Estrada de Benfca, 529
1549-020 LISBOA
(t) (+351) 217 101 200
(f) (+351) 217 101 200
(e) fmelicio@sp.ipl.pt
(w) www.ipl.pt

**CENFIM - CENTRO DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA
METALÚRGICA E METALOMECÂNICA**

(m) Rua do Açúcar - 88, 1950-010 LISBOA
(t) (+351) 218 610 150
(f) (+351) 218 684 979
(e) mpgrilo.dir@cenfim.pt
(w) www.cenfim.pt
[Ficha técnica na pág. 61](#)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

(m) Praça do Município, 11
7300-110 PORTALEGRE
(t) (+351) 245 301 500
(f) (+351) 245 301 500
(e) albanosilva@ipportalegre.pt
(w) www.ipportalegre.pt

**COFAC - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO
E ANIMAÇÃO CULTURAL, CRL**

(m) Campo Grande, 376
1749-024 LISBOA
(t) (+351) 217 548 600
(f) (+351) 218 621 061
(e) administracao@ulusofona.pt
(w) www.ulp.pt

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

(m) Complexo Andaluz - Apartado 279
2001-904 SANTARÉM
(t) (+351) 243 309 520
(e) joao.moutao@ipsantarem.pt
(w) www.ipsantarem.pt

**ENIDH - ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA
INFANTE D. HENRIQUE**

(m) Av. Engenheiro Bonneville Franco
2770-058 PAÇO DE ARCOS
(t) (+351) 214 460 010
(e) victorfranco@enautica.pt
(w) www.enautica.pt

**ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA**

(m) Av. das Forças Armadas
1649-026 LISBOA
(t) (+351) 217 903 048
(f) (+351) 217 964 710
(e) reitor@iscte-iul.pt
(w) www.iscte-iul.pt
[Anúncio na pág. 50](#)

**ENSINUS
(INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO)**

(m) Av. Marechal Craveiro Lopes
N.º 2, 1.º
1700-284 LISBOA
(t) 217 513 700
(f) 217 573 966
(e) rita.reis@ensinus.pt
(w) www.isg.pt

**ISVOUGA - INSTITUTO SUPERIOR
DE ENTRE DOURO E VOUGA**

(m) Rua António de Castro Corte Real,
Apartado 132
4520-181 Santa Maria da Feira
(t) +[351] 256 377 550
(e) paulo.marcelo@isvouga.pt
(w) www.isvouga.pt

**ISG - Instituto Superior de Gestão
ENSINUS - Estudos Superiores, SA**

(m) Rua Prof. Reinaldo dos Santos
N.º 46 A, 1500-552 LISBOA
(Benfca) - Portugal
(t) (+351) 217 513 700
(wpp) (+351) 969 844 241
(e) informacoes@isg.pt
(e) servicosacademicos@isg.pt
(w) www.isg.pt

**ISG - Instituto Superior de Gestão,
Administração e Educação****SDG - Sociedade para o
Desenvolvimento da Gestão, SA**

(m) Av. Mao Tsé Tung, 1137
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 303 689
(t) (+258) 823 014 919
(t) (+258) 846 596 272
(e) info@isg.ac.mz
(w) www.isg.ac.mz

**Transcom**

(m) Prolong. Av. Kim Il Sung
(IFT/TDM) Edf. D1, C. Postal 2088
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 48 87 92/6
(t) (+258) 82 306 26 20
(t) (+258) 84 312 92 46
(e) transcom@transcom.co.mz
(w) www.transcom.co.mz

**ISUTC**

(m) Prolong. Av. Kim Il Sung
(IFT/TDM) Edf. D1, C. Postal 2088
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 48 87 92/6
(t) (+258) 82 306 26 20
(t) (+258) 84 312 92 46
(e) isutc@isutc.ac.mz
(w) www.isutc.ac.mz

**ITC**

(m) Av. 24 de Julho, N.º 4707
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 84 321 2458
(e) itc@itc.ac.mz
(w) www.itc.ac.mz

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

(m) Rua Palma de Cima
1649-023 LISBOA
(t) (+351) 217 214 239
(f) (+351) 217 271 528
(e) jfr@ucp.pt
(w) www.ucp.pt

GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

THE NAVIGATOR COMPANY

(m) Mitrena - Apartado 55
2901-861 SETÚBAL
(t) (+351) 265 709 000
(e) paula.carloto.thenavigatorcompany.com
(w) www.thenavigatorcompany.com
Anúncio na pág. 24

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(m) Universidade de Coimbra,
Rua Larga, R/Ch Esq., Edifício FMUC
3004-504 Coimbra
(t) (+351) 239 859 810
(f) (+351) 239 827 994
(e) gbreitor@uc.pt
(w) www.uc.pt

EGORGEST, SGPS, SA

(m) Av. José Malhoa, N.º 16 - F - 4º
1070-159 LISBOA
(t) (+351) 211 547 780
(f) (+351) 213 896 301
(e) adm@egor.pt
(w) www.egor.pt

INDÚSTRIA ALIMENTAR

UNIVERSIDADE EUROPEIA

(m) Ensilis - Educação e Formação
Quinta do Bom Nome
Estrada da Correia, N.º 53
1500-210 LISBOA
(t) (+351) 210 309 900
(f) (+351) 210 309 917
(e) geral@universidadeeuropeia.pt
(w) www.europeia.pt

GRUPO VISABEIRA SGPS, S.A.

(m) Rua do Palácio do Gelo, N.º 1
Palácio do Gelo Shopping, Piso 3
3500-606 VISEU
(t) (+351) 232 483 000
(f) (+351) 965 933 000
(e) geral@grupovisabeira.com
(w) www.grupovisabeira.com

NOVADELTA - COMÉRCIO

E INDÚSTRIA DE CAFÉS, LDA
(m) Avenida Infante Dom Henrique
N.º 15, 1A
1950-406 LISBOA
(t) (+351) 268 680 000
(f) (+351) 268 689 619
(e) vera.tapadinhas@delta-cafes.pt
(w) www.delta-cafes.pt

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

(m) Campus de Gambelas, Edifício 5
8005-139 FARO
(t) (+351) 289 800 977
(f) (+351) 289 800 977
(e) vrsnjesus@ualg.pt
(w) www.ualg.pt

ENTREPOSTO - GESTÃO

E PARTICIPAÇÕES (SGPS), SA
(m) Largo da Acad. Nac. de Belas Artes, 10
1249-061 LISBOA
(t) (+351) 213 233 337
(f) (+351) 213 233 360
(e) mfelix@entrepoto.pt
(w) www.grupoentrepoto.com

SUMOL+COMPAL MARCAS, SA

(m) Rua Dr. António João Eusébio, N.º 24
2790-179 CARNAXIDE
(t) (+351) 243 579 203
(f) (+351) 214 243 696
(e) fernando.oliveira@mz.sumolcompal.com
(w) www.sumol.pt

UNIVERSIDADE DO MINHO

(m) Largo do Paço
4704-553 BRAGA
(t) (+351) 253 601 100
(f) (+351) 253 601 100
(e) cmartins@reitoria.uminho.pt
(w) www.uminho.pt

GALP ENERGIA, SA

(m) Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1º
1600-209 LISBOA
(t) (+351) 217 242 500
(f) (+351) 217 240 500
(e) ccpina@galp.com
(w) www.galpenergia.com

TROPICALIA, SA

(m) Av. de Angola, 2732
Caixa Postal 4725
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 848 767 411
(e) adolfo@tropigalia.co.mz
(w) www.tropigalia.co.mz

UNIVERSIDADE DO PORTO

(m) Praça Gomes Teixeira
4099-002 PORTO
(t) (+351) 220 408 025
(f) (+351) 220 408 025
(e) mlfernandes@reit.up.pt
(w) www.up.pt

IMPRESSÃO E INDÚSTRIA DO PAPEL

INDÚSTRIA DE CABOS, ELETRICIDADE E ELETRÓNICA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

(m) Campus de Carcavelos,
Rua da Holanda, N.º 1
2775-405 CARCAVELOS
(t) (+351) 213 801 600
(f) (+351) 213 801 600
(e) vera.pinto@novasbe.pt
(w) www.novasbe.unl.pt

RENOVA - FÁBRICA DE PAPEL

DO ALMONDA, SA
(m) Lugar da Renova
2350-859 ZIBREIRA, Santarém
(t) (+351) 249 830 200
(f) (+351) 249 830 477
(e) jgc@renova.pt
(w) www.myrenova.com

CABELTE, SA

(m) Rua do Espírito Santo
4410-420 ARCOZELO - VNG
(t) (+351) 227 537 520
(f) (+351) 227 537 513
(e) diogo.lucas.pires@cabelte.pt
(w) www.cabelte.pt

EFACEC POWER SOLUTIONS, SGPS, SA
 (m) Rua da Arroteia
 4465-587 LEÇA DO BALIO
 (t) (+351) 229 562 300
 (e) sgps@efacec.pt
 (w) www.efacec.pt



CACHAPUZ - WEIGHING & LOGISTICS SYSTEMS, LDA.
 (m) Parque Industrial de Sobreposta Apartado 2012
 4701-952 BRAGA - Portugal
 (t) (+351) 253 603 480
 (f) (+351) 253 603 485
 (e) info@cachapuz.com
 (w) www.cachapuz.com
 (fb) CachapuzBilanciaiGroup
 (ln) cachapuz-bilanciai-group
 (ig) cachapuzbilanciaigroup



CONSTRUÇÃO ESTRUTURAS METÁLICAS

J. F. METAL MOÇAMBIQUE, Lda.
 (m) Av. 24 de Julho
 Edifício Shopping 24
 Entrada 1123, 2.º Piso
 MAPUTO - Moçambique
 (t) (+258) 846 940 081
 (e) geral@jfmatal.co.mz
 (w) www.jfmatal.co.mz

SIEMENS, SA
 (m) Rua Irmãos Siemens, 1/1A
 2720-093 AMADORA
 (t) (+351) 214 178 000
 (e) manuel.nunes@siemens.com
 (w) www.siemens.com

SOTMOZ, SOCIEDADE ELECTROTÉCNICA, LDA
 (m) Av. Zedequias Manganhela, 1440
 Alto Maé - MAPUTO
 (t) (+258) 21 498 735
 (e) afreire@sotmoz.co.mz
 (w) www.vinci-energies.pt

EXTRUSAL - COMPANHIA PORTUGUESA DE EXTRUSÃO, SA
 (m) Rua do Moirinho, Verdemilho
 3810-434 AVEIRO
 (t) (+351) 234 378 900
 (f) (+351) 234 378 902
 (e) info@extrusal.pt
 (w) www.extrusal.pt

MOVEX - PRODUÇÃO, VENDA E ALUGUER DE MÓDULOS PRÉ-FABRICADOS, SA
 (m) Estrada Nacional 248
 2630-263 ARRUDA DOS VINHOS
 (t) (+351) 263 979 240
 (f) (+351) 263 979 278
 (e) paulo.adelino@movexmocambique.com
 (w) www.movex.pt

INDÚSTRIA ENERGÉTICA



TUBOS | CHAPAS | PERFIS ALFAIAS AGRÍCOLAS CALHAS | LONGOS

(m) Av. Acordos de Lusaka, Talhão N.º 3490 - Munhava
 CP 251 BEIRA - Moçambique
 (t) (+258) 23 353 433
 (f) (+258) 23 352 031
 (e) ferpinta.mocambique@ferpinta.pt
 (w) www.ferpinta.co.mz
 (c) Eng. Romeu Rodrigues
 (e) romeu.rodrigues.bra@ferpinta.pt

SOSOARES - CAIXILHARIAS E VIDROS, SA
 (m) Zona Industrial de Coimbrões, Lt. 101 e 102, São João de Lourosa
 3500-618 VISEU
 (t) (+351) 224 119 230
 (f) (+351) 224 119 232
 (e) isolina.nunes@sosoares.pt
 (w) www.grupososoares.eu

EDP INTERNACIONAL, SA
 (m) Avenida 24 de Julho, N.º 12
 1249-300 LISBOA
 (t) (+351) 210 012 748
 (e) joselevy.aires@edp.pt
 (w) www.edp.pt

VALINOX. MZ - ENGENHARIA
 (m) Rua da Mutateia, Talhão N.º 01/27.
 Parcela N.º 728, Matola
 (t) 847 413 622
 (e) vitor.oliveira@valinox.co.mz
 (w) www.valinox.co.mz

HCB - HIDROELÉCTRICA DE CAHORA BASSA
 (m) Av. 25 de Setembro
 N.º 420, 6.º andar
 MAPUTO - Moçambique
 (t) (+258) 21 350 700
 (e) mpt@hcb.co.mz
 (w) www.hcb.co.mz

FERPINTA - IND. DE TUBOS DE AÇO DE FERNANDO P. TEIXEIRA, SA
 (m) Carregosa, Oliveira de Azeméis
 Apdo. 26, 3731-956 VALE DE CAMBRA
 (t) (+351) 256 411 400
 (f) (+351) 256 412 049
 (e) ricardo.ribeiro@ferpinta.pt
 (w) www.ferpinta.pt

INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÉUTICA

INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECÂNICA

FRAVIZEL
 (m) Estrada 5 de Outubro
 Pé da Pedreira
 2025-161 ALCANEDE
 (t) (+351) 243 409 220
 (f) (+351) 243 409 021
 (e) ifrazao@fravizel.com
 (w) www.fravizel.com

BONDALTI CHEMICALS, SA
 (m) Lagoas Park, Edifício 6, 2.ºB
 2740-244 PORTO SALVO
 (t) (+351) 210 058 600
 (f) (+351) 210 058 698
 (e) bondalti@bondalti.com
 (w) www.bondalti.com

DAGOL, LDA

(m) Estrada Nacional 377
Edifício Dagol
2970-128 SESIMBRA
(t) (+351) 212 680 514/5
(f) (+351) 213 520 233
(e) geral@dagol.com
(w) www.dagol.com

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE SEGUROS

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, SA

(m) Largo do Calhariz, 30
1249-001 LISBOA
(t) (+351) 210 034 000
(f) (+351) 213 237 001
(e) mario.sao.vicente@fidelidade.pt
(w) www.fidelidade.pt

LABORATÓRIO EDOL - PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SA

(m) Av. 25 de Abril, N.º 6/6A
2795-225 LINDA-A-VELHA
(t) (+351) 214 240 203
(f) (+351) 214 143 242
(e) geral@edol.pt
(w) www.edol.pt

BANCO BIG

(m) Avenida 24 de Julho 74/76
Edifício BIG
1200-869 LISBOA
(t) (+351) 213 305 300
(e) carlos.rodrigues@bancobig.pt
(w) www.big.pt

FIRST CAPITAL BANK, SA

(m) Av. 25 de Setembro
Aterro do Maxaquene
Edifício Maryah, 7º Andar
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 320 760 / 21 320 761
(e) suporte.aocliente@firstcapitalbank.co.mz
(w) www.firstcapitalbank.co.mz

LABORIS FARMACÊUTICA, SA

(m) Estrada da Quinta, N.º 148
Manique de Baixo
2645-436 ALCABIDECHE
(t) (+351) 214 725 900
(f) (+351) 214 725 916
(e) administracao@azevedos-sa.pt
(w) www.grupoazevedos.com

BANCO BPI, SA

(m) Rua Tenente Valadim, N.º 284
4100-476 PORTO
(t) (+351) 217 111 359
(f) (+351) 226 002 954
(e) infoempresas@bancobpi.pt
(w) www.bancobpi.pt

**MILLENNIUM BIM**

(m) Rua dos Desportistas, 873/879
Caixa Postal: 865 Maputo
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 351 500
(f) (+258) 21 354 415
(w) www.millenniumbim.co.mz

QUILABAN - QUÍMICA LABORATORIAL ANALÍTICA, SA

(m) Beloura Office Park, Edifício 11
Quinta da Beloura, 2710-693 SINTRA
(t) (+351) 219 236 350
(f) (+351) 219 236 389
(e) quilaban@quilaban.pt
(w) www.quilaban.pt

BCI - BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS

(m) Av. 25 de setembro, N.º 4
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 353 700
(f) (+258) 21 307 152
(w) www.bci.co.mz

QUIMITÉCNICA.COM - COMÉRCIO E INDÚSTRIA QUÍMICA, SA

(m) Rua de Mide, Lote 21, B
4815-169 LORDELO
(t) (+351) 212 069 100
(f) (+351) 212 069 196
(e) quimitecnica@quimitecnica.pt
(w) www.quimitecnica.com

CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

(m) Rua Áurea, 219/241
1100-062 LISBOA
(t) (+351) 213 240 000
(f) (+351) 213 249 801
(e) anabela.correia@montepio.pt
(w) www.montepiogeral.pt

NEDBANK MOÇAMBIQUE

(m) Av. Julius Nyerere, N.º 590
MAPUTO - Moçambique
Caixa Postal: 3698
(t) (+258) 21 488 400
(f) (+258) 21 488 484
(w) www.nedbank.co.mz

SAPEC AGRO, SA

(m) Av. do Rio Tejo
Herdade das Praias
2910-440 SETÚBAL
(t) (+351) 265 710 100
(f) (+351) 265 239 705
(e) dg@agro.sapec.pt
(w) www.sapecagro.pt

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

(m) Av. João XXI, 63
1000-300 LISBOA
(t) (+351) 222 073 690
(f) (+351) 217 905 099
(e) cgd@cgd.pt
(w) www.cgd.pt

NOVO BANCO

(m) Av. da Liberdade, 195
1250-142 LISBOA
(t) (+351) 213 115 894
(e) claudia.batista@novobanco.pt
(w) www.novobanco.pt

SE GINWALA & FILHOS, LDA

(m) Av. Mahomed Siad Barre, N.º 63
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 427 391/2
(e) filipe.oliveira@ginwala.co.mz
(w) www.ginwala.co.mz

COSEC - COMPANHIA DE SEGUROS DE CRÉDITO, SA

(m) Av. da República, 58
1069-057 LISBOA
(t) (+351) 217 913 700
(f) (+351) 217 934 614
(e) international@cosec.pt
(w) www.cosec.pt

SIBS - INTERNATIONAL

(m) Rua Soeiro Pereira Gomes, Lote 1
1649-031 LISBOA
(t) (+351) 217 813 000
(e) isabel.branco@sibs-international.com
(w) www.sibs-international.com

**SOFID**

Sociedade para o financiamento do desenvolvimento, IFIC, S.A.

(m) Av. Casal Ribeiro, 14 - 4^o
1000-092 LISBOA - Portugal
(t) (+351) 213 137 760
(f) (+351) 213 137 779
(NIF) 508 325 803
(e) sofid@sofid.pt
(w) www.sofid.pt

CÂMARA MUNICIPAL SANTARÉM

(m) Praça do Município
2005-245 SANTARÉM
(t) (+351) 243 304 200
(f) (+351) 243 304 299
(e) ricardo.goncalves@cm-santarem.pt
(w) www.cm-santarem.pt

ASCENDING

(m) Boane - Beluluane Industrial Park
Mozal Construction Village
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 258 842 671 276
(e) nelson.costa@ascending.ltd
(w) www.ascending.ltd

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

(m) Passeio das Mordomas da Romaria
4904-877 VIANA DO CASTELO
(t) (+351) 258 809 300
(f) (+351) 258 809 347
(e) albertorego@cm-viana-castelo.pt
(w) www.cm-viana-castelo.pt

ASSECO PST PORTUGAL

(m) Rua Luciana Stegagno Picchio
N.º 3 - 1.º Dto, 1500-912 LISBOA
(t) (+351) 211 107 100
(e) info@pst.asseco.com
(w) pst.asseco.com

Ficha técnica na pág. 60

STANDARD BANK

(m) Praça 25 de Junho, N.º 1
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 21 301 959
(e) alice.tatia@standardbank.co.mz
(w) www.standardbank.co.mz

RENT-A-CAR**BLUE AEGEAN CONSULTORES**

(m) Rua Santo Ildefonso, 366
1.º Esquerdo Frente
4000-466 PORTO
(t) (+351) 915 399 302
(e) ricardofalmeida.rfa@gmail.com
(w) www.blueaegeanconsultores.com

ORGANISMOS PÚBLICOS**EUROPCAR MOÇAMBIQUE**

(m) Av. Acordos de Lusaka
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 823 028 330
(e) domingos.novela@europcar.co.mz
(w) www.europcar.co.mz

CEMPALAVRAS, COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL, LDA

(m) Avenida Almirante Reis, 114, 2.º C
1150-023 LISBOA
(t) (+351) 218 141 574
(e) geral@cempalavras.pt
(w) www.cempalavras.pt

AGÊNCIA DNA CASCAIS

(m) Ninho de Empresas
DNA, Cruz da Popa
2645-449 Alcabideche, CASCAIS
(t) (+351) 214 680 185
(e) nuno.lopes@cm-cascais.pt
(w) www.dnacascais.pt

SERVIÇOS**CTT CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.**

(m) Edifício CTT Rua João Saraiva, 9,
1700-248 LISBOA
(t) (+351) 967 791 519
(e) cp.fatura.digital@ctt.pt
(w) www.ctt.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

(m) Rua do Ouro, 49 - 4^o
1100-060 LISBOA
(t) (+351) 213 227 365
(f) (+351) 213 236 159
(e) gab.presidente@mail.cm-lisboa.pt
(w) www.cm-lisboa.pt

ZIBI SOFTWARE

(m) Av. Mártires da Revolução, Edifício
CPMZ, 1452, 1.º andar, Ala sul, Beira
(t) (+258) 23 313 702 / 840 784 996
(e) luis.leonor@zibi.com
(w) www.zibi.com

DENTSU AEGIS NETWORK MOZAMBIQUE

(m) Av. Vladimir Lenine 174
Prédio Millennium Park
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 823 164 100
(e) catia.desousa@dentsuaegis.com
(w) www.dentsuaegisnetwork.co.za

CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

(m) Paços do Concelho,
Largo de S. Pedro
2510-086 ÓBIDOS
(t) (+351) 262 955 500
(e) presidente@cm-obidos.pt
(w) www.cm-obidos.pt

AQUAPOR - SERVIÇOS, SA

(m) Av. Marechal Gomes da Costa, 33 - 1.º A
1800-255 LISBOA
(t) (+351) 217 928 670
(f) (+351) 217 974 649
(e) geral@aquaporservicos.pt
(w) www.aquaporservicos.pt

GEOSENSE

(m) Instituto Pedro Nunes
Rua Pedro Nunes, Edifício C
3030-199 COIMBRA
(t) (+351) 964 067 891
(e) alexandre.santos@geosense.info
(w) www.geosense.pt

ICONO2

(m) Rua Principal, N.º 26
2460-481 ALCOBAÇA
(t) (+351) 262 588 015
(f) (+351) 262 509 400
(e) marco@icono2.com
(w) www.icono2.com

PROTÓTIPO, SISTEMAS

DE INFORMAÇÃO, SA
(m) Campo Grande 380 Lote 3C, Piso 0
Escritório C, 1700-097 LISBOA
(t) (+351) 217 567 350
(f) (+351) 217 567 359
(e) sonia.coelho@prototipo.pt
(w) www.prototipo.pt

ESSILOR PORTUGAL - SOCIEDADE

INDUSTRIAL DE ÓPTICA, LDA
(m) Rua do Pino Verde
2 E 2-A Alto do Forte
2635-225 RIO DE MOURO
(t) (+351) 219 179 800
(f) (+351) 219 162 225
(e) aredef@essilor.pt
(w) www.essilor.pt

ISQ

(m) Av Prof Cavaco Silva, 33
Taguspark, Talaide
2740-020 OEIRAS
(t) (+351) 214 228 100
(f) (+351) 214 228 100
(e) pm@isq.pt
(w) www.isq.pt

REAL LIFE TECNOLOGIAS

DE INFORMAÇÃO, SA
(m) Rua Dr. António Loureiro Borges
Edifício 9/9A, Piso 12
1495-131 Algés
(t) (+351) 214 131 910
(e) alexandre.branca@reallife.pt
(w) www.reallife.pt

MICROMIL - SISTEMAS MÉDICOS

E INDUSTRIAIS, SA
(m) Estrada Vale Ana Gomes
Edifício Micromil
2910-288 SETÚBAL
(t) (+351) 265 540 220
(f) (+351) 265 551 281
(e) micromil@micromil.pt
(w) www.micromil.pt

LBC - LEADERSHIP BUSINESS

CONSULTING, SA
(m) Rua Gonçalo Cristovão, 185, R/C
4049-012 PORTO
(t) (+351) 213 581 060
(f) (+351) 213 581 061
(e) catia.vicente@leadership-bc.com
(w) www.leadership-bg.com

SIQAS MOÇAMBIQUE

(m) Rua da Resistência
N.º 941, Bairro da Malhangalene
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 847 886 013/821 638 310
(e) geral@siqas.net
(w) www.siqas.net

OPTOCENTRO, LDA

(m) Av. António Augusto
de Aguiar, 32 C
1050-016 Lisboa
(t) (+351) 213 113 270
(f) (+351) 213 152 724
(e) rmotty@optocentro.pt
(w) www.optocentro.pt

MA-TERIARCH UNIP, LDA

(m) Rua Teixeira de Pascoais, 3B
1700-041 Lisboa
(t) (+351) 211 608 722
(e) miguel.alves@ma-teria.com
(w) www.ma-teria.com

TERRITÓRIOS CRIATIVOS

(CONVERSAS VERSÁTEIS, LDA)
(m) Rua de Santa Maria Madalena
N.º 11, 2º Andar
3250-121 ALVAIÁZERE
(t) (+351) 910 578 415
(e) luis.matos.martins@gmail.com
(w) www.territorioscriativos.eu

**TRANSPORTES
E LOGÍSTICA****MORE-IT, LDA**

(m) Av. 24 de Julho, N.º 641
1º Andar Esquerdo,
MAPUTO - Moçambique
(t) (+258) 841 848 371
(e) rogerio.silva@more-it.co.mz
(w) www.more-it.co.mz

TIMESTAMP - SISTEMAS

DE INFORMAÇÃO, SA
(m) Praça de Alvalade, 6, 11º Frente
1700-036 LISBOA
(t) (+351) 213 504 870
(f) (+351) 213 570 268
(e) carlos.goncalves@timestamp.pt
(w) www.timestamp.pt

APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

DE LISBOA, SA
(m) Gare Marítima de Alcântara
1350-355 LISBOA
(t) (+351) 213 611 000
(f) (+351) 213 611 076
(e) hferreira@portodelisboa.pt
(w) www.portodelisboa.pt

MULTISIS

(m) Rua Patrice Lumumba
290, Maputo
(t) (+258) 848 409 912
(e) jlm@multisis-mz.com
(w) www.multisis-mz.com

UPPARTNER COMUNICAÇÃO

DE MARKETING, SA
(m) Av. Álvares Cabral, N.º 61, 6º piso
1250-017 LISBOA
(t) (+351) 210 410 100
(f) (+351) 210 410 101
(e) teresa.sabino@upartner.pt
(w) www.upartner.pt

ETE - LOGISTICA, SA

(m) Largo do Corpo Santo, 21
1200-129 LISBOA
(t) (+351) 211 128 464
(f) (+351) 211 128 474
(e) joana.ferrugem@ete.pt
(w) www.ete-logistica.pt

PROJECTO DETALHE GLOBAL

ENGINEERING, LDA
(m) Beloura Office Park, Ed. 6, Es.c 1.3
2710-693 SINTRA
(t) (+351) 219 178 770
(e) neto.filipe@projectodetalhe.pt
(w) www.projectodetalhe.com

**SERVIÇOS
MÉDICOS****EURO ATLANTIC AIRWAYS**

- TRANSPORTES AÉREOS, SA
(m) Rua das Sesmarias, 3
Quinta da Beloura
2710-692 SINTRA
(t) (+351) 219 247 300
(f) (+351) 218 446 749
(e) marta.nogueira@euroatlantic.pt
(w) www.euroatlantic.pt


CARGALPHA - TRANSPORTES INTERNACIONAIS, LDA

(t) (Head Office-Lisbon)
+(351) 212 685 337

(t) +(351) 917 590 758

(e) geral@cargalpha.pt

(e) carlos.almeida@cargalpha.pt

(w) www.cargalpha.pt

Armazém/Warehouse "Trucking"

(m) Pq. Ind. Solvay Marinhas D^a Ana,
Quebradas de Cima, Av. Ernest Solvay

Armazém 2, Fração B e C

2625-090 PÓVOA DE S. IRIA Portugal

(t) +(351) 219 524 993

Entregas/Deliveries:

A/C CARGALPHA

CARGALPHA MOÇAMBIQUE SOC. UNIPESSOAL, LDA

(m) Bairro Chuiba, N.º 280 - Pemba

CABO DELGADO - Moçambique

NUIIT: 400723168

(t) (+258) 840 587 712 (provisório)

(t) (+351) 917 590 758 (Portugal)

(e) carlos.almeida@cargalpha.pt

TAP - AIR PORTUGAL, SA

(m) Praça Marquês de Pombal, N.º 15 - 1º

1269-134 LISBOA

(t) (+351) 213 179 157

(p) (+351) 229 417 761

(e) info@tap.pt

(w) www.flytap.com

TRANSITEX MOÇAMBIQUE, LDA

(m) Rua Joe Slovo, N.º 22, 4º Andar,

Edifício Saratoga, sala 1 e 2 - 2284

MAPUTO - Moçambique

(t) (+258) 843 110 901

(e) tiago.martins@transitex.co.mz

(w) www.transitex.com

UNITRIP, LDA

(m) Estrada Nacional 10, Polígono

Atividades Económicas, Lote C, Bloco 2

2625-445 FORTE DA CASA

(t) (+351) 229 364 170

(e) maria.jsantos@unitrip.pt

(w) www.unitrip.pt

LAM - LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE

(m) Alameda do Aeroporto

MAPUTO - Moçambique

(t) (+258) 21 465 143

(e) joao.jorge@lam.co.mz

(w) www.lam.co.mz

TURISMO
LASO MOÇAMBIQUE, LDA

(m) Beluluane Industrial Park - Lote 50
(ZNF), Boane District - Moçambique

(t) (+258) 843 300 500

(e) mpinto@laso.co.mz

(w) www.laso.pt

HOTI MAPUTO HOTEIS, LDA

(m) Rua dos Desportistas, Complexo
JAT 6.4, NR 755 - MAPUTO

(t) (+258) 20 600 397

(e) antonio.fonseca@meliamoz.com

(w) www.meliapmaputo.com

MANICA FREIGHT SERVICES

(MOÇAMBIQUE), SARL

(m) Praça dos Trabalhadores, N.º 51

MAPUTO - Moçambique

(t) (+258) 21 323 021/5

(e) csolemane@manica.co.mz

(w) www.manica.co.mz

SALVINTUR - SOCIEDADE

DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, SA

(m) Rua Jau, N.º 54

1300-314 LISBOA

(t) (+351) 213 870 236

(e) joao.raposo@pestana.pt

(w) www.pestana.com

NCL - TRANSITÁRIOS, SA

(m) Centro de Negócios do Freixieiro

Edifício Europa - 1º e 2º Piso

4455-586 PERAFITA - Portugal

(t) (+351) 229 998 810

(f) (+351) 229 967 813

(e) joliveira@ncl.pt

(w) www.ncl.pt

TARA TRAVEL

(m) Av. Armando Tivane N.º 1438

MAPUTO - Moçambique

(t) (+258) 21 486 461

(e) a.dauto@taratravel.co.mz

(w) www.taratravel.co.mz

ADELSON AMARAL

ADIL MUSSA

AGOSTINHO DA SILVA

ALBERTO MAGASSELA

ALBERTO SANTOS SIMÃO

ALBERTO SOARES

ALCIDES AGUIAR

ANA COSTA FREITAS

ANA DA CUNHA VASCONCELOS

ANA MARIA FERNANDES

ANA SOFIA BATISTA

ANA SOFIA RODRIGUES

ANNA BERTOLDI

ANTÓNIO BERNARDO VIANO

ANTÓNIO FILIPE CAPOULAS

ANTÓNIO LEITÃO MARQUES

ANTÓNIO RODRIGUES

ASSOCIAÇÃO ROSC

BRUNO BOBONE

CARINA ORABONI RIBEIRO

CARLOS A. M. DUARTE

CARLOS ALBERTO BARBIO

CARLOS COSTA PINA

CARLOS VIEIRA

CATARINA GODINHO E SANTOS

CLAUDINE MINNA WOLF

CLÁUDIO DOMINGOS

CLOÉ RIBAS

CLUBE DE LEITURA DE QUELIMANE

CONCEIÇÃO ALEGRE

DANIEL DAVID

DANIEL TRAÇA

DIOGO TAVARES

DIOGO XAVIER DA CUNHA

DORA AGOSTINHO

EDILSON FRANCO

ELISEU FRAZÃO

ESCOLA PIMIÇA

EUCÁRIA VIEIRA

EURICO BRILHANTE DIAS

EZRA NHAMPOCA

FÁBIO MOUSINHO PINTO

FÁTIMA COSTA

FÁTIMA LAUREANO

FERNANDO DANIEL NUNES

FERNANDO MARQUES AUGUSTO

FERNANDO MELÍCIO

FERNANDO NUNES

FERNANDO TABORDA

FILOMENA OLIVEIRA

FÓRUM DA TERCEIRA IDADE

FRANCISCO VILELA DA SILVA

FRANCISCO BANHA

GASPORTO - GRUPO DA AÇÃO SOCIAL

DO PORTO

GONÇALO FERNANDES

HÉLDER DE OLIVEIRA

HELENA BAPTISTA

HENRIQUE ALEXANDRE DA FONSECA

INÉS FRAZÃO

ISABEL CRAVO

ISMAEL VALGY TRICAMEGY

IVONE SOARES

JOANA FRAZÃO

JOÃO AFONSO

JOÃO CALVÃO DA SILVA

JOÃO LUZ

JOÃO MOURA NAVEGA

JOÃO NUNO PALMA

JOÃO PEDRO LUZ

JOÃO PEDROSA RUSSO

JOÃO SAMARTINHO

JOAQUIM NETO FILIPE

JOAQUIM TOBIAS DAI

JORGE MAGALHÃES CORREIA

☞ JOSÉ BRAGANÇA RODRIGUES	☞ MARIA JOÃO BOBONE	☞ PEDRO REBELO DE SOUSA
☞ JOSÉ FURTADO	☞ MÁRIO BRUNO	☞ RÁDIO CHUAMBO FM
☞ JOSÉ LUÍS MOREIRA DA SILVA	☞ MÁRIO GODINHO MARQUES	☞ RAFAEL MITCHELL ROCHA
☞ JOSÉ MARIA COSTA	☞ MÁRIO JORGE M. DOS SANTOS	☞ RICARDO ALMEIDA
☞ JOSÉ MONTEIRO DE MORAIS	☞ MARTA PEDRO	☞ RICARDO GONÇALVES
☞ JOSÉ RATO	☞ MEDICINA MAIS PERTO	☞ RICARDO JORGE
☞ JUDITE SMITH COLCE	☞ MIGUEL AZEVEDO BRANDÃO	☞ RICARDO RIBEIRO
☞ KÁTIA TIMBANE	☞ MIGUEL DIAS NEVES	☞ RICARDO RODRIGUES
☞ LEONARDO SIMÃO	☞ MIGUEL MAYA	☞ RICARDO SOUSA
☞ LINO SOUSA MUCURUZA	☞ MIGUEL SPINOLA	☞ RUI MOREIRA DE CARVALHO
☞ LÍVIO DE MORAIS	☞ NILZA TOVELE	☞ RUI MOTTY
☞ LUÍS FILIPE BATISTA	☞ NUNO PINTO	☞ RUI VELOSO
☞ LUÍS MIGUEL COSTA	☞ NUNO PITEIRA LOPES	☞ SAÛL NEVES DE JESUS
☞ LUIZA BOBONE	☞ ORGANIZAÇÃO VIDA	☞ SILVIA DOMINGUES
☞ MANUEL JOSÉ GUERREIRO	☞ PAULA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE	☞ STEWART SUKUMA
☞ MARGARIDA RAMOS PEREIRA	☞ PAULA VIEGAS	☞ SUSANA AMARAL RAMOS
☞ MARIA CELESTE ALMEIDA	☞ PAULO ALEXANDRE SOUSA	☞ TIVANE GAME STUDIO
☞ MARIA DA LUZ RODRIGUES	☞ PAULO ALMEIDA	☞ VÍTOR AUGUSTO SILVA
☞ MARIA DE FÁTIMA RIBEIRAS	☞ PAULO BARREIROS	☞ VITOR MARQUES DA CRUZ
☞ MARIA DE LURDES FERNANDES	☞ PAULO VARELA	
☞ MARIA DO CÉU BRITO	☞ PEDRO MATIAS	
☞ MARIA MANUELA NINA JORGE VALE	☞ PEDRO MIGUEL SILVA PINTO	
☞ MARCO COELHO	☞ PEDRO MONJARDINO	
☞ MARIA CELESTE HAGATONG	☞ PEDRO PINTO	

*Seja o próximo
Associado da CCPM*

CONFERÊNCIA DIRECTÓRIO CÂMARA DE COMÉRCIO PORTUGAL-MOÇAMBIQUE



27 AGOSTO 2024

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES EM WWW.CCPM.PT

Inscrição gratuita limitada à disponibilidade do Instituto Camões

Camões – Centro Cultural Português

(Embaixada de Portugal)
Av. Julius Nyerere, 720

PROGRAMA

17h00 Receção dos Participantes

17h30 Sessão de Abertura

- Miguel Maia do Vale
Encarregado de Negócios,
Embaixada de Portugal em Maputo

17h45 • Joaquim Tobias Dai
Vice-Presidente da Direção da CCPM

18h00 Debate “Reforço do Vínculo das
Relações Portugal vs Moçambique”

- Celso Muianga
Coordenador da Editora FFLC
- Florêncio Papelo
Conselheiro Económico e Comercial na
Embaixada de Moçambique em Lisboa
- Joaquim Bule
Embaixador de Moçambique em Lisboa
entre 2018 e 2024
- Rui Maximino
PCE Interino do Banco Millennium Bim
- Thiago Fonseca
CEO e Diretor da Golo
Especialista em Comunicação
- Moderador: Rui Motty
Vice-Presidente da Direção da CCPM

19h00 Encerramento

- Cloé Ribas
Administradora da Austral
e Vogal da Direção da CCPM



Miguel Maia do Vale
Encarregado de Negócios,
Embaixada de Portugal em Maputo



Joaquim Tobias Dai
Vice-Presidente da Direção da CCPM



Celso Muianga
Coordenador da Editora FFLC



Florêncio Papelo
Conselheiro Económico e Comercial
na Embaixada de Moçambique em Lisboa



Joaquim Bule
Embaixador de Moçambique em Lisboa
entre 2018 e 2024



Rui Maximino
PCE Interino do Banco Millennium Bim



Thiago Fonseca
CEO e Diretor da Golo
Especialista em Comunicação



Rui Motty
Vice-Presidente da Direção da CCPM



Cloé Ribas
Administradora da Austral
e Vogal da Direção da CCPM

ORGANIZAÇÃO



aicep Portugal Global

APOIO



Millennium
bim

OPTOCENTRO
LISBOA | PORTO | MAPUTO

CEMPALAVRAS
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL®



www.contact.co.mz

PROCURAMOS PARA SI COMO SE FOSSE PARA NÓS.

O Futuro é agora.
Crie a sua melhor Ligação.

Recrutamento | Trabalho Temporário | Formação | Assessment
Gestão de Contratados e Mobilidade Global | Contact Center | Business Process Outsourcing

CONTACT
CRIAMOS LIGAÇÕES